

Informe da Secretaria Executiva e  
Secretaria Técnica Permanente de  
**MERCOCIDADES**  
Período 2010 - 2011





Palavras de boas-vindas da intendente de Montevideu, Ana Olivera, à 16ª Cúpula de Mercocidades.....	06
<b>1.- INTRODUÇÃO .....</b>	<b>09</b>
Palavras do Secretário Executivo de Mercocidades, e Prefeito de Belo Horizonte, Marcio A. de Lacerda .....	10
<b>2.- CONTEXTO .....</b>	<b>13</b>
2.1 Situação Mundial .....	13
2.2 Foro Ibero-Americano de Governos Locais – Assunção .....	14
2.3 Situação Regional .....	14
2.3.1 Inauguração da Casa Pátria Grande “Presidente Néstor Kirchner” .....	15
2.3.2 Reconhecimento da luta das Avós da Praça de Maio – Argentina .....	15
2.3.3 Relações bilaterais de Argentina-Uruguai; declaração de Buenos Aires .....	16
2.3.4 Ollanta Humala eleito presidente do Peru .....	17
2.3.5 Carlos ‘Chacho’ Alvarez, novo Secretário Geral da ALADI .....	17
2.4 UNASUL .....	18
2.4.1 Reunião extraordinária da UNASUL em Lima .....	18
2.4.2 Reunião de Ministros de Economia e Presidentes de Bancos Centrais da UNASUL.....	19
2.4.3 Petição de organizações da sociedade civil aos Ministros de Finanças e Presidentes de Bancos Centrais da UNASUL.....	19
2.4.4 Reunião de Ministros de Relações Exteriores da UNASUL impulsiona Conselho Eleitoral Regional .....	20
2.4.5 Conselho de Defesa da UNASUL .....	20
2.4.6 Banco do Sul .....	20
<b>3.- XV CÚPULA DE MERCOCIDADES – BELO HORIZONTE .....</b>	<b>23</b>
3.1. Atividades Complementares à XV Cúpula .....	23
3.2. Resultados e Encaminhamentos das Instâncias da Rede .....	24
3.2.1 Conselho Ampliado .....	24
3.2.2 Conselho Fechado .....	25
3.2.3 Assembleia .....	28
3.3. Delineamentos dos Planos de Trabalho da Secretaria Executiva 2010/2011 .....	30
<b>4.- POLÍTICAS LOCAIS COM VISÃO REGIONAL .....</b>	<b>33</b>
4.1 Os marcos desta planificação .....	33
4.2 Fortalecimento, aprofundamento e ampliação de Mercocidades .....	34
4.3 Prioridades Temáticas .....	35
<b>5.- UNIDADES TEMÁTICAS, GRUPOS DE TRABALHO E COMISSÕES .....</b>	<b>39</b>
5.1 Espaços de coordenação - reunião de coordenadores das Unidades Temáticas, Grupos de Trabalho e Comissões, junto à Comissão Diretiva e a STPM. ....	39
5.2 Informes de Gestão .....	41
5.3 Avaliação e ranking .....	53
<b>6.- REUNIÕES DAS INSTÂNCIAS DA REDE .....</b>	<b>57</b>
6.1 Comissão Diretiva .....	57
6.2 Reunião do Conselho de Mercocidades .....	57
6.3 Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do MERCOSUL (FCCR) .....	59
6.4 Coordenação do Comitê de Municípios do FCCR (COMUN) .....	60
6.4.1. I Reunião do Comitê de Municípios (COMUN) .....	61
6.4.2. II Reunião do Comitê de Municípios (COMUN) .....	64

<b>7.- MERCOSUL</b> .....	<b>67</b>
7.1 Avanços do processo de integração em 2011 .....	67
7.1.1 Plano Estratégico de Ação Social do MERCOSUL .....	67
7.1.2 Instituto Social do MERCOSUL .....	68
7.1.3 Presidência Pro Tempore do Paraguai .....	69
7.1.4 Presidência Pro Tempore do Uruguai .....	70
7.2 Relacionamento externo do MERCOSUL .....	71
7.2.1 Associação Europeia de Livre Comércio .....	71
7.2.2 Palestina .....	72
7.3 Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM) .....	72
7.4 Cúpulas Sociais .....	74
7.4.1 Cúpula Social do MERCOSUL em Foz do Iguaçu .....	74
7.4.2 Cúpula Social do MERCOSUL em Assunção .....	75
<b>8.- PROJETOS</b> .....	<b>77</b>
8.1 Projetos estratégicos 2010-2011 .....	77
8.1.1 Inovação e Coesão Social .....	77
8.1.2 Laboratório de Políticas Locais .....	80
8.1.3 Acampamento Mercocidades .....	82
8.1.4 Estado+Direitos .....	83
<b>9.- CONVÊNIOS, ACORDOS E PARCERIAS</b> .....	<b>87</b>
9.1 O Planejamento Estratégico para a Rede Mercocidades: Fundação Dom Cabral .....	87
9.2 CIFAL Curitiba - Rede Mercocidades .....	88
9.3 BIOMINAS .....	88
9.4 Frente Nacional de Prefeitos .....	89
9.5 FAMSI .....	89
<b>10.- POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO</b> .....	<b>91</b>
10.1 Comunicação no MERCOSUL .....	91
10.2 Comunicação nas Mercocidades .....	93
10.2.1 Principais linhas de trabalho e ferramentas na comunicação para fora e entre os membros da Rede .....	94
10.2.2 Campanha Gráfica de Mercocidades em comemoração dos 20 ANOS DO MERCOSUL .....	97
<b>11.- INFORME FINANCEIRO</b> .....	<b>99</b>
<b>12.- CIDADES CANDIDATAS PARA INGRESSAR À REDE</b> .....	<b>103</b>
<b>13.- DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA O PRÓXIMO PERÍODO</b> .....	<b>105</b>
<b>14.- ANEXOS</b> .....	<b>109</b>
<b>ANEXO 1:</b> Declaração final do VI Foro Ibero-Americano de Governos Locais .....	109
<b>ANEXO 2:</b> Estudo da organização Iniciativa para a Cooperação Internacional, o Desenvolvimento e a Integração Regional (INCIDIR) .....	114
<b>ANEXO 3:</b> Carta de desfiliação à Federação Latino-Americana de Cidades, Municípios e Prefeituras (FLACMA) .....	132
<b>ANEXO 4:</b> Carta a Cidades e Governos Locais Unidos .....	134
<b>ANEXO 5:</b> Declaração de Colônia por parte do Grupo de Cooperação Descentralizada de Mercocidades, para ser apresentada no 4º Foro de Alto Nível sobre a Eficácia da Ajuda.....	136
<b>ANEXO 6:</b> Ata de Tandil, do encontro de Integração Produtiva Regional. ....	142
<b>ANEXO 7:</b> Ata de Bagé, do encontro de Integração Fronteiriça.....	152
<b>ANEXO 8:</b> Comunicado conjunto dos presidentes na Reunião Ordinária do Conselho do Mercado Comum do MERCOSUL, durante a Cúpula do MERCOSUL em Assunção.....	158
<b>ANEXO 9:</b> Acordo de cooperação entre Mercocidades e o Frente Nacional de Prefeitos do Brasil (FNP).....	164

**SECRETARÍA TÉCNICA  
PERMANENTE DE  
MERCOCIUDADES**  
Intendencia de Montevideo

**Ana Olivera**, Intendenta de Montevideo  
**Ricardo Prato**, Secretario General  
**Luis Polakof**, Director del Departamento de Desarrollo Económico e Integración Regional.  
**Ruben García**, Director de la División Relaciones Internacionales y Cooperación.  
**Sebastián Valdomir**, Asesor de la División Relaciones Internacionales y Cooperación.  
**Jorge Rodríguez**, Coordinador de la Secretaría Técnica Permanente de Mercociudades.

**Colaboraron en la redacción de artículos desde la Secretaría Técnica Permanente de Mercociudades:**

**Tania Fernández**, Secretaría  
**Mayki Gorosito**, Asesora Técnica  
**Sabrina Crovetto**, Responsable de Comunicación  
**Cristina Pacheco**, Asesora Técnica del proyecto Laboratorio de Políticas Locales  
**Guillermo Gonsalves**, Coordinador del proyecto Laboratorio de Políticas Locales

**SECRETARIA EXECUTIVA  
DA REDE MERCOCIUDADES  
2010 -2011**  
Prefeitura de Belo Horizonte

**Marcio de Araujo Lacerda**, Secretário Executivo de Mercociudades e Prefeito Municipal de Belo Horizonte

**Coordenadores da Secretaria Executiva**

**Marcello Faulhaber**, Secretário Municipal de Desenvolvimento  
**Rodrigo de Oliveira Perpétuo**, Secretário Municipal ANEXO de Relações Internacionais

**Professor Doutor Leonardo César Souza Ramos**, Coordenador da Equipe da Secretaria Executiva

**Equipe Secretaria Executiva**  
Elson Henrique Martins Silva Ferreira  
Flávia Araújo Andrade  
Giovanna Arjonilla de Mattos  
Nathalie Padovani Steffen  
Pedro Henrique Neves de Carvalho  
Vinícius Tavares de Oliveira

**Edição Geral, recopilação de conteúdos e imagens:**  
Jorge Rodríguez, Giovanna Arjonilla y Sabrina Crovetto

**Desenho:**  
Multiformas S.R.L.



## **Palavras de boas-vindas da intendenta de Montevideu, Ana Olivera, à 16ª Cúpula de Mercocidades.**

Bem-vindas. Bem-vindos.

É um prazer receber-los em Montevideu no marco desta 16ª Cúpula de Mercocidades.

Sentimo-nos orgulhosos pela realização desta cúpula da Rede em nossa cidade, já que com muitos de vocês temos sido protagonistas de seu nascimento e desenvolvimento.

E o temos sido, o somos e nos comprometemos a seguir sendo, porque acreditamos neste caminho.

Acreditamos na solidariedade, na colaboração horizontal e igualitária, na articulação das inteligências, nas soluções associativas, na capacidade de aprender e ensinar através da troca entre pares, no trabalho em rede. Acreditamos na Pátria Grande e no papel que nos toca cumprir às cidades e aos territórios –aos governos e aos povos dos territórios da região – em sua construção.

De 30 de novembro a 2 de dezembro estaremos reunidos em Montevideu convocados para considerar a promoção da livre circulação das pessoas como um direito fundamental na construção da cidadania do MERCOSUL: devemos avançar nas diversas dimensões da construção dessa cidadania, através do desenvolvimento das diferentes políticas setoriais e globais que podemos pensar, desenhar e executar juntos, em coordenação com os respectivos governos nacionais e as instâncias regionais.

Vivemos em uma região do mundo que apesar de ter alcançado e conseguir manter altas taxas de crescimento econômico sustentado durante os últimos anos, segue sendo a região de pior distribuição relativa, a mais assimétrica, a mais injusta: superar esta situação representa um enorme desafio, também para os governos do território.



Prefeita de Montevideu,  
fotografia cedida pelo Centro Municipal de Fotografia

Os governos locais somos os mais diretamente implicados na hora de garantir o desfrute para todos do direito à cidade, direito que inclui o acesso a bens públicos e privados, que redistribuem substancialmente a riqueza das sociedades: a qualidade do meio ambiente, a qualidade do espaço público, o acesso à mobilidade, a qualidade da habitação e o hábitat, o acesso às infraestruturas urbanas, o acesso à cultura.

As 14 Unidades Temáticas, e os Programas e Projetos Transversais atualmente existentes na Rede, tanto como as novas ferramentas que nos contextos de mudanças regionais e mundiais nos obriguem a inventar, são parte dos instrumentos de que dispomos para realizar estas tarefas.

Serão suficientes? Estão exigindo transformações?

Perguntamo-nos há um tempo sobre a vigência de nossas formas organizativas, nossos modelos de vinculação, nossos modos de atuação. Há impressionantes transformações em processo nas bases científicas e tecnológicas de nossas sociedades, que estão impactando na economia, na cultura e na política de nossos países. Não é razoável pensar nos impactos que estas mesmas transformações possam terminar tendo no mundo e no projeto regional e anteciparmos a isso? Pensamos que o futuro é um desafio permanentemente aberto à capacidade de imaginação e inovação das pessoas e das organizações. O futuro não se espera, se constrói, se inventa.

Portanto, desde estas perspectivas, acreditamos que devemos ao mesmo tempo aprofundar e expandir nossa Rede.

Devemos nos expandir no nível municipal, porque se bem somos a rede de cidades mais estendida da América Latina -já não só somos a rede das cidades do MERCOSUL- ainda temos fronteiras para traspassar vinculadas aos níveis mais próximos à vida cotidiana das pessoas.

Devemos potencializar o papel do Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do MERCOSUL e vincularmos com as redes de cidades de outras regiões do mundo, fortalecendo as instâncias mundiais de troca e encontro destes âmbitos, porque como temos sustentado em outras oportunidades, "... necessitamos por um lado instrumentos que fortaleçam o local e as escalas micro, as do arredor - em um conceito de integração e não de fragmentação- e por outro, conectados aos anteriores, instrumentos que fortaleçam as escalas regionais e mundiais e redesenhem o âmbito do nacional e da nação, aumentando os limites dos povos e das pátrias e fundindo-os entre si."

Devemos promover e enriquecer a inclusão, a participação e a democracia.

Devemos nos fortalecer técnica e politicamente para alcançar estes objetivos.

Todos estes assuntos teremos a possibilidade de debater nestas reuniões, considerando-os tanto no nível abstrato como concreto. Confiamos em que desses debates surjam mandatos e orientações que nos permitam exercer a Secretaria Executiva, que se nos encomendará para o próximo período, de uma maneira eficaz e produtiva, que apóie o avanço coletivo que todos estamos desafiados a alcançar.

Confiamos também em que desfrutem de nossa cidade durante sua estadia, que também é sua.

Montevideu se sente muito honrada de poder receber-los para reforçar uma vez mais os intensos vínculos que já nos unem, pelo passado em comum, pelo presente compartilhado e sobretudo pelo futuro que – para maior felicidade de nossos povos - nos fica por inventar.

Vemo-nos na tarefa.

Bem-vindas e Bem-vindos

**Ana Olivera**  
**Prefeita de Montevideu**



Pela primeira vez na história da Rede Mercocidades, o informe de gestão foi resultado da união de esforços da Secretaria Técnica Permanente, coordenada pela Intendência de Montevideu (Uruguai), e da Secretaria Executiva, a cargo da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (Brasil). A produção conjunta do documento ressalta a amizade e cumplicidade que ambas as cidades demonstraram uma com a outra e a responsabilidade fiscal dessas instâncias durante o período de gestão. Dessa forma, encoraja-se que as futuras coordenações possam produzir seus informes conjuntamente.

Ao longo do documento estão sintetizadas e relatadas as atividades e fatos importantes da Rede Mercocidades em uma conjuntura de desenvolvimento e cooperação internacional, marcada pela relevante incidência de parcerias e convênios no âmbito do MERCOSUL e da América Latina, e de sócios da União Européia em projetos de extrema importância para a região.

Assim, o delineamento do informe de gestão da Rede destaca a propulsora atuação da Rede Mercocidades no processo de integração regional através da participação das 230 cidades-membros e de suas instâncias – as Unidades Temáticas, Grupos de Trabalho e Comissões; Conselho e Assembleia Geral – com foco na participação dos governos locais e suas articulações multiníveis.



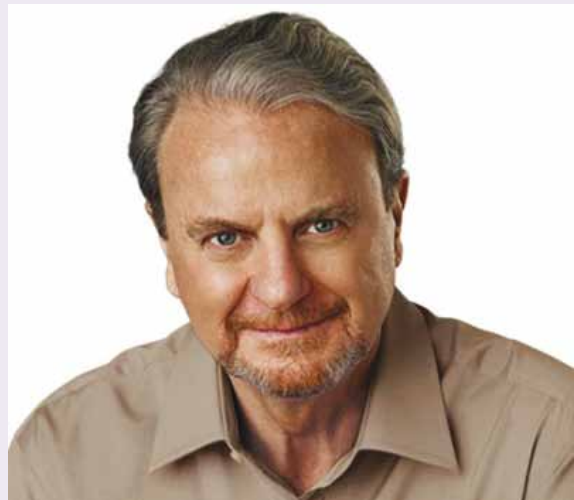
## **Palavras do Secretário Executivo de Mercocidades, e Prefeito de Belo Horizonte, Marcio A. de Lacerda.**

A Rede Mercocidades foi criada em uma conjuntura internacional marcada pela intensificação do processo de globalização, na qual doze prefeitos de cidades do MERCOSUL iniciaram um processo de integração que incluísse de maneira justa e igualitária os cidadãos do MER-

COSUL, e que, ao mesmo tempo, pudesse ser a voz dos governos locais nos espaços institucionais do bloco. Essa conjuntura também se caracterizou pela aproximação das sociedades do mundo inteiro e possibilitou que o conhecimento fosse disseminado de maneira rápida e eficaz. Ao mesmo tempo, o processo da globalização tornou a administração pública mais dinâmica e complexa, tendo esta que responder às novas demandas e desafios com agilidade e precisão, e de maneira democrática e transparente.

A história da atuação internacional da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte está intimamente ligada aos avanços do processo de consolidação da Rede Mercocidades, tendo o município exercido o papel de Secretaria Executiva por duas vezes (1999/2000; 2010/2011). Durante este tempo, a Rede ganhou em número de membros e qualidade de atuação, além de ter criado um banco de boas práticas de gestão pública municipal. Paralelamente a isso, o município de Belo Horizonte aumentou sua participação em outros processos de integração de governos locais, o que possibilitou à cidade um desenvolvimento ajustado às tendências internacionais.

Ao assumir, no final de 2010, a tarefa de administrar a Secretaria Executiva da Rede Mercocidades, a Prefeitura de Belo Horizonte comprometeu-se não apenas em promover a continuidade do trabalho que estava sendo desenvolvido na Rede pelas Secretarias Executivas anteriores, mas também aprimorá-lo para que todas as 230 cidades pudessem colher os bons frutos de um trabalho sério e dedicado. Dessa maneira, a Prefeitura, buscando um corpo técnico capacitado para conduzir esta tarefa, firmou uma parceria com o Departamento de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Mi-



Prefeito de Belo Horizonte e Secretário Executivo da Rede de Mercocidades, Marcio Lacerda

<sup>1</sup> A palavra “Rede” será utilizada neste Informe para tratar da Rede Mercocidades.

nas), responsável por um dos melhores programas de graduação em Relações Internacionais do Brasil. Assim, professores e alunos de tal departamento se envolveram e atuaram como assessores e assistentes, somando esforços com os colaboradores da Secretaria Municipal Adjunta de Relações Internacionais.

Ao longo do ano, a Secretaria Executiva procurou cumprir o plano de trabalho proposto, contribuindo para deixar um bom legado para a Intendência de Montevideu, que nos sucederá no próximo período, e para as Secretarias Executivas vindouras. Este trabalho caracterizou-se por três resultados importantes: a) saúde financeira da Rede, vis a vis um trabalho pormenorizado de acompanhamento do pagamento das anuidades, e um compromisso criterioso de utilização dos recursos; b) planejamento estratégico da rede, talvez esta a principal contribuição, já que os desafios principais estão relacionados a foco, governança e monitoramento dos resultados obtidos e; c) Relação da Rede com o Fórum Consultivo de Cidades e Regiões (FCCR), na qualidade de Coordenadora do Comitê de Municípios, no intuito de migrar a agenda do Fórum excessivamente declaratória, para uma agenda de conteúdo e trabalho.

Ao longo das próximas páginas, será possível comprovar minhas afirmações a respeito do trabalho realizado pelo município de Belo Horizonte. Nesta ocasião, agradeço a todos os envolvidos nessa empreitada, na certeza de que o processo de integração regional e a participação dos governos locais na Rede Mercocidades seguirão ampliando e aprofundando, e renovo a disposição da Prefeitura de Belo Horizonte em se manter como protagonista neste processo.

# 2 CONTEXTO



## 2 O CONTEXTO



## 2.1. - Situação Mundial

No contexto geral 2011 esteve marcado por dois grandes processos de transformações econômicas e políticas, que estão tendo consequências significativas no nível global e seguramente reconfigurarão de maneira ainda mais profunda os marcos do sistema-mundo nos próximos anos. Estes dois processos são: por um lado a persistência e o agravamento da crise econômica e financeira nos Estados Unidos e nos países da União Europeia; e por outro, as mudanças que estão se produzindo nos países do Oriente Médio e do norte da



Manifestação do 19-J por Os Indignados de Barcelona  
Fonte: [http://www.flickr.com/photos/hyde\\_](http://www.flickr.com/photos/hyde_)

África, que implicam transformações não só no interior do mundo árabe, senão que também nas relações com o resto do sistema multilateral, como por exemplo, o processo iniciado pela Palestina para ser reconhecida como membro de pleno direito na Organização das Nações Unidas (ONU).

Com respeito à crise econômica, as maiores incertezas se situam agora no mesmo epicentro da UE, concretamente sobre as possibilidades da continuidade da política monetária e cambiária comum. Uma diferença importante da crise atual com respeito à crise de 2008 é que agora tocou o turno ao euro e à União Europeia, enquanto que em 2008 foram os Estados Unidos e seus problemas de endividamento a partir da explosão das dívidas hipotecárias e da falência de instituições bancárias.

Este ciclo de crises econômicas e financeiras nas “economias centrais”, junto a acrescente expansão global das “economias emergentes” como Brasil, Índia e China estão reconfigurando o âmbito clássico para entender a divisão internacional do trabalho entre “centro-periferia”.

Ao longo de todo o ano 2011, manifestações sociais de grande envergadura ocorreram em cidades de Portugal, Espanha, Reino Unido, Grécia, e no segundo semestre do ano começaram com maior força nos Estados Unidos, por exemplo, com o movimento “Ocupar Wall Street”. A característica geral tanto na Europa como nos Estados Unidos de todo este descontentamento social é a falta de emprego, as políticas de ajuste e recorte de direitos trabalhistas, a salvatagem de bancos e outras grandes instituições financeiras, as privatizações de serviços, os recortes dos gastos públicos.

Outro elemento que marcou o contexto mundial foram os protestos populares durante todo o ano 2011 em Egito, Marrocos, Tunísia, Síria, Iêmen, Jordânia e Bahrein, demandando direitos civis, sociais e políticos, assim como a intervenção de uma força militar da OTAN na Líbia para destruir ao regime de Muammar Gaddafi. Com este cenário de fundo se discutiu na 66ª Assembleia Geral da ONU o pedido da Palestina para ser reconhecida como estado e ter plenos direitos no sistema multilateral.

Enquanto ao relacionamento entre o MERCOSUL e a Palestina, na Cúpula de Foz do Iguaçu de dezembro de 2010, tinha se aprovado a Decisão do Conselho de Mercado Comum Nº 40/10, pela qual entra em vigência o “Acordo Marco de Comércio e Cooperação Econômica” entre as partes. Este Acordo se enquadrou no objetivo de “fortalecer as relações entre as Partes Contratantes, mediante a promoção da expansão do comércio e fornecer o âmbito e os mecanismos necessários para negociar uma Área de Livre Comércio...”.

Com este antecedente próximo, os quatro países do MERCOSUL e a Venezuela apoiaram a fins de setembro de 2011 a proposta realizada na 66ª Assembleia Geral da ONU por parte da Palestina para ser

reconhecida como membro de plenos direitos, alegando que esse passo será um avanço para conseguir a paz na região. A maioria dos membros da Assembleia Geral da ONU apoiou esta iniciativa palestina, que não obstante requer da aprovação do Conselho de Segurança, onde Estados Unidos anunciou que se opõe a tal reconhecimento, fazendo valer seu poder de veto.

## 2.2. - Foro Ibero-Americano de Governos Locais – Assunção

O VI Foro Ibero-Americano de Governos Locais foi realizado em Assunção, Paraguai, de 27 a 29 de setembro, e se focalizou na temática “Governabilidade Local, Descentralização e Reforma do Estado”. Esta edição do Foro Ibero-Americano de Governos Locais contou com a participação de mais de 200 alcaides, intendentos, prefeitos e vereadores de cidades ibero-americanas, junto a funcionários da órbita provincial e nacional da América Latina e de Caribe, Portugal e Espanha.



Foro Ibero-Americano de Governos Locais em Assunção, do 27 ao 29 de setembro de 2011  
Fonte: ABC Paraguai.

Mercocidades promoveu a organização do Foro junto à Municipalidade de Assunção, a Organização Paraguaia de Cooperação Intermunicipal (OPACI), as Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU), a FLACMA (Federação Latino-Americana de Cidades, Municípios e Alcaldias), a FEMP (Federação Espanhola de Municipalidades), a Deputação de Barcelona, a UCCI (União de Cidades Capitais Ibero-Americanas) e a SEGIB (Secretaria Geral Ibero-Americana). Contou com o apoio da Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (AECID) através do programa Município. Leia no ANEXO 1 a declaração final do encontro.

## 2.3. - Situação Regional

Ante ao contexto da crise econômica, os países da América do Sul avançaram na articulação política através da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) para coordenar estratégias comuns, concretizando, por exemplo, o Conselho Sul-Americano de Economia e Finanças, e avançando no processo da construção do Banco do Sul.

A região manteve um ritmo de crescimento importante em 2011, porém segundo um comunicado da CEPAL, “o enfraquecimento dos países industrializados, deveria se refletir em menores preços internacionais dos produtos básicos afetando os saldos comerciais e em conta corrente dos países que os exportam”<sup>2</sup>. Ante aos efeitos da desaceleração econômica, a CEPAL corrigiu em setembro as expectativas de crescimento da América Latina e do Caribe de 2011, de 4,7% a 4,4%.

No especificamente relacionado com o MERCOSUL, tem que reconhecer que existe a intenção política

<sup>2</sup> <http://www.eclac.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/prensa/noticias/comunicados/9/44369/P44369.xml&xsl=/prensa/tpl/p6f.xsl&base=/tpl/top-bottom.xsl>

dos quatro países (sobretudo do Brasil) de que as medidas de proteção adotadas individualmente ante a crise econômica, afetem o menos possível ao estado do comércio intra-bloco e, portanto aos outros sócios.

Uma prova disto foi a aplicação por parte do Brasil de um aumento importante do Imposto sobre os Produtos Industrializados (IPI) -desestimulando importações e protegendo assim seu mercado interno para a produção industrial própria- e a posterior exclusão deste aumento para três armadoras de automóveis do Uruguai que foram afetadas em seus envios ao Brasil. Este problema pontual se solucionou de maneira relativamente rápida; Brasil reconheceu que a medida de aumentar o IPI foi muito significativa para o Uruguai, e a cota de comércio envolvida muito pouco significativa para o Brasil. No acordo alcançado por Brasil e Uruguai sobre este tema, estabeleceu-se também que *“as partes acordaram aprofundar a integração produtiva de suas economias, objetivo que compreende o estímulo à constituição de ‘joint-ventures’ entre empresas dos dois países”*, particularmente no setor automobilístico.

### 2.3.1. - Inauguração da Casa Pátria Grande “Presidente Néstor Kirchner”

No dia 25 de fevereiro de 2011 a presidenta Cristina Fernández de Kirchner, acompanhada pelos presidentes do Uruguai, José Mujica e do Paraguai, Fernando Lugo, inauguraram a Casa Pátria Grande “Presidente Néstor Kirchner”, em Buenos Aires, Argentina.

Criada com base no Decreto 195/2011, a Casa Pátria Grande é uma instituição de caráter regional, que tem o objetivo de “continuar, aprofundar e afiançar as políticas destinadas a uma maior integração dos povos latino-americanos e no âmbito da comemoração do Bicentenário da Revolução de Maio de 1810”.

A Casa Pátria Grande “Presidente Néstor Kirchner” funciona na órbita da Secretaria Geral da Presidência da Nação e seu Diretor Executivo é designado diretamente pelo Poder Executivo Nacional.

A instituição foi criada para funcionar como centro de estudos destinado a promover a integração dos povos latino-americanos através de atividades de formação do caráter regional.



Inauguração da Casa Pátria Grande  
Fonte: Ministério de Economia Argentina

### 2.3.2. - O reconhecimento da luta das Avós da Praça de Maio

Em reconhecimento e respeito aos direitos humanos, o MERCOSUL concedeu o título de “Cidadã Ilustre do MERCOSUL” à presidenta da Associação Avós da Praça de Maio, Sra. Estela Barnes de Carlotto. Na ocasião, ela compartilhou sua história e experiência de lutas pelos direitos humanos na Argentina, durante a Jornada pelos Direitos Humanos, evento co-organizado pelo Instituto Social do MERCOSUL, o Tribunal Permanente de Revisão, o Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do MERCOSUL

e o Centro MERCOSUL de Promoção de Estado de Direito.

Segundo Estela Barnes de Carlotto, o reconhecimento é decorrência de sua “personalidade, tempo e condições naturais: atuo, faço, digo e penso, e pareço à sábia do filme. Mas não. Sou uma mulher que deu a vida para lutar e irá fazê-lo até que tenha vida”.



Estela de Carlotto reconhecida como cidadã ilustre do MERCOSUL  
Fonte: ABC digital Paraguai.

### 2.3.3. - Relações bilaterais de Argentina-Uruguai; declaração de Buenos Aires

As relações bilaterais entre Uruguai e Argentina foram fortalecidas durante o ano 2011 pela ação de ambos os governos, encaminhada a regularizar por completo o vínculo entre ambos os países, que tinha sido afetada entre 2007 e 2009 pelo conflito vinculado à instalação de uma planta industrial de celulose em Fray Bentos, sobre o rio Uruguai.

Em 2 de agosto foi subscrita a “Declaração de Buenos Aires” pelos presidentes Cristina Fernández e José Mujica, como resultado de um trabalho de vários meses, impulsionado ao máximo nível das chancelarias dos dois países. Estabeleceu-se uma agenda bilateral com muitos dos temas que vinham sendo pontos de conflito e discussão no passado, abrangendo iniciativas no plano comercial e industrial, da energia e da integração física, através de estudos de pré-viabilidade para obras de infraestrutura na região fronteiriça, entre outros temas.

A agenda bilateral de trabalho concretizou compromissos conjuntos para *“o andamento do monitoramento conjunto no Rio Uruguai; a dragagem dos canais do Rio Uruguai; a conclusão da Comissão Administradora do Rio da Prata da Instrução de Pré-Qualificação para a Dragagem do Canal Martín García; a constituição do Conselho Empresarial Argentino-Uruguaio; a constituição da Comissão Binacional para promover a candidatura para a Copa do Mundo de 2030; a aprovação do Acordo-Marco para o Desenvolvimento do Projeto de Regaseificação de Gás Liquefeito; a reativação de ramais ferroviários binacionais de passageiros, e o forte impulso ao processo de integração fronteiriça”*<sup>3</sup>.

No ponto específico sobre “Integração Física” a Declaração de Buenos Aires estabelece *“o acordo para a construção de uma ponte internacional entre as localidades de Monte Caseros (Província de Corrientes, Argentina) e Bella Unión (Departamento de Artigas, Uruguai), confiando à CARU a elaboração dos estudos necessários para a realização da obra, mantendo uma adequada coordenação com as respectivas autoridades nacionais competentes”*.

<sup>3</sup> “Declaração de Buenos Aires”, disponível em: [http://www.mrecic.gov.ar/portal/ver\\_ANEXO.php?id=3601](http://www.mrecic.gov.ar/portal/ver_ANEXO.php?id=3601)

#### 2.3.4. - Ollanta Humala eleito presidente do Peru

O segundo turno das eleições presidenciais no Peru concretizou a vitória de Ollanta Humala, e com isso possivelmente possa se verificar uma mudança significativa no direcionamento da inserção regional desse país.

A primeira excursão realizada por Humala antes de assumir a presidência, precisamente se focalizou nos países do MERCOSUL, para expor o interesse em que

o Peru participe mais nas comissões e nos mecanismos de caráter político do bloco. Em uma entrevista com o meio de imprensa argentino Página 12, o Presidente Humala admitiu que *“vemos com interesse o MERCOSUL. Sabemos que os Tratados de Livre Comércio não facilitam que o Peru tenha maior participação com o MERCOSUL. Interessa-nos consolidar a Comunidade Andina de Nações e participar na UNASUL. Minha prioridade é UNASUL”*<sup>4</sup>.



Ollanta Humala presidente de Perú  
Fuente: Presidencia de Perú

Nessa entrevista Humala também estabeleceu seus objetivos de governo: *“A pobreza no Peru se origina por uma má redistribuição da riqueza e a riqueza se distribui segundo uma determinada política econômica. Temos que corrigir a política econômica. Não estamos falando de mudar o modelo capitalista, o modelo de uma economia aberta de mercado. Nós defendemos essa economia de mercado. O que dizemos é que a política econômica atual tem uma série de imperfeições que não permite que o crescimento sustentado de oito anos se traduza em desenvolvimento e uma melhora da qualidade de vida. Isso é o que temos que corrigir”*.

#### 2.3.5. - Carlos ‘Chacho’ Alvarez, novo Secretário Geral da ALADI

A eleição do novo Secretário Geral da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), por parte do Conselho de Ministros de Relações Exteriores do organismo, retornou a Carlos “Chacho” Alvarez, ex-vice-presidente da Argentina entre 1999 e 2000 e presidente da Comissão de Representantes Permanentes do MERCOSUL entre 2005 e 2009. Seu período iniciou no dia 1 de setembro e se estende por três anos.



Carlos Chacho Álvarez

Na reunião ordinária do Comitê de Representantes realizada no dia 28 de setembro em Montevideu, acordou-se uma

agenda comercial, produtiva e social que a ALADI impulsionará nesta nova etapa com o objetivo de dinamizar o organismo e abrir uma nova etapa em seu funcionamento.

AALADI está integrada por Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Cuba, Chile, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela. O nível de intercâmbio comercial entre os países que compõem a ALADI vai a caminho de superar o máximo nível alcançado em 2008.

<sup>4</sup> Fonte: <http://www.pagina12.com.ar/diario/elmundo/4-169667-2011-06-08.html>

Nesse contexto geral, a ALADI continuará procurando gerar mecanismos tendentes a facilitar o comércio entre seus sócios, incorporando novos elementos e áreas de trabalho a serem potencialmente desenvolvidas como, por exemplo, programas de Segurança Alimentar e de produção de Medicamentos Genéricos para a região.

Duas temáticas sobre as quais o Secretário Geral da ALADI focalizou seus primeiros meses de gestão foram: o tema da crise e seus impactos sobre as economias latino-americanas e o crescente papel da China na região. Neste ponto Alvarez se reuniu com o embaixador da China no Uruguai Qu Shengwu, com a intenção de aproximar as relações entre ambas às sedes. A China tem caráter de Observador ante a ALADI, e uma das ideias a ser desenvolvida no organismo, é precisamente constituir um Observatório de seguimento latino-americano dos fluxos comerciais e de investimento da China em particular e da Ásia-Pacífico em geral<sup>5</sup>.

## 2.4. - UNASUL

A União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) registrou avanços substanciais em 2011, definindo âmbitos de ação conjuntos, por exemplo, no terreno da conciliação econômica ante a crise econômica nos Estados Unidos e na Europa. Em dezembro de 2010, com a ratificação do Tratado Constitutivo da UNASUL por parte do parlamento do Uruguai, o bloco se constituiu de pleno direito e somou durante 2011 a ratificação dos parlamentos de Colômbia (fevereiro), Brasil (julho) e Paraguai (agosto).

### 2.4.1. - Reunião extraordinária da UNASUL em Lima

Os presidentes da UNASUL se reuniram no dia 28 de julho de 2011 em Lima, Peru, depois da cerimônia de posse do Presidente Ollanta Humala. Esta reunião extraordinária contou com a presença dos presidentes da Argentina, Cristina Fernández; do Brasil, Dilma Rousseff; da Bolívia, Evo Morales; do Chile, Sebastián Piñera; da Colômbia, Juan Manuel Santos; do Equador, Rafael Correa; do Uruguai, José Mujica; e do chanceler da Venezuela, Nicolás Maduro, em representação de Hugo Chávez, que não pode participar por recomendações médicas.



Reunião extraordinária do Conselho de Chefes e Chefes de Estado e de Governo da UNASUL. Fonte: Presidência Equador.

A reunião também contou com a presença da Secretária Geral da UNASUL, a colombiana María Emma Mejía. Neste encontro se aprovou como Declaração oficial, o “Compromisso da UNASUL contra a desigualdade”, onde se reafirmou o compromisso de construir um modelo dirigido a eliminar as desigualdades sociais, obtendo a inclusão social através da integração sul-americana e procurando na mesma uma efetiva participação cidadã, e o fortalecimento da democracia e da soberania.

<sup>5</sup> Fonte: <http://www.aladi.org/nsfaladi/Prensa.nsf/vbusquedaComunicadosweb/ED0FEB0913BEFFD603257926006E832B>

Lembrando sua criação, a Declaração enumerou os avanços do novo bloco: *“Desde então podemos afirmar que conseguimos consolidar à UNASUL como um espaço privilegiado do diálogo político regional que permitiu a conciliação e o fortalecimento da democracia, assim como a cooperação e a integração sul-americana. Igualmente, avançamos na construção de nossa institucionalidade, mediante a entrada em vigor do Tratado Constitutivo, o que complementamos com a subscrição do Protocolo Adicional de Compromisso com a Democracia, o pleno funcionamento de oito Conselhos Setoriais e o início dos trabalhos da Secretaria Geral”*.

Como tarefa mais urgente, os presidentes acordaram implementar e aprofundar o Plano de Ação elaborado pelo Conselho de Desenvolvimento Social da UNASUL e estabelecer uma Agenda de Ações Sociais Prioritárias com o fim de reduzir as assimetrias e brechas na região.

#### 2.4.2. - Reunião de Ministros de Economia e Presidentes de Bancos Centrais da UNASUL

Como resultado da reunião extraordinária de Lima, e no âmbito de acordar entendimentos comuns e possíveis ações conjuntas ante o contexto da crise econômica, realizou-se no dia 12 de agosto em Buenos Aires, a reunião dos Ministros de Economia e Presidentes de Bancos Centrais da UNASUL. Neste encontro se constituiu o Conselho Sul-Americano de Economia e Finanças.

*“Durante a recente crise internacional, as economias da UNASUL foram capazes de manter importantes taxas de crescimento da produção e do emprego. A fortaleza macroeconômica de nossos países, incluída a solvência fiscal e a solidez das reservas internacionais, permitiram a aplicação de políticas sociais, monetárias e fiscais anticíclicas, em um âmbito de estabilidade”*.

Ante a esta situação das economias dos países da UNASUL, o Conselho Sul-Americano de Economia e Finanças, procurará *“aprofundar e gerar espaços próprios de cooperação, acumulação e reprodução econômica”*, através de medidas como a aceleração do funcionamento do Banco do Sul, o fortalecimento da Corporação Andina de Fomento (CAF), a expansão do Fundo Latino-Americano de Reservas (FLAR), o avanço da construção de uma nova arquitetura financeira regional e a expansão do comércio intra-bloco.

#### 2.4.3. - Petição de organizações da sociedade civil aos Ministros de Finanças e Presidentes de Bancos Centrais da UNASUL

Uma centena de organizações e movimentos sociais da América Latina subscreveu um petição ante a reunião dos Ministros de Economia da UNASUL, realizada em Buenos Aires, que concretizou a constituição do Conselho Sul-Americano de Economia e Finanças.

A carta das organizações sociais reconheceu a relevância estratégica da ação da UNASUL no entendimento de que *“o agravamento desta crise acrescenta a necessidade e as expectativas na articulação econômica regional”*.

*“Consideramos importante a reunião extraordinária das e dos Presidentes e Chefes de Estado da UNASUL e da reunião técnica que os Ministros de Economia acabam de realizar, ambas em Lima, com a finalidade de adotar medidas conjuntas para evitar maiores consequências para os povos de nossos países, como efeito da crise que se segue propagando desde o centro do sistema econômico-financeiro capitalista, em Estados Unidos e Europa”*.

#### 2.4.4. - Reunião de Ministros de Relações Exteriores da UNASUL impulsiona Conselho Eleitoral Regional

Os ministros de Relações Exteriores da UNASUL realizaram uma reunião extraordinária no dia 24 de agosto em Buenos Aires, Argentina, para analisar os resultados da constituição do Conselho Sul-Americano de Economia e Finanças que tinha se realizado a princípios desse mês também em Buenos Aires.

Como resultado da reunião acordaram: *“Iniciar o procedimento com vistas à incorporação do Conselho Eleitoral à institucionalidade da União”*. Este processo fará a observação e o acompanhamento nos processos eleitorais que se realizem nos Estados Membros da UNASUL. Segundo o comunicado da reunião, o Conselho Eleitoral da UNASUL estaria *“integrado pelas autoridades e organismos eleitorais dos Estados sul-americanos, como uma instância técnica de cooperação, coordenação, pesquisa, troca de experiências, promoção da participação cidadã e da democracia e, nos Estados que solicitem, a observação e o acompanhamento eleitoral”*<sup>6</sup>.

#### 2.4.5. - Conselho de Defesa da UNASUL

Nos dias 12 e 13 de maio se realizou em Lima, Peru, a III Reunião Ordinária do Conselho de Defesa Sul-Americano, da qual participaram os ministros de Defesa do Peru, Jaime Thorne León; da Bolívia, Maria Cecilia Chacón; do Brasil, Nelson Jobim; da Colômbia, Rodrigo Rivera; do Chile, Andrés Allamand; do Uruguai, Luis Rosadilla; do Equador, Javier Ponce Cevallos; da Venezuela, Ramón Carrizález; e da Argentina, Arturo Puricelli.

Nesta reunião se continuou a discussão sobre o rascunho do “Protocolo de Paz, Segurança e Cooperação” que prepara a UNASUL e que foi processado através de um grupo especial de trabalho criado em novembro de 2009, como resultado da Reunião Extraordinária dos Ministros de Defesa e de Relações Exteriores. Este grupo se reuniu depois em Quito, no dia 21 de julho<sup>7</sup>, e avançou nas definições do Protocolo.

#### 2.4.6. - Banco do Sul

Durante 2011 os parlamentos de Argentina e Uruguai avançaram no tratamento da aprovação da constituição do Banco do Sul. Por um lado, na Argentina a Câmara de Deputados aprovou a sanção definitiva à lei que ratifica o convênio constitutivo do Banco do Sul. A iniciativa já tinha obtido a meia sanção do Senado e foi aprovada na câmara baixa por 210 votos a favor e só seis abstenções.

No Uruguai, no dia 22 de setembro, o Poder Executivo enviou ao Parlamento o projeto que aprova a constituição do Banco do Sul. De acordo a mensagem enviada pelo Poder Executivo do Uruguai ao Parlamento, *“desde o ponto de vista nacional, uma característica fundamental do Banco do Sul é o princípio de “um Estado um voto” que determina a igualdade entre todos os signatários na tomada de decisões, sem prejuízo que os três países da região economicamente mais fortes, deverão fazer contribuições significativamente superiores”*.

<sup>6</sup> Fonte: <http://www.mercosurabc.com.ar/nota.asp?IdNota=2937&IdSeccion=3>

<sup>7</sup> Fonte: <http://www.mercosurabc.com.ar/nota.asp?IdNota=2888&IdSeccion=3>

<sup>8</sup> Fonte: [http://medios.presidencia.gub.uy/jm\\_portal/2011/noticias/NO\\_B431/BancodelSur.pdf](http://medios.presidencia.gub.uy/jm_portal/2011/noticias/NO_B431/BancodelSur.pdf)

O convênio estabelece que Argentina, Brasil e Venezuela, serão os principais colaboradores e subscreverão ações por seis mil milhões de dólares –dois mil milhões cada um–, que deverão se completar em um prazo de cinco anos. Equador e Uruguai farão em uma proporção menor, com 400 milhões de dólares. Finalmente, Bolívia e Paraguai colaborarão com 100 milhões cada um e poderão integrar o capital acionário em um prazo maior.

O Convênio Constitutivo do Banco do Sul tinha sido subscrito em 2009, e também detalha os projetos que serão objeto de crédito, tais como, os relacionados com a conquista da soberania alimentar, energética, da saúde, dos recursos naturais e do conhecimento, assim como temas chaves da economia, como *“melhorar a competitividade, o desenvolvimento tecnológico, a infraestrutura, a geração e provisão de serviços, a complementaridade produtiva intra-regional e a maximização do valor agregado às matérias-primas”*.

# 3

XV CÚPULA DA REDE MERCOCIDADES

# Belo Horizonte





Cúpula de Mercocidades em Belo Horizonte. Fonte: fotografia Prefeitura de Belo Horizonte

Entre os dias 30 de novembro e 3 de dezembro de 2010, Belo Horizonte sediou a XV Cúpula da Rede Mercocidades e a 58ª Reunião Geral da Frente Nacional de Prefeitos (FNP). A reunião conjunta destas instâncias lançou o tema “Perspectivas e Desafios para o Desenvolvimento Local e Integração Regional”, o qual foi discutido e debatido por prefeitos, gestores e técnicos de mais de 175 cidades, destacando as principais cidades brasileiras no âmbito da FNP que se somam as dos 8 países integrantes da Rede Mercocidades: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

O evento teve como destaques a participação de 800 representantes compostos por autoridades políticas, empresários, técnicos, gestores servidores e acadêmicos de 175 cidades e 12 países; a realização de 5 visitas técnicas; a Reunião dos Conselhos Ampliado e Fechado da Rede Mercocidades, a Assembleia da Rede Mercocidades, 4 grandes seminários; e a participação de outras importantes redes internacionais de cidades e eventos sociais.

### 3.1. - Atividades Complementares à XV Cúpula

#### SEMINARIOS

Cidades, Educação e Cívildade

Seminário INTEGRAÇÃO do projeto de Mercocidades, Inovação e Coesão Social

As Metrôpoles, um desafio para o planejamento estratégico

Consórcios Públicos na Perspectiva de Gênero:

As Experiências Intermunicipais do ABC-Paulista e das Mulheres das Gerais

Turismo

## REUNIÕES

---

Reunião da Rede Brasileira Orçamento Participativo  
 Laboratório de Políticas Locais – STPM  
 Reunião do Foro Nacional de Secretários e Dirigentes Públicos de Transporte Urbano e Trânsito  
 Reunião do Foro Nacional de Secretários e Gestores Municipais de Desenvolvimento Econômico  
 Reunião do Comitê de Finanças da FNP  
 Reunião do Foro Nacional de Secretários e Dirigentes de Cultura  
 Reunião de Secretários e Gestores Municipais de Comunicação  
 Reunião do Foro de Secretários e Dirigentes de Ciência, Tecnologia e Inovação  
 Reunião de Secretários (as) de Promoção de Políticas de Igualdade Racial

## TEMÁTICAS DAS VISITAS TÉCNICAS

---

Sustentabilidade Ambiental  
 Segurança Alimentar e Nutricional  
 Equipamentos Culturais  
 Pontos Turísticos  
 Vila Viva

## REUNIÕES DAS UNIDADES TEMÁTICAS

---

Reunião da Unidade Temática de Desenvolvimento Econômico Local e Comissão de Economia Solidária  
 Reunião da Unidade Temática de Gênero e Município  
 Reunião da Unidade Temática de Planejamento Estratégico  
 Reunião da Unidade Temática de Segurança Cidadã

### 3.2. - Resultados e Encaminhamentos das Instâncias da Rede

#### 3.2.1. - Conselho Ampliado

A reunião do Conselho Ampliado da Rede Mercocidades ocorreu no dia 2 de dezembro de 2010 e os assuntos de destaque estão listados abaixo. Durante a gestão 2010/2011, a Secretaria Executiva buscou atuar ativamente com o intuito de alcançar resultados positivos e significativos dentre essas questões levantadas pelo Conselho.

a) Necessidade de maior articulação entre as Unidades Temáticas (UTs) e as demais instâncias da Rede Mercocidades;

b) Papel da Secretaria Executiva e da Secretaria Técnica Permanente no que diz respeito à promoção de um maior engajamento das cidades nas UTs com o intuito de gerar capilaridade das políticas discutidas no âmbito da Rede;



Conselho Ampliado de Mercocidades na Cúpula de Belo Horizonte dezembro de 2010.

c) Pertinência e relevância das Unidades Temáticas;

- ▶ No que se refere aos três primeiros pontos, a Secretaria Executiva da Rede Mercocidades e a Secretaria Técnica Permanente fomentaram e abriram espaços ao longo do período de gestão, através do contato virtual, presencial e telefônico, para que as UTs promovessem atividades conjuntas entre si. Ressalta-se que no início de 2011, com o objetivo de nortear, enriquecer e aprofundar o trabalho dessas instâncias, a equipe da SE analisou todos os planos de trabalho apresentados pelas cidades coordenadores e subcoordenadoras de UTs, e sugeriu adequações de acordo com os eixos temáticos e prioritários da gestão.

d) Papel das cidades no aprofundamento do processo de integração regional;

- ▶ O ano 2011 foi marcado pelo impulso às atividades do Comitê de Municípios (COMUN) do Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do MERCOSUL (FCCR). O COMUN, assim, atuou em torno das temáticas de integração produtiva, integração fronteiriça e cidadania regional a partir da perspectiva dos governos locais. (vide Capítulo 6.4, página 28)

e) Articulação entre a Rede Mercocidades e a iniciativa privada na promoção do desenvolvimento;

- ▶ A SE e a STPM apoiaram, fomentaram e difundiram as atividades realizadas no âmbito da Rede Mercocidades que se articularam com a iniciativa privada. Nesse sentido, destaca-se a realização de rodadas de negócios pela Unidade Temática de Ciência, Tecnologia e Capacitação, coordenada por São Carlos (Brasil) e subcoordenada por Tandil (Argentina), o 3º Encontro Latino-Americano de Institutos e Agências de Desenvolvimento Econômico Local e a Feira da Cooperação (Morón, Argentina), o 4º GUARUEX (Guarulhos, Brasil), a reunião da Unidade Temática de Turismo com organizações empresariais, visando parcerias público-privada.

f) Apresentação de um estudo realizado pela INCIDIR (Iniciativa para a Cooperação Internacional, o Desenvolvimento e a Integração Regional) sobre o relacionamento das instâncias políticas (Conselho e Assembleia) e técnicas (Unidades Temáticas) da Rede Mercocidades. (ANEXO 2)

- ▶ O estudo realizado pela INCIDIR identificou debilidades nas articulações entre as instâncias da Rede e, assim, a Secretaria Executiva na gestão 2010/2011 propôs a realização de um planejamento estratégico, com o intuito de definir a missão, os valores e os objetivos da Rede, a fim de dar continuidade aos trabalhos desenvolvidos. (vide Capítulo 9, página 87).

Foi sugerido, por fim, que os assuntos debatidos fossem apropriados pela Comissão Diretiva da Rede.

### 3.2.2. - Conselho Fechado

A XXXV Reunião do Conselho Fechado da Rede Mercocidades também foi realizada no dia 2 de dezembro de 2010. Os principais tópicos levantados e debatidos durante a reunião foram:

#### ▶ FMDV (Fundo Mundial para o Desenvolvimento de Cidades)

A Rede Metropolis em parceria com a CGLU (Cidades e Governos Locais Unidos) criou o Fundo Mundial para o Desenvolvimento de Cidades (FMDV). Tal fundo foi destacado como instrumento dinâmico de

financiamento e assistência técnica para projetos que visem o desenvolvimento urbano sustentável de cidades de países em desenvolvimento.

► **O Comitê de Municípios (COMUN) e o FCCR (Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do MERCOSUL)**

Destacou-se a importância de aprimorar a relação entre a Rede Mercocidades, através do Comitê de Municípios (COMUN), com o FCCR, e apontou-se a necessidade do MERCOSUL de incorporar as demandas dos governos locais nas suas negociações em curso.

O Conselho da Rede, então, reafirmou seu compromisso em participar ativamente das atividades do FCCR, sendo a Secretaria Executiva da Rede Mercocidades coordenadora do COMUN, buscando formular recomendações dos governos locais no que diz respeito à integração regional.

► **Considerações sobre a Federação Latino-Americana de Cidades, Governos e Associações (FLACMA) e Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU)**

Durante a XV Cúpula os representantes das cidades da Rede demonstraram insatisfação com o posicionamento da Federação Latino-Americana de Cidades, Governos e Associações (FLACMA), a qual não se encontrava mais apta a apresentar as demandas das cidades da Rede frente a Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU), uma vez que estas não tinham a possibilidade de participar nos processos decisórios desta instituição.

Assim, decidiu-se que a Rede apresentaria formalmente seu descontentamento com o posicionamento da FLACMA e que buscaria associar-se, diretamente, a outras instituições como a CGLU e a Metrópolis.

No dia 29 de abril de 2011, a carta de desfiliação foi enviada ao Diretor Executivo da FLACMA, Dr. Guillermo Tapia, a qual agradecia os esforços da Federação pelos anos em que esta representou a Rede Mercocidades, e informava que as cidades membros da Rede concordavam em se articular de maneira mais autônoma com outras instâncias e com o próprio MERCOSUL. (ANEXO 3).

No que se refere às articulações com a CGLU, foi formalizado no dia 11 de maio uma solicitação ao Presidente da organização e Prefeito de Istambul, Kadir Topbas, para o início dos diálogos para que a Rede fosse representada de maneiras alternativas. Na ocasião, destacou-se também o ensejo de que as cidades latino-americanas pudessem se filiar diretamente a CGLU, e se relacionar com outras redes como Metrópolis e a Frente Nacional de Prefeitos (FNP). (ANEXO 4).

Com base nesses novos posicionamentos da Rede Mercocidades, consentidos pela Assembleia durante a XV Cúpula, a Secretaria Executiva e a Secretaria Técnica Permanente atuaram, ao longo de 2011, em prol da aproximação das atividades da CGLU com as da Rede. Nesse sentido, destaca-se a participação do Grupo de Trabalho de Cooperação Descentralizada, coordenado pela Comissão Diretiva, na elaboração de um documento sobre a eficácia da ajuda a partir da perspectiva dos governos locais, denominado Declaração de Colônia (ANEXO 5), para o 4º Foro de Alto Nível sobre a Eficácia da Ajuda (HLF4), que ocorrerá em Busan (Coreia) entre os dias 29 de novembro e 1 de dezembro de 2011.

► **Coordenações e Subcoordenações das Unidades Temáticas, Grupos de Trabalho e Comissões. (2010/2011)**

<b>Unidade Temática</b>	<b>Cidade coordenadora</b>	<b>Cidade(s) subcoordenadora(s)</b>
<b>Ambiente e Desenvolvimento Sustentável</b>	Canelones (Uruguai)	Bagé (Brasil)
<b>Autonomia, Financiamento e Gestão Municipal</b>	Neuquén (Argentina)	Guarulhos (Brasil)
<b>Ciência, Tecnologia e Capacitação</b>	São Carlos (Brasil)	Tandil (Argentina)
<b>Cultura</b>	Buenos Aires (Argentina)	Rosário (Argentina) Valparaíso (Chile) Quilmes (Argentina)
<b>Cooperação Internacional</b>	Comissão Diretiva de Mercocidades (Rosário –Argentina-, Belo Horizonte –Brasil-, e Montevideu –Uruguai)	
<b>Grupo de Trabalho de Cooperação Descentralizada</b>	Conselho de Mercocidades (contato com a Cidade de Rosário)	
<b>Grupo de Trabalho da Cultura do Esporte</b>	Caxias (Brasil)	Buenos Aires (Argentina) Morón (Argentina)
<b>Desenvolvimento Econômico Local</b>	Guarulhos (Brasil)	Montevideu (Uruguai) Morón (Argentina)
<b>Comissão de Economia Solidária</b>	Diadema (Brasil)	
<b>Comissão de Fomento de Negócios</b>		Belo Horizonte (Brasil)
<b>Desenvolvimento Social</b>	Montevideu (Uruguai)	Valparaíso (Chile) Bagé (Brasil)
<b>Comissão de Direitos Humanos</b>	Morón (Argentina) La Victoria de Lima (Peru)	Neuquén (Argentina) Guarulhos (Brasil) Porto Alegre (Brasil) Neuquén (Argentina) Rosário (Argentina)
<b>Desenvolvimento Urbano</b>		
<b>Educação</b>	Junín (Argentina)	Rosário (Argentina)
<b>Gênero e Município</b>	Assunção (Paraguai)	Resistência (Argentina) Recife (Brasil)
<b>Juventude</b>	Jesús María (Peru)	Pergamino (Argentina)
<b>Planejamento Estratégico</b>	Morón (Argentina)	Contagem (Brasil)
<b>Segurança Cidadã</b>	Canoas (Brasil)	Pergamino (Argentina) Quilmes (Argentina)
<b>Turismo</b>	Porto Alegre (Brasil)	Bagé (Brasil)

► **Membros do Conselho da Rede Mercocidades (2010/2011)**

País	Cidade
<b>Argentina</b>	Buenos Aires
	Morón
	Neuquén
	Quilmes
<b>Brasil</b>	Bagé
	Fortaleza
	Guarulhos
	Várzea Paulista
<b>Bolívia</b>	La Paz
<b>Chile</b>	Chillán Viejo
	Valparaíso
<b>Paraguai</b>	Asunción
	Limpio
<b>Peru</b>	Jesús María
	La Victoria de Lima
<b>Uruguai</b>	Canelones
	Maldonado
	Paysandú
	Tacuarembó
<b>Venezuela</b>	Barquisimeto

► **Designação da Secretaria Executiva da Rede Mercocidades (2011/2012)**

Foi aprovada, por unanimidade, no Conselho da Rede, a indicação de Montevidéu para coordenar a Secretaria Executiva da Rede durante a gestão 2011/2012.

**3.2.3. - Assembleia**

A XV Assembleia da Rede Mercocidades ocorreu no dia 3 de dezembro de 2010 em Belo Horizonte, Brasil. Na ocasião, foram debatidos os temas que haviam sido levantados na reunião do Conselho, além da apresentação dos convênios firmados com a Rede Mercocidades. Assim, destacam-se as temáticas abordadas:

- a) Informe da Secretaria Executiva – Gestão 2009/2010;
- b) Proposta de Plano de Trabalho - Secretaria Executiva – Gestão 2010/2011;

- c) Novo portal da Rede Mercocidades;
- d) Informe sobre personalidade jurídica da Rede Mercocidades;
- e) Solicitações de ingresso na Rede Mercocidades;
- f) Reformas do Estatuto;
- g) Articulação com o FCCR e maior participação das cidades nos projetos do Fundo Estrutural de Convergência do MERCOSUL (FOCEM);
- h) Aprovação das recomendações com relação à FLACMA e à CGLU;
- i) Designação da Secretaria Executiva para a gestão 2011/2012;
- j) Eleição do Conselho da Rede Mercocidades;
- k) Eleição dos coordenadores das Unidades Temáticas, Grupos de Trabalho e Comissões;
- l) Convênios estabelecidos entre a Rede Mercocidades e outras instâncias;
- m) Informes dos projetos da Rede.

Por fim, a XV Assembleia foi encerrada com a leitura da Declaração de Belo Horizonte pelo prefeito Marcio Lacerda.

### **Declaração de Belo Horizonte**

Nós, prefeitos, prefeitas, intendentas, intendentas e alcaldes, reunidos na XV Cúpula da Rede das Mercocidades em Belo Horizonte, observamos que as articulações empreendidas ao longo dos anos de 2009 e 2010 apontam para a impossibilidade de lidar com os problemas internacionais contemporâneos de outra perspectiva que não seja multilateral. Além disso, cada vez mais os modelos e visões que não priorizam a inclusão social, a participação cidadã e o desenvolvimento sustentável se mostram limitados para lidar com tais questões em geral e, de maneira especial, com os problemas de nossa região. Tendo em vista o caráter multilateral do MERCOSUL, bem como as mudanças significativas pelas quais este vem passando nos últimos anos, visando cada vez mais à dimensão do desenvolvimento de seus membros – do qual são expressão o Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL e o Parlamento do MERCOSUL, por exemplo – nota-se não apenas sua pertinência como a necessidade de se aprofundar tal integração. Neste processo, a dimensão local se apresenta como um espaço fundamental. Destarte, um MERCOSUL cada vez mais atento para a realidade local, que busque diminuir as diferenças em suas mais distintas nuances sem, contudo, ignorar sua própria multiculturalidade é algo fundamental para uma integração que promova um desenvolvimento mais justo, sustentável e equânime. Além disso, atentos para os fatos ocorridos recentemente no Rio de Janeiro, destacamos a necessidade do combate à violência urbana e ao tráfico internacional de drogas, e o papel exemplar da ação integrada do Estado brasileiro nesta questão. Para tal, reafirmamos a importância da Unidade Temática de Segurança Cidadã e seu fortalecimento, bem como destacamos a importância de ações concretas nesta questão como, por exemplo, o projeto Estado + Direito (E+D) e o convênio assinado entre as Mercocidades e os Prefeitos pela Paz. Ora, as Mercocidades buscam, desde sua formação, promover a participação das cidades, comunidades e atores locais no processo de construção do MERCOSUL. As cidades são espaços fundamentais não apenas para o desenvolvimento econômico, mas também para o exercício da política e da democracia. Assim, a criação e valorização de esferas públicas locais articuladas entre si e com o espaço político regional, com papel de destaque tanto para o poder público local quanto para

os diversos atores da sociedade civil, seria fundamental no processo de consolidação de uma genuína cidadania regional. A dimensão do desenvolvimento é central para tal consolidação. Assim, a busca por uma integração produtiva, que leve em consideração o papel do desenvolvimento local na diminuição das assimetrias na região, deve ser buscada não apenas pelos governos locais como pelas instâncias políticas no nível regional. Neste processo, destacamos a importância de uma maior articulação com o Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do MERCOSUL (FCCR) e com o Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM), bem como o compartilhamento de boas práticas produtivas de desenvolvimento local, como, por exemplo, os avanços feitos a partir do projeto IN, dentre outros. De igual importância é a ação coordenada das comunidades locais em tais processos. Assim, considerando a crescente legitimação das relações internacionais no nível local, reafirmamos a necessidade do aprofundamento do processo de integração no âmbito local, levando desta forma os benefícios deste ao dia a dia das cidadãs e cidadãos. Além disso, destaca-se a necessidade de se buscar uma maior harmonização da legislação nas cidades de fronteira no âmbito do MERCOSUL, em especial no que concerne à livre circulação de pessoas, bens e serviços. É com pesar que lembramos do falecimento do secretário-geral da UNASUL, Nestor Kirschner, destacando seu importante papel no processo de consolidação de tal instituição no marco da integração regional. Por fim, condenamos qualquer ataque ao Estado democrático de direito e aos valores democráticos, como ocorreu no Equador recentemente. Neste sentido, destacamos que os objetivos almejados pela Rede só podem ocorrer em um contexto de paz e democracia, valores estes historicamente defendidos pelas Mercocidades.

### 3.3. - Delineamentos dos Planos de Trabalho da Secretaria Executiva 2010/2011

O plano de trabalho da Secretaria Executiva da Rede Mercocidades 2010-2011 foi delineado, por um lado, com base no trabalho desenvolvido pelas Secretarias Executivas antecessoras, no intuito de incrementar o desenvolvimento dos eixos político, social e cultural do processo de integração regional, possibilitando maior participação dos entes locais de governo; e, por outro, buscando avançar no fortalecimento institucional da Rede a partir de cinco frentes de atuação.

Com relação aos **projetos e convênios**, a proposta da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte se voltou para o apoio à gestão dos projetos da Rede que já se encontravam em andamento; a revisão de propostas pendentes e o incentivo à formulação e implementação de novos projetos. Também previu o acompanhamento dos vínculos já empreendidos com outras redes e associações internacionais de governos locais, particularmente aquelas latino-americanas e europeias, com o propósito de se realizar o compartilhamento das experiências em temáticas como integração regional, governança local, autonomia local e descentralização administrativa.

A **reformulação político-institucional** da Rede, por sua vez, refere-se à sugestão de modernização das Unidades Temáticas de forma a otimizar a cooperação técnica desenvolvida pelas cidades dos países do MERCOSUL. Para além do plano de trabalho, verificou-se no decorrer do ano a necessidade de um planejamento a médio e longo prazo para a Rede, fato esse que se desdobrou na contratação da Fundação Dom Cabral pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte para que esta renomada instituição elaborasse um planejamento estratégico para a Rede Mercocidades. (vide Capítulo 10.1)

O aprimoramento da **coordenação do Comitê de Municípios (COMUN) do Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do MERCOSUL (FCCR)** também foi uma das propostas da Secretaria Executiva, levando-se em consideração a necessidade de maior representatividade e demanda dos governos locais no bloco regional, e o reconhecimento dos limites impostos pelas respectivas legislações nacionais acerca da autonomia das municipalidades em se

projetarem internacionalmente. Este aprimoramento da coordenação se reflete nas duas reuniões do Comitê de Municípios que foram promovidas pela Secretaria Executiva no ano de 2011, as quais envolveram as temáticas de integração produtiva e integração fronteiriça. (Vide Capítulo 6, página 28).

Além disso, pretendeu-se trabalhar em prol da **cooperação técnica** visando o estímulo às interações entre os governos não centrais do MERCOSUL e o aperfeiçoamento da formulação de políticas que promovam o bem-estar e a qualidade de vida dos habitantes da referida região; assim como a intensificação da troca de experiências no que se refere tanto à aplicação de políticas públicas locais de coesão social, quanto ao desenvolvimento de instrumentos de promoção social, a exemplo dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio estabelecidos pela Organização das Nações Unidas.

No setor de **comunicação**, o plano de trabalho da Secretaria Executiva previa a assistência à atualização do site da Rede Mercocidades, e, posteriormente, acrescentou-se ao mesmo a criação de perfis e contas institucionais em redes sociais com o intuito de ampliar o alcance das informações sobre a Rede Mercocidades; a elaboração de *clippings* de notícia e a política de divulgação de calendário mensal.

# 4

## POLÍTICAS LOCAIS COM VISÃO REGIONAL



## 4 POLÍTICAS LOCAIS COM VISÃO REGIONAL



Nos últimos tempos Mercocidades vem processando um debate acerca da eficácia das atividades desenvolvidas por suas instâncias institucionais e as políticas acordadas em suas instâncias de condução. Neste último ano, liderado pela Secretaria Executiva de Belo Horizonte, desenvolveu-se uma reflexão sobre os objetivos de curto e médio prazo, para estabelecer uma proposta concreta e integral para acionar a Rede. Este processo de reflexão contou com um documento base catalisador, apresentado na XV Cúpula na cidade de Belo Horizonte, realizado pela organização não-governamental INCIDIR. A partir desta iniciativa se evidenciou a necessidade de começar um processo de Planificação Estratégica que pudesse gerar um caminho para a obtenção de resultados concretos a curto e médio prazo. Neste debate se evidenciou a necessidade de fortalecer a principal rede de cidades do MERCOSUL, a partir da análise da agenda estratégica de seus últimos 5 anos, atualizando-a, à luz do contexto e da situação mundial e regional.

Esta planificação estratégica iniciada na XV Cúpula, busca responder às necessidades de fortalecimento e aprofundamento das ações de Mercocidades, para oferecer informação e serviços de qualidade a cidadãos e cidadãs do MERCOSUL, assim como incidir na agenda regional, procurando contribuir na promoção de políticas regionais que construam o MERCOSUL Social, Cultural e Produtivo.

Este caminho contou com a colaboração da Fundação Dom Cabral, contratada pela Prefeitura de Belo Horizonte, cuja pesquisa, colaborações e propostas, serão apresentadas na XVI Cúpula de Mercocidades em Montevideú.

### 4.1. - Os marcos desta planificação:

- 1.- Início do debate em Belo Horizonte, durante a XV Cúpula, a partir do documento base elaborado por INCIDIR.
- 2.- Entrevistas a atores “qualificados” de Mercocidades.
- 3.- Reunião de Coordenadores e Subcoordenadores das Unidades Temáticas, Comissões e Grupos de Trabalho, com a Comissão Diretiva, a Secretaria Executiva e a Secretaria Técnica Permanente de Mercocidades, em duas oportunidades. Em março de 2011 na cidade de Montevideú e em julho na cidade de Bagé.
- 4.- Reunião de trabalho com a Fundação Dom Cabral e os participantes do Conselho de Mercocidades na cidade de Porto Alegre em agosto de 2011.
- 5.- Reunião da Comissão Diretiva e da Secretaria Técnica Permanente de Mercocidades, durante o lançamento das atividades da XVI Cúpula de Mercocidades na cidade de Montevideú, em setembro de 2011.
- 6.- Reunião de trabalho com a Fundação Dom Cabral, a Secretaria Executiva, a Secretaria Técnica Permanente e os participantes da reunião da Unidade Temática de Cultura de Mercocidades, na cidade de Belo Horizonte, em outubro de 2011.

<sup>9</sup> INCIDIR: : Iniciativa para a Cooperação Internacional, o Desenvolvimento e a Integração Regional. Organização não-governamental com sede em Buenos Aires, Argentina [www.incidir.org](http://www.incidir.org)

7.- Reunião de trabalho durante a XVI Cúpula de Mercocidades, na cidade de Montevidéu, em dezembro de 2011.

8.- Validação pelo Conselho de Mercocidades na XVI Cúpula, na cidade de Montevidéu, em dezembro de 2011.

#### 4.2. - Fortalecimento, aprofundamento e ampliação de Mercocidades.

Após 16 anos de atuação da principal rede de cidades do MERCOSUL (Mercocidades), torna-se necessário discutir, debater, refletir, acordar, planificar e atuar ante os vários desafios que a rede tem proposto. Entre os mais relevantes, identificamos 3 (três) fundamentais:

- a) Fortalecer-se como rede.
- b) Aprofundar o espaço, consolidando os êxitos para projetarmos ao futuro.
- c) Ampliar Mercocidades, articulando os distintos níveis de governo da região.

**a.- Fortalecer-se como rede, atualizando sua estrutura, sua forma de funcionamento, adequando-o ao número de governos locais integrantes de Mercocidades.** Promover formas de gestão mais eficientes e eficazes, que contemple, conecte e comunique aos integrantes da rede e seus diversos interesses. Continuar o desenvolvimento da política de alianças, ampliando a base de acordos e coincidências com outros atores relevantes da integração regional, com a ideia de promover a dimensão social, cultural e produtiva do MERCOSUL. Um aspecto que se conseguiu alcançar na última Cúpula, que contribui decididamente para o fortalecimento da rede e podemos também ver-lo como um impulso ao trabalho horizontal da rede, é que cada uma das instâncias de coordenação corresponde a um governo local integrante de Mercocidades (um governo local = uma coordenação). Isto nos refere à ampliação territorial da rede, assim como a potenciação das ações por uma maior participação de seus membros na dinâmica de funcionamento.

Outro elemento que nos fala do fortalecimento da rede é a obtenção da personalidade jurídica para Mercocidades: “Associação Civil Internacional da Rede de Cidades Mercocidades”, que nos permitirá uma gestão mais ágil e eficiente.

**b.- Aprofundar o espaço, refere à consolidação dos sucessos alcançados.** Para isso, é necessária a coordenação permanente entre as instâncias da rede, para atuar na concretização dos objetivos que ano a ano se acordam incorporar no plano de trabalho. A partir do processo de planificação estratégica que vem realizando Mercocidades, liderado pela Secretaria Executiva, começa um período fundamental para alcançar o aprofundamento e a consolidação de Mercocidades. Também a partir deste debate, torna-se necessário atualizar a estrutura institucional da rede, ajustando-a a nova realidade e as necessidades para o cumprimento de seus objetivos.

**c.- Ampliar Mercocidades, é um desafio maior, que busca dar continuidade a decisões da rede.** No cenário atual de participação dos governos locais no panorama regional e internacional, Mercocidades tem o desafio de complementar para aprofundar sua atuação e ampliação, atendendo cenários diversos. Para isso, o processo de fortalecimento e aprofundamento deve acompanhar a ampliação. Sem dúvida o novo formato de trabalho desenvolvido nos últimos três anos, com a execução de projetos regionais em temas transversais, favorecem este cenário de atuação ampliada. Ampliação

que permitirá a Mercocidades se consolidar como um ator planetário, desenvolvendo atividades que permitam uma maior cooperação e trabalho conjunto com outros governos locais que participam de processos similares no mundo. Em particular uma associação entre a União Europeia e o MERCOSUL é um novo desafio e uma oportunidade para Mercocidades. Também se constituir em um espaço de representação ante a associação mundial de governos locais CGLU, da qual a rede foi sócia fundadora.

#### 4.3. - Prioridades Temáticas

O ano 2011 foi marcado por desafiantes trabalhos no que se refere às ações integrais da Rede Mercocidades com a atual agenda do MERCOSUL. Construções reais de conhecimento e união de esforços foram desenvolvidas nos eixos da integração produtiva regional, integração fronteiriça e cidadania regional. Cabe lembrar que, concernente aos passos e preocupações locais acerca do desenvolvimento socioeconômico, os eixos em destaque cumprem a construção de um regime de ações e avigoram a cooperação entre diversos entes da alçada social e governamental.

Nesses termos, a integração produtiva pode ser compreendida no fomento de uma desintegração vertical na produção. A qual relaciona a compra de matérias primas, bens intermediários, como também peças e componentes para o setor industrial numa plataforma ampla e ramificada num recorte geográfico transnacional específico. O marco histórico para a construção dessa nova plataforma de produção ganhara fôlego durante a década de 1970, e com o aprofundamento do processo de regionalização das atividades políticas e financeiras, a integração produtiva se fundou como um forte alicerce para aproximar inicialmente os Estados nacionais. Todavia, atualmente tais cooperações e diálogos necessitam incisivamente da participação dos entes locais como agentes do processo. Dentro desta perspectiva, a Rede Mercocidades, ao longo do ano 2011, apoiou e defendeu a ampliação da cooperação municipal em torno da temática.

Algumas construções reais deste esforço ganham destaque. Assim, entre os dias 14 e 15 de abril de 2011 foi realizada em Tandil (Argentina), a I Reunião do Comitê de Municípios do Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos (FCCR) do MERCOSUL, atualmente coordenado pela Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, cuja temática era “A Institucionalidade dos Governos Locais no Processo de Integração Regional: repensando estratégias para a Integração Produtiva”.

A reunião foi estruturada com o objetivo de organizar reflexões sobre a integração produtiva vinculadas aos eixos da economia solidária, cooperativismo, e pequenas e médias empresas, no tocante à competitividade e inovação. Pontos estes os quais, após concisas reflexões dos atores locais, foram incorporados em um documento direcionado ao FCCR, com base nas perspectivas tidas como fundamentais para o desenvolvimento do processo de integração produtiva. Após a construção dos grupos de trabalhos, algumas significativas recomendações foram destacadas, como a necessidade de se trabalhar em duas lógicas, com um plano de trabalho de amplo prazo para toda a Rede, e outro com curto prazo, a fixar-se nas exigências e necessidades mais urgentes dentro do bloco do MERCOSUL. Acresce ainda destacar a proposta de uma ação concreta, como a fundação de reuniões entre os responsáveis por parques industriais/tecnológicos e incubadoras de empresas.

Ainda durante os trabalhos em Tandil, a Unidade Temática de Desenvolvimento Econômico Local, coordenada pela cidade de Guarulhos, apresentou seu plano de trabalho. Neste, grande destaque foi dado para a construção dos perfis econômicos das cidades participantes para lista das cidades cadastradas, agências de desenvolvimento e associações comerciais. Em vista de um planejamento

inicial acerca das possibilidades de cooperação dentro da temática de integração produtiva, a construção dos perfis foi demonstrada como um importante instrumento na busca constante de novos meios para o desenvolvimento das cidades da Rede Mercocidades.

Destaque do ano com relação à atuação em prol da integração produtiva também foi a realização do encontro entre empresários brasileiros de software e empresas de Tandil (Argentina), organizado pelo Escritório de Vinculações Internacionais da cidade argentina e pela Câmara de Empresários do Polo Informático do município (CEPIT), e liderado pelas cidades de São Carlos (Brasil) e Tandil, coordenação e subcoordenação da UTCTC, respectivamente.

A integração fronteiriça também se ergue como outro pilar de suma importância dentro do MERCOSUL, e também referenciado pelo COMUN no âmbito do FCCR. Nessa perspectiva, a cidade de Bagé (Brasil), nos dias 30 e 31 de agosto de 2011, recebeu a II Reunião do Comitê de Municípios do FCCR, que teve como tema central “A Integração Fronteiriça e a Promoção do Desenvolvimento Local Integrado”.

Dentro da metodologia apresentada no encontro, discutiu-se a livre circulação nas áreas fronteiriças, a cooperação no âmbito da prestação de serviços básicos (médicos de fronteira/ corpo de bombeiros), entre outros. Ainda, cabe destacar que os atores integrados nos debates apontaram pelo reconhecimento da necessidade no avanço das ações dos capítulos nacionais do FCCR, os quais angariariam a capacidade de envolver as municipalidades fronteiriças através de uma forma coletiva, ampla e profunda. Pode-se enfatizar que as recomendações apresentadas no documento final amalgamaram compreensões acerca das possibilidades estruturais e superestruturais em referência à integração fronteiriça. Pontos estes que aludem tanto às trocas econômicas entre os municípios circunscritos nas faixas de fronteira, como também às trocas culturais, as quais apresentam caminhos e formas variadas para serem constituídas.

Imbuído na perspectiva da cidadania regional, compreende-se que a livre circulação debatida na II Reunião do COMUN concerne com a garantia dos direitos sociais em caráter transnacional, concatenados em respeito aos direitos fundamentais do homem. Aqui, abre-se campo para compreendermos o conceito de fronteira viva, ponto que ilumina a necessidade de se edificar o respeito e defesa dos direitos humanos em face das práticas comuns diárias de milhões de pessoas no contexto do MERCOSUL. Nesses termos, direciona-se para o reconhecimento do transbordamento fronteiriço alimentado pelo fluxo das pessoas na faixa de fronteira, ponto este que constitui a base da vida de tais cidadãos do MERCOSUL. Assim, a Rede Mercocidades e seus respectivos membros fronteiriços têm buscado reforçar a necessidade de se compreender as possibilidades econômicas e políticas, e principalmente acerca dos direitos humanos dentro da lógica e da práxis na fronteira.

Os direitos fundamentais do homem, no cerne das recomendações e positivamente das Nações Unidas através da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, têm sido objeto de grande empenho e preocupação da Rede Mercocidades na construção de um MERCOSUL mais justo, social e solidário. As ações atreladas à busca de um novo MERCOSUL orientam preocupações acerca da dimensão social do bloco. Estas aludem à promoção do desenvolvimento humano integral (reconhecimento dos direitos civis, políticos e sociais, culturais e econômicos dos cidadãos) a partir do desenvolvimento econômico da distribuição equitativa, e, assim, a não dissociação entre aspectos econômicos e sociais do desenvolvimento. Dentro desta perspectiva, três projetos se destacam na Rede Mercocidades: o Projeto Inovação e Coesão Social (IN), o Laboratório de Políticas Locais, e o Projeto Estado + Direitos.

Primeiramente, dentro da alçada do Projeto IN se objetiva o ordenamento de ações estratégicas concernentes aos Objetivos do Milênio. Pontos estes orientados à edificação e reforço na construção de sociedades mais justas, redução da pobreza e o enfrentamento às questões concernentes às desigualdades e exclusão social, a partir do papel ativo dos governos locais.

Destarte, o Laboratório de Políticas Locais também emerge dentro da Rede Mercocidades como um importante instrumento na defesa dos direitos humanos e da democracia. Tal projeto traça como finalidade articular espaço de construção coletiva no cerne da sistematização, avaliação e desenvolvimento constante das experiências políticas locais. Além disso, cabe destacar que a execução de práticas atreladas ao projeto também contribuem para a construção de um regime de ideias e estratégias, ponto este que são de fundamental importância para a cooperação entre as cidades da Rede, assim como na conquista conjunta de melhores resultados sociais para os mercosulinos.

Importa ainda destacar as realizações do Projeto Estado + Direitos, coordenado pelo Município de Morón (Argentina), as quais envolveram oficinas locais e regionais, além de debates que ampliaram a percepção e preocupação das cidades da Rede Mercocidades no que se refere aos direitos humanos. A partir dos eixos estruturais do projeto, destacam-se seus alicerces, quais sejam a comunicação e promoção dos direitos humanos, a capacitação, a investigação e a coordenação do Projeto que é realizada regionalmente.

Concernente ao seu primeiro alicerce, o E+D produziu uma revista anual do projeto - “Em Rede, nós o sul, cidades com direitos” -, a qual sintetiza colocações específicas dentro da área dos direitos humanos, como por exemplo, o recorte da discriminação, além de outras produções; posteriormente, o eixo de capacitação remonta à produção de material explicativo, e de instrumentos pedagógicos que fomentem a promoção de valores pela paz, o respeito, a liberdade, a igualdade, a memória crítica, a defesa dos direitos humanos e a participação cidadã. No que se refere ao terceiro eixo, que se ampara na temática da investigação, a pesquisa ganha espaço através da coleta de dados que visam indicar e robustecer a informação dos resultados dentro das ações ligadas ao diagnóstico da situação local e dos direitos humanos; por fim, a coluna do projeto se abriga na coordenação regional. Esta se ergue na composição de uma equipe técnica multidisciplinar para promoção e construção das etapas do projeto. Além disso, a configuração do comitê consultivo contribui para a orientação política e estratégica das ações do Projeto E+D, através da integração com a Secretaria Técnica Permanente Montevideu, da Secretaria Executiva, da Comissão de DH da Rede Mercocidades e pelo Observatório de Políticas Pública de Direitos Humanos do MERCOSUL.

Nesses termos, se finda o ano de 2011 com grandes realizações no âmbito das temáticas estruturais do MERCOSUL. Todavia, é preciso reconhecer que ainda há grandes vitórias por lograr e caminhos a percorrer em face dos grandes desafios que têm sido apontados dentro da lógica social e econômica. A Rede Mercocidades e todos seus membros reconhecem a necessidade da ação conjunta e integrada, as quais são instrumentos vitais para a construção de um MERCOSUL mais justo, social e acessível.

5

**UNIDADES TEMÁTICAS,  
GRUPOS DE TRABALHO  
E COMISSÕES**



## 5 UNIDADES TEMÁTICAS, GRUPOS DE TRABALHO E COMISSÕES



### 5.1. Espaços de coordenação - reunião de coordenadores das Unidades Temáticas, Grupos de Trabalho e Comissões, junto à Comissão Diretiva e a Secretaria Técnica Permanente de Mercocidades.

Nos dias 28 e 29 de março de 2011 na cidade de Montevidéu se realizaram as jornadas de trabalho entre os coordenadores das Unidades Temáticas, Grupos de Trabalho e Comissões, a Comissão Diretiva de Mercocidades, e as Secretarias Executiva e Técnica Permanente de Mercocidades. Nas jornadas participaram representantes de todas as unidades temáticas, contando com a apresentação de todas, salvo a de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, também formaram parte do encontro os técnicos de INCIDIR e da Fundação Dom Cabral. Estas jornadas foram organizadas com o propósito de articular, gerir e trabalhar de forma conjunta para transformar em metas, os eixos temáticos prioritários aprovados na XV Cúpula de Mercocidades no mês de dezembro de 2010, na cidade de Belo Horizonte. Estas prioridades que surgem a partir da troca entre os participantes da XV Cúpula se agrupam nos seguintes pontos:



Reunião de Unidades Temáticas, Comissões e Grupos de Trabalho de Mercocidades, junto à SE e a STPM.

Fonte: imprensa Prefeitura de Montevidéu.

- 1.- Reflexão estratégica e planificação de curto e longo prazo de Mercocidades.
- 2.- Estabelecimento de uma comunicação mais efetiva entre os membros da rede.
- 3.- Fortalecimento institucional da rede e construção de vínculos de trabalho com novos sócios e cooperantes dentro da região e fora da mesma, levando-a assim a outros âmbitos institucionais.
- 4.- Intensificar o relacionamento de Mercocidades com iniciativas privadas como forma de estimular o desenvolvimento econômico local.
- 5.- Continuar e aprofundar o relacionamento entre Mercocidades e os atores da sociedade civil, destacando às organizações da sociedade civil e as Universidades.
- 6.- Abordar de forma prioritária os temas da cidadania regional, do desenvolvimento econômico local, da integração produtiva regional, da integração fronteiriça e da inclusão social, enfatizando-os na agenda regional através do Foro Consultivo de Cidades e Regiões do MERCOSUL (FCCR), e por meio da articulação estratégica com diversas instâncias do MERCOSUL.

A partir dos eixos mencionados se propôs articular um plano de trabalho entre os governos locais de Mercocidades, que se sustente em ações coordenadas desde suas distintas instâncias de trabalho, como são: a Secretaria Executiva, a Comissão Diretiva, as Unidades Temáticas (UTs), os Grupos de Trabalho e a Secretaria Técnica Permanente de Mercocidades.

Nesse sentido se trabalhou analisando os planos de trabalho apresentados pelos coordenadores e subcoordenadores de UTs e Grupos de Trabalho, atendendo uma pauta acordada entre a SE e a STPM,

estruturada com base a 6 eixos principais:

1.- As atividades propostas devem considerar os eixos temáticos prioritários aprovados na XV Cúpula, contemplando a realização de encontros presenciais e a continuidade da ação por meio da comunicação entre as cidades participantes.

2.- Cronograma destas atividades.

3.- Em caso de que a instância que se apresenta participe em algum projeto, mencionar de que se trata, seus sócios cooperantes ou financiadores, os convênios realizados e as atividades que desenvolvem.

4.- Apresentar ao menos uma proposta de trabalho conjunta com outra Unidade ou Grupo temático da Rede.

5 - Identificar um tema de interesse com o fim de propor um projeto da UT ou do Grupo.

6 - Propor ao menos uma atividade ou tema afim à agenda do MERCOSUL que possa ser proposto nas reuniões do FCCR, com vistas a aproximar o bloco regional aos/as cidadãos/ãs.

### **Metodologia de trabalho**

Realizou-se uma metodologia de trabalho que permitisse ao final das jornadas alcançar os objetivos propostos; para isso foram realizadas as seguintes apresentações:

- ▶ Consenso dos eixos prioritários para a elaboração do Plano de Trabalho da Secretaria Executiva de Belo Horizonte.
- ▶ Consenso dos Planos de Trabalho das Unidades Temáticas, Comissões e Grupos de Trabalho da Rede.
- ▶ Consenso dos delineamentos da Presidência Pro Tempore do Paraguai no MERCOSUL (PPTP) – 1º semestre de 2011, e da do Uruguai (PPTU) no 2º semestre de 2011.
- ▶ Consolidação do Calendário Anual de Atividades da Rede de Mercocidades.

### **Compromissos**

Ao finalizar as jornadas foram alcançados os seguintes resultados:

- ▶ Estabeleceu-se um plano de trabalho de Mercocidades, com o consenso dos participantes.
- ▶ Gerou-se um calendário comum de atividades.
- ▶ Acordou-se incorporar ferramentas que permitam melhorar a comunicação intra e extra Mercocidades.
- ▶ Acordou-se promover a participação da sociedade civil em atividades conjuntas com as cidades.
- ▶ Adequar os planos de trabalho das Unidades Temáticas para desenvolver uma agenda que considere os delineamentos temáticos da Rede.

A partir deste espaço de coordenação, as Unidades Temáticas desenvolveram suas atividades ao longo do ano, que pode se consultar neste informe no capítulo de cada Unidade Temática.

## 5.2. - Informes de Gestão

O Informe de Gestão da Rede Mercocidades contou com o protagonismo das coordenações e subcoordenações das Unidades Temáticas (UTs), Grupos de Trabalho (GTs) e Comissões para a elaboração deste capítulo. Dessa maneira, as cidades coordenadoras e subcoordenadoras formularam breves informes sobre suas atividades durante o período de 2010/2011, os quais buscaram abranger a articulação entre os objetivos propostos no plano de trabalho e os resultados alcançados ao final dos trabalhos; a articulação com o MERCOSUL; as ações transversais desenvolvidas com outras UTs, GTs e Comissões e a quantidade de reuniões e de cidades representadas/ participantes.

### Comissão de Direitos Humanos (CDH)

**Cidade coordenadora:** Morón (Argentina)  
**Prefeito:** Lucas Ghi  
**Coordenadora:** Antonela Di Vruno (Direção de Direitos Humanos)  
**Cidade subcoordenadora:** Neuquén (Argentina)  
**Prefeito:** Lic. Martín Farizano  
**Coordenador:** David Antonio Lugones (Secretário de Direitos Humanos e Sociais)

Participam cidades de Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela -no âmbito do *Projeto E+D*, onde se articulam propostas e se desenvolve uma agenda integrada aos objetivos da Rede. Para tais fins, interage com 7 Unidades Temáticas<sup>10</sup>, procura uma sinergia de Projetos e impulsiona a confluência de 4 redes de trabalho.

Sob esta proposta, com perspectiva local para o regional<sup>11</sup>, começaram discussões sobre segurança cidadã; discriminação, racismo e xenofobia; violência institucional; políticas públicas de memórias -sites de memórias e marcas territoriais; emancipação, processos genocidas; políticas públicas com abordagens integrais; direito à mobilidade; direitos trabalhistas; políticas educativas; memórias MERCOSUL e cidadania regional.

Consumaram-se 4 encontros regionais (19 cidades membro), 4 oficinas locais com intervenção da sociedade civil, 2 diagnósticos locais participativos e um seminário regional. Assim mesmo, a Revista *EnRE+D. Nós o Sul, Cidades com Direitos*, sobre “Discriminação”, no segundo número apresentará “Cidadania Regional”, e a vigência do site Web<sup>12</sup> com informação relativa à temática.

<sup>10</sup> Gênero e Município, Segurança, Juventude, Cultura, Desenvolvimento Social, Planificação Estratégica e Ciência e Tecnologia.

<sup>11</sup> A participação do OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE DIREITOS HUMANOS NO MERCOSUL (sócio do Projeto E+D), o Parlamento do MERCOSUL, a Coalizão de Cidades Latino-Americanas e Caribenhas contra o Racismo, a Xenofobia e a Discriminação, e o Instituto Multimídia DerHumALC, permitiram fortalecer o trabalho desde a Rede para o MERCOSUL. Começou também, um trabalho coordenado com o Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos do MERCOSUL.

<sup>12</sup> www.estadomasderechos.org

**Grupo de Trabalho em Cultura do Esporte (GTCE)**

**Cidade coordenadora:** Caxias do Sul (Brasil)  
**Prefeito:** José Ivo Sartori  
**Coordenador:** Felipe João Gremelmaier (Secretário Municipal do Esporte e Lazer)  
**Cidades subcoordenadoras:** Buenos Aires (Argentina) e Morón (Argentina)  
**Prefeitos:** Mauricio Macri e Lucas Ghi  
**Coordenadores:** Luis Mesones (Coordenador Geral de Eventos);  
 Prof. Juan Sala (Diretor de Esporte e Recreação)

No ano 2011, o Grupo de Trabalho realizou duas reuniões presenciais, sendo uma na cidade de Caxias do Sul, Rio Grande do Sul (Brasil) e a outra em Morón, (Argentina).

A troca de experiências, no âmbito do GT, tem produzido projetos específicos em cada cidade, dentre eles, a produção de um livro contendo as experiências da área do esporte e lazer de cada cidade participante dos encontros, objetivando socializar as experiências. Além disso, o Grupo tem buscado a construção de ações transversais com a Unidade Temática de Turismo, tendo em vista a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016, sendo que ambas serão realizadas no Brasil.

No entanto, apesar dos resultados positivos que o Grupo tem apresentado, destaca-se que o grande desafio a ser superado é o de encontrar maneiras de ampliar a participação das cidades da Rede Mercocidades nas atividades propostas.

**Unidade Temática de Autonomia, Gestão e Financiamento Municipal (UTAGM)**

**Cidade coordenadora:** Neuquén (Argentina)  
**Prefeito:** Lic. Martín Farizano  
**Coordenadora:** Gabriela Tedeschi Cano (Diretora Municipal de Relações Institucionais)  
**Cidade subcoordenadora:** Guarulhos (São Paulo)  
**Prefeito:** Sebastião Alves de Almeida  
**Coordenadora:** Roseli de Fátima Ferreira (Coordenadora de Relações Federativas)

No eixo de articulação entre os objetivos propostos em nosso plano de trabalho e os resultados alcançados, nos propusemos fortalecer as capacidades institucionais dos governos locais para uma gestão eficaz e eficiente; e promover o desenvolvimento de ferramentas para sua articulação institucional com os atores econômicos e sociais e a cidadania. Para isso, estabeleceu-se uma comunicação fluida com as cidades integrantes; incentivamos que outras cidades da Rede também participassem; e fornecemos informação de Mercocidades para as que ainda não são membros.

Ao longo do ano foram desenvolvidas ações transversais com a UTDU no “Foro sobre Mobilidade Sustentável, Participação Cidadã e Associativismo Municipal e Segundas Jornadas Patagônicas de Mercocidades” (Neuquén, abril/2011), e a UTAGFM teve participação no Laboratório de Políticas Locais e colaborou na organização da Oficina do Laboratório de Políticas Locais da Rede de Mercocidades (Morón, agosto/2011).

Ao total a UTAGFM organizou 1 reunião, em Morón no mês de agosto, onde estiveram representadas 24 cidades, sendo elas: Buenos Aires, Cipolletti, Córdoba, General San Martín, Necochea, Neuquén, Parana, Quilmes, Rio Cuarto, Rosário, Trelew (Argentina); Belo Horizonte, Camaçari, Canoas, Contagem,

Gravataí, Guarulhos, Várzea Paulista, Vitória (Brasil); Canelones, Maldonado, Montevideu, Paysandú, Rocha (Uruguai).

#### Unidade Temática de Ciência, Tecnologia e Capacitação (UTCTC)

**Cidade coordenadora:** São Carlos (Brasil)  
**Prefeito:** Oswaldo Baptista Duarte Filho  
**Coordenador:** Emiliano Saran Azevedo (Assessor de Relações Internacionais e Institucionais)  
**Cidade subcoordenadora:** Tandil (Argentina)  
**Prefeito:** Miguel Lunghi  
**Coordenadora:** Marcela Petrantônio (Coordenadora de Relações Internacionais)

A cidade coordenadora e subcoordenadora da Unidade Temática de Ciência, Tecnologia e Capacitação estiveram presentes nos seguintes eventos: Reunião da Comissão Diretiva da Rede Mercocidades e de Coordenadores e Subcoordenadores das Unidades Temáticas (Montevideu, março/2011); I Reunião do Comitê de Municípios do FCCR (Tandil, abril/2011); 1º Encontro de Cidades e Universidades promovido pela Associação de Universidades Grupo Montevideu (AUGM) (Santa Fé, abril/2011). Neste último, São Carlos apresentou as experiências do município e lançou o Prêmio Mercocidades de Ciência e Tecnologia que tem a AUGM como co-realizadora.

A Prefeitura de São Carlos também participou da IX Reunião Plenária de Governadores e Prefeitos do Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do MERCOSUL (FCCR), no mês de junho em Assunção; do Workshop de Reflexão Estratégica da Rede Mercocidades; da reunião do Conselho da Rede Mercocidades (agosto/2011); do ato de lançamento da XVI Cúpula da Rede Mercocidades; da abertura oficial da 6ª Capacitação do Projeto IN: Inovação e Coesão Social e da II Reunião da Comissão Diretiva da Rede Mercocidades (setembro/2011).

Como atividades promovidas se destacam a reunião e o seminário da UTCTC em Tandil (junho/2011), na qual ocorreu a rodada de negócios entre empresas brasileiras e argentinas da área de Tecnologia da Informação; a 8ª edição do Prêmio Mercocidades de Ciência e Tecnologia (em parceria com a Associação de Universidades Grupo Montevideu, com 27 trabalhos inscritos), a 4ª Mostra de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas (outubro/2011) e a entrega do Prêmio Mercocidades de Ciência e Tecnologia.

#### Unidade Temática de Cultura (UTC)

**Cidade coordenadora:** Buenos Aires (Argentina)  
**Prefeito:** Mauricio Macri  
**Coordenadora:** María Victoria Alcaraz (Diretora Geral do Centro Cultural San Martín)  
**Cidades subcoordenadoras:** Quilmes (Argentina); Rosário (Argentina) e Valparaíso (Chile)  
**Prefeitos:** Francisco Gutiérrez; Roberto Miguel Lifschitz e Jorge Castro Muñoz  
**Coordenadores:** Evangelina Ramírez (Subsecretária de Educação, Cultura e Comunicação); Horacio Ríos (Secretário Geral de Cultura) e Jacobo Ahumada (Diretor de Desenvolvimento Cultural)

Durante este período na gestão da coordenação da UTC se obtiveram numerosas experiências positivas com respeito à articulação entre os objetivos propostos no plano de trabalho e os resultados alcançados.

Em relação com o primeiro eixo de trabalho, “fortalecimento da participação das cidades membro na UTC”, conseguiu-se a participação ativa de 26 cidades membro no primeiro encontro organizado realizado na cidade de San Fernando del Valle de Catamarca de 3 a 6 de junho de 2011. Para a última reunião da UTC que se realizará entre os dias 25 e 29 de outubro de 2011, na cidade de Belo Horizonte, confirmaram mais de 35 cidades inscritas.

No eixo desenvolvimento de ações e de projetos conjuntos relacionados, por um lado, com a troca artístico-cultural e, por outro, com o fortalecimento institucional, se encaminharam significativos projetos de troca artístico-cultural entre todas as cidades membro gerando, também, um aumento nas vinculações bilaterais. Entre os projetos multilaterais podem se citar: a continuação da elaboração do Plano Cultural ante as Situações de Crise Extrema (Estojo de Primeiros Socorros Culturais), a continuação da elaboração de um Jogo Didático sobre a Rede Mercocidades para ser entregue nas escolas das cidades da Rede, a realização de mostras de artes visuais no âmbito das reuniões da UTC, entre outros. Assim mesmo, se promoveram diversas ações tendentes ao fortalecimento institucional da UT de Cultura como a atualização permanente do diretório de autoridades culturais, a presença institucional da UT de Cultura no Florianópolis Audiovisual MERCOSUL, a participação da UTC no Projeto E + D, a difusão de atividades das cidades membro no nível regional e a participação da UTC no Projeto de Criação do Laboratório de Cooperação Cultural do MERCOSUL em Villa Ocampo, junto com a UNESCO e a Deputação de Barcelona.

Ao longo do ano continuou se promovendo a vinculação da Unidade Temática de Cultura com outras redes culturais como a Interlocal, a Rede Cultural MERCOSUL, a Comissão de Cultura da CGLU e a Agenda 21 para a Cultura. No âmbito da última reunião da UTC, em Belo Horizonte, realizou-se um Seminário Aberto para gestores culturais da Rede com o tema “Cultura Local: uma oportunidade para pensar o desenvolvimento”, onde importantes acadêmicos e gestores realizaram exposições e troca de experiências.

Uma colaboração para a articulação com o MERCOSUL foi a participação de cidades representantes da UT de Cultura (Rosário, Argentina; Maldonado, Uruguai) no 15º Florianópolis Audiovisual MERCOSUL no dia 25 de junho de 2011 e a realização de uma reunião da UT no âmbito do Festival. Propôs-se a realização de um mapeamento de programas e atividades audiovisuais no âmbito da UTC. Outra das contribuições para outras instâncias do MERCOSUL, tendente ao fortalecimento institucional das áreas de cultura, é a participação no Projeto de Criação do Laboratório de Cooperação Cultural do MERCOSUL em Villa Ocampo. Trata-se de uma proposta conjunta entre a UNESCO, a Deputação de Barcelona, com a participação da Rede Mercocidades.

Sobre as ações transversais com outras UTs, GTs e/ou Comissões, se propôs trabalhar conjuntamente com a UTE na entrega do material lúdico didático, o qual está trabalhando a UTC atualmente, em escolas das cidades membro da Rede.

A primeira reunião da UTC foi realizada na cidade de San Fernando del Valle de Catamarca, Argentina, de 3 a 6 de junho de 2011 com a participação de 26 cidades membro; a segunda reunião ocorreu em Belo Horizonte, Brasil, de 25 a 29 de outubro.

<sup>13</sup> O informe de gestão foi elaborado antes da realização da última reunião da UTC.

### Unidade Temática de Desenvolvimento Econômico Local (UTDEL)

**Cidade coordenadora:** Guarulhos (Brasil)  
**Prefeito:** Sebastião Alves de Almeida  
**Coordenador:** Antonio Carlos de Almeida (Secretário de Desenvolvimento Econômico)  
**Cidades subcoordenadoras:** Morón (Argentina); Montevideú (Uruguai)  
**Prefeitos:** Lucas Ghi; Ana Olivera  
**Coordenadores:** Javier Terrani (Diretor de Promoção de Exportações do Município de Morón); Ricardo Posada (Diretor da Unidade de Pequenas e Médias Empresas)

### Comissão de Economia Solidária

**Cidade coordenadora:** Diadema (Brasil)  
**Prefeito:** Mário Reali  
**Coordenadora:** Solange Ferrarezi Zanetta (Secretária de Desenvolvimento Econômico e Trabalho de Diadema)

De acordo com o plano de trabalho apresentado pelo Secretário de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura Municipal de Guarulhos, Sr. Antônio Carlos de Almeida, para a Unidade Temática de Desenvolvimento Econômico Local da Rede Mercocidades, e seguindo as orientações de trabalho da Secretaria Executiva, as atividades conduzidas ao longo do ano visaram o fortalecimento da comunicação entre as cidades integrantes e o desenvolvimento de projetos voltados para a integração produtiva regional.

O trabalho foi iniciado com o recebimento e organização dos dados de contato dos Secretários Municipais responsáveis pela condução dos temas de desenvolvimento econômico local e das equipes responsáveis pela interface com a Rede Mercocidades. São 42 municípios participantes.

Além da criação de um logo para a Unidade Temática, foi reforçada a comunicação interna da UT com a circulação dos *Boletins Eletrônicos* - que periodicamente informam e divulgam as atividades relacionadas ao tema de desenvolvimento econômico realizadas na região, e também dos Perfis Econômicos dos municípios - que permitem aos integrantes da UTDEL conhecer mais sobre os potenciais setores de cooperação.

Através dos boletins foram divulgados os seguintes eventos (alguns organizados por outras unidades temáticas, reforçando o caráter transversal das atividades):

LOCALIDADE	EVENTO	DATA
I Reunião do COMUN	Seminário-Oficina: "A institucionalidade dos governos locais no processo de integração produtiva".	14 e 15 de abril.
Rafaela, Argentina.	1º Congresso Internacional de Entidades de Comércio Exterior.	4 e 5 de maio.
Guarulhos, Brasil.	8ª Rodada de Negócios ASEC/ CIESP.	12 e 13 de maio.
Curitiba, Brasil.	CICI 2011- Conferência Internacional de Cidades Inovadoras.	17 a 20 de maio.
Morón, Argentina.	Feira da Cooperação 2011 e Encontro de Agências de Desenvolvimento	10 a 12 de junho.
Tandil, Argentina.	Encontro de Negócios do Setor de Software	27 de junho.
Guarulhos, Brasil.	Seminário Internacional de Cidades Aeroportuárias.	6 de julho.
Quilmes & Almirante Brown, Argentina.	Rodada Internacional de Negócios - 'PMExSul'.	Dias 2 e 3 de agosto na cidade de Quilmes e nos dias 4 e 5 de agosto na cidade de Almirante Brown.
Porto Alegre, Brasil.	Reunião de Conselho da Rede Mercocidades	4 e 5 de agosto.
Tafí del Valle, Argentina.	II Jornadas Internacionais de energia renovável e desenvolvimento local	7 a 10 de setembro.
Guarulhos, Brasil.	GUARUJEX 2011 e Reunião Presencial UTDEL	22 de setembro.
Sevilha, Espanha.	Primeiro Foro Mundial de Agências de Desenvolvimento	5 a 7 de outubro.
São Carlos, Brasil.	Prêmio Mercocidades de Ciência e Tecnologia e 4ª Mostra de Ciência e Tecnologia em Políticas Públicas Municipais.	25 a 29 de outubro.

Sobre os perfis econômicos dos municípios, até o momento as cidades participantes foram Anápolis, Amparo, Bagé, Belo Horizonte, Guarulhos, Várzea Paulista, Juiz de Fora, Nova Prata, São Leopoldo, (Brasil), Morón, Rafaela, Tandil, Pergamino, (Argentina) e Montevideu (Uruguai). A publicação dessas informações está prevista ao término da gestão.

A reunião presencial da UTDEL, por fim, ocorreu no dia 22 de setembro em Guarulhos, e estiveram presentes 14 municípios da Argentina, Brasil e Uruguai. Na ocasião, foi possibilitada a discussão de

projetos, encaminhamentos e atividades futuras, a retomada da participação de Diadema na condução da Comissão de Economia Solidária, e a manifestação de interesse da cidade de Araraquara em assumir a Comissão de Fomento de Negócios para a gestão 2011/2012.

#### Unidade Temática Desenvolvimento Urbano (UTDU)

**Cidade coordenadora:** La Victoria de Lima (Peru)  
**Prefeito:** Arq. Alberto Sánchez Aizcorbe Carranza  
**Coordenador:** Arq. Lucía Ledesma Martínez – Gerente Municipal  
**Cidades subcoordenadoras:** Rosário (Argentina); Neuquén (Argentina); Guarulhos (Brasil) e Porto Alegre (Brasil)  
**Prefeitos:** Roberto Miguel Lifschitz; Lic. Martín Farizano; José Fortunati  
**Coordenadores:** Sergio Lardies (Diretor Geral de Planejamento Urbano); Alvaro Antonio Carvalho Garruzi (Secretário de Desenvolvimento Urbano) e Vanderlei Capellari (Secretário Municipal de Transportes e Diretor Presidente da Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC)

A Coordenação da Unidade Temática de Desenvolvimento Urbano adotou conclusões e propostas de anteriores coordenações ainda não trabalhadas; porém em março de 2011, reorientou-se as ações fortalecendo o Plano de Trabalho e integrando dois conceitos ao cumprimento de seus objetivos: a formação da cidadania regional e como realizar a integração regional desde a UTDU.

Foram realizados dois Seminários com resultados conforme aos objetivos do plano de trabalho, contou-se com a participação de 24 cidades membros da Rede e um total de 12 cidades convidadas. Realizou-se um Diplomado Virtual e criamos a página WEB exclusiva da UTDU, incorporou-se a criação de ferramentas de gestão urbana e está se elaborando o guia de delineamentos de ciclovias para promover a participação constante das cidades na UTDU e outros membros da rede.

#### Unidade Temática de Educação (UTE)

**Cidade coordenadora:** Junín (Argentina)  
**Prefeito:** Mario Andres Meon  
**Coordenadora:** Cristina Cavallo (Diretora de Educação)  
**Cidade subcoordenadora:** Rosário (Argentina)  
**Prefeito:** Roberto Miguel Lifschitz  
**Coordenadora:** Nidia Garber (Diretora do Programa de Articulação Internacional de Educação e Formação Cidadã (PAITE))

Na Reunião Anual da Unidade Temática de Educação, realizada em Junín, nos dias 12 e 13 de julho, realizou-se o primeiro encontro sob a temática: EDUCAÇÃO CONTÍNUA. A coordenação e subcoordenação com o consenso das restantes cidades membro acordam a seguinte proposta de trabalho:

1. Criar e por em funcionamento um espaço virtual para a Unidade.
2. Elaborar coletivamente uma AGENDA EDUCATIVA REGIONAL.

3. Lograr maior participação das cidades membros.

Em relação ao primeiro, se empreenderam as tarefas de desenho e gestões ante a Secretaria Técnica Permanente. Com respeito ao segundo, convidou-se aos participantes para dar início à primeira etapa do procedimento. Enviaram-se orientações gerais. A segunda reunião está planejada para novembro na cidade de Rosário. O objetivo é avaliar os avanços.

#### Unidade Temática de Gênero e Município (UTGM)

**Cidade coordenadora:** Assunção (Paraguai)  
**Prefeito:** Arnaldo Samaniego González  
**Coordenadora:** Nilda Romero Santacruz (Diretor de Políticas de Gênero)  
**Cidades subcoordenadoras:** Recife (Brasil); Resistência (Argentina)  
**Prefeitos:** João da Costa Bezerra Filho; Eng. Aída Beatriz Ayala  
**Coordenadoras:** Rejane Pereira (Secretária Especial da Mulher); Maria Angélica Coll (Responsável do Plano Executivo de Igualdade de Oportunidades entre Homens e Mulheres)

A UTGM pode articular os objetivos com as atividades através da execução de uma Planificação 2011 de prevenção do Tráfico de Pessoas, no âmbito do qual as cidades desenvolveram diversas ações, incluídas a troca de experiências, em relação ao Programa de Orçamento Sensível ao Gênero; conta-se com um diagnóstico das cidades, o qual permitiu dar sugestões por cidade e; um plano de ação que se encontra em execução, segundo o diagnóstico de cada cidade.

Iniciou-se um processo de articulação com o MERCOSUL, através de uma aproximação da Reunião Especializada da Mulher (REM), espaço de participação necessário para a UTGM, considerando que é o espaço onde se definem as políticas de gênero no MERCOSUL. Tem-se previsto no âmbito da cúpula um encontro com a Unidade Temática de Segurança Cidadã, a fim de lograr coordenar ações tendentes à prevenção do Tráfico de Pessoas.

A UTGM previu dois encontros: um em setembro em Assunção e outro em novembro no Uruguai; confirmaram sua participação 17 cidades das 22 registradas como membros.

#### Unidade Temática de Planejamento Estratégico (UTPE)

**Cidade Coordenadora:** Morón (Argentina)  
**Prefeito:** Lucas Ghi  
**Coordenador:** Arq. Pablo Itzcovich (Subsecretário de Planejamento Estratégico e Desenvolvimento Local)  
**Cidade subcoordenadora:** Contagem (Brasil)  
**Prefeita:** Marília Aparecida Campos  
**Coordenadora:** Maria Auxiliadora Gomes (Gestora de Projetos de Cooperação, Secretaria Municipal de Planejamento e Coordenação Geral)

Durante o mês de junho de 2011, realizou-se em Morón, Argentina, o 3º Encontro Latino-Americano de Institutos e Agências de Desenvolvimento Econômico Local no âmbito da Feira da Cooperação 2011. A temática proposta no encontro foi “O Papel da Agência de Desenvolvimento no Âmbito do Plano Estratégico da Cidade” e neste sentido se escutaram experiências latino-americanas que nutriram por

sua diversidade e qualidade, entre outros:

- ▶ CRECER de Riobamba e Chimborazo, Equador
- ▶ ADELSAM, San Martín, Argentina
- ▶ Agência de Desenvolvimento de Curitiba, Brasil
- ▶ ADERR, Rosário, Argentina,
- ▶ Agência Grande ABC, Brasil
- ▶ ACDICAR, Rafaela

Neste âmbito ocorreu a reunião das Unidades Temáticas de Planificação Estratégica (UTPE) e Desenvolvimento Econômico Local (UTDEL), com a presença de mais de 80 participantes provenientes de 45 cidades integrantes da rede. Na ocasião, planejou-se a intervenção com vistas ao primeiro Foro Mundial de Agências de Desenvolvimento Local, que se realizará em Sevilha durante o corrente ano.

#### Unidade Temática de Turismo (UTT)

**Cidade coordenadora:** Porto Alegre (Brasil)  
**Prefeito:** José Fortunati  
**Coordenador:** Luiz Fernando S. Moraes (Secretário de Turismo)  
**Cidade subcoordenadora:** Bagé (Brasil)  
**Prefeito:** Dudu Colombo  
**Coordenador:** Juliano Munhoz (Coordenador de Turismo)

A Unidade Temática de Turismo realizou na gestão 2010-2011 três reuniões presenciais nos meses de maio (Porto Alegre), agosto (Porto Alegre) e novembro (Canela), as quais contaram com a participação de 7 cidades e 16 participantes; e 8 cidades e 18 participantes, respectivamente<sup>14</sup>. Informa-se que através do contato direto com Porto Alegre e com a atuação da Secretaria Executiva, 32 municípios confirmaram a adesão à UTT.

As ações transversais desenvolvidas com outras UTs, GTs e Comissões se desdobraram em articulações com as Unidades Temáticas de Cultura e de Ciência, Tecnologia e Capacitação, voltadas para a divulgação de eventos; e a presença da coordenação da UTT esteve marcada na Reunião da Comissão Diretiva da Rede Mercocidades e de coordenações e subcoordenações de UTs, Reunião de Planejamento Estratégico da Rede Mercocidades e Reunião do Conselho Rede Mercocidades.

Com relação aos acordos bilaterais e multilaterais e intercâmbio entre as Cidades da Rede, pretendeu-se realizar em Punta del Este uma reunião para articulação de projetos regionais, com governos locais e organizações privadas de Argentina, Brasil e Uruguai. Por fim, a UTT também obteve avanços no setor da comunicação através da criação de um perfil no Facebook, e um site da Unidade.

<sup>14</sup> A data de realização da terceira reunião da UTT é posterior ao da impressão deste Informe de Gestão. Desta forma, não existem informações com relação ao número de participantes e de cidades representadas.

## Unidade Temática de Segurança Cidadã (UTSC)

**Cidade coordenadora:** Canoas (Brasil)  
**Prefeito:** Jairo Jorge da Silva  
**Coordenadora:** Deise Martins (Assessora de Cooperação Internacional)  
**Cidades subcoordenadoras:** Quilmes (Argentina) e Pergamino (Argentina)  
**Prefeitos:** Francisco Gutiérrez; Hector Maria Gutierrez  
**Coordenadores:** Marta Bontas (Diretora de Segurança); Daniel Arturo Freggiaro (Secretário de Governo)

A Unidade Temática de Segurança Cidadã priorizou, dentre seus objetivos, a promoção da integração com as Unidades Temáticas de Juventude e de Gênero e Município, e com a Comissão de Direitos Humanos, por meio da realização de atividades conjuntas e do intercâmbio de informações e experiências; a articulação com redes de investigação e organismos como o Foro Brasileiro de Segurança Pública, no Brasil; o incentivo à gestão qualificada de dados e indicadores imbricados na temática da segurança a partir dos Observatórios de Segurança Pública já existentes, como é o caso do Observatório de Canoas; a promoção de intercâmbio e visitas técnicas entre as cidades.

O programa de atividades da UTSC incluiu duas reuniões de trabalho, a partir das quais se pretendeu identificar a atual situação da gestão das políticas públicas de segurança, em especial no que se refere ao protagonismo crescente das cidades no desenvolvimento de ações e estratégias de prevenção e combate a ameaças, direcionadas para a construção de uma cultura de paz. As reuniões foram organizadas da seguinte forma:

1) Encontro de Autoridades Locais das Unidades Temáticas de Juventude e Segurança Cidadã, no período de 24 a 26 de agosto, em Jesús María, no Peru. O encontro reuniu mais de 100 representantes, de mais de 30 cidades, de sete países (Argentina, Brasil, Chile, Paraguai, Peru, Uruguai, Venezuela).

2) A segunda reunião de trabalho ocorrerá em Canoas, de 8 a 10 de novembro, com a realização do Seminário Internacional de Segurança Cidadã. O evento será realizado em parceria com o Foro Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), a Associação dos Municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre (Granpal) e a Associação Estadual de Gestores e Secretários Municipais de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul. O seminário pretende reunir aproximadamente 200 participantes e contará também com uma Mostra de Segurança Cidadã, com vinte trabalhos sobre o tema, além do lançamento da Revista Soluções, dedicada à área de segurança pública, em parceria com o FBSP.

A UTSC participou também ativamente em diferentes foros de debate sobre segurança cidadã, dentre os quais se destacam:

- V Encontro do Foro Brasileiro de Segurança Pública (maio, em Brasília, Brasil)
- Foro de Segurança Cidadã – 4ª Clínica do BID (agosto, no Rio de Janeiro, Brasil)
- XXVIII Congresso Internacional de Associação Latino-Americana de Sociologia (setembro, em Recife, Brasil)
- XV Encontro da Sociedade Brasileira de Sociologia (julho, em Curitiba, Brasil)
- Simpósio Internacional “Os BRICs: Brasil, potência emergente” (abril, em Salamanca, Espanha)

Outro objetivo cumprido pela UTSC foi incentivar o intercâmbio e as visitas técnicas entre as cidades. Canoas recebeu equipes técnicas das cidades de Ananindeua (PA), Guaíba (RS), Cachoeirinha (RS),

Tailândia (PA) e Rio de Janeiro (RJ) para conhecerem a política municipal de segurança pública com cidadania desenvolvida no município e especialmente a experiência do Território de Paz do bairro Guajuviras.

#### Unidade Temática de Juventude (UTJ)

**Cidade coordenadora:** Jesús María (Peru)  
**Prefeito:** Dr. Enrique Ocrospoma Pella  
**Coordenador:** Victor Torrez (Encarregado de Juventude)  
**Cidade subcoordenadora:** Pergamino (Argentina)  
**Prefeito:** Hector Maria Gutierrez  
**Coordenadora:** Gabriela Messing (Diretora de Cooperação Internacional)

Os Municípios de Jesús María e Pergamino assumiram a coordenação da Unidade Temática de Juventude com o objetivo de consolidar e estender a participação ativa das cidades na UTJ, aprofundando a troca e a difusão de políticas públicas inovadoras locais em matéria de juventude. E promovendo a capacitação e sensibilização dos funcionários locais nas temáticas relacionadas com nossos jovens.

No âmbito do Programa de Fortalecimento da Participação Comunitária tivemos como resultado a adoção da “Declaração de Pergamino”, que reflete acordos, prioridades e o parecer dos governos locais presentes na reunião, em relação às políticas de juventudes; destacando assim mesmo, o compromisso dos membros com respeito ao fortalecimento da UTJ e o trabalho transversal com as diferentes Unidades Temáticas, e os resultados enriquecedores do encontro, através do feedback gerado entre os diferentes setores representados.

Com respeito aos objetivos propostos no plano de trabalho anual, atualizou-se a seção correspondente à UTJ na página Web da Rede e se criou o blog próprio do grupo de trabalho: <http://mercociudades2011.blogspot.com>. Por meio do correio eletrônico, tentou-se manter aos membros comunicados e informados sobre as questões de relevância aos interesses do grupo de trabalho.

Vinte cidades participaram da primeira reunião da UTJ: por Argentina, a Cidade Autônoma de Buenos Aires, Catamarca, General Pueyrredón, Junín, Malvinas Argentinas, Montecarlo, Morón, Pergamino, Rafaela, Rosário, Salto, Quilmes e Zárate; por Bolívia, La Paz; por Brasil as Prefeituras de Osasco e São Leopoldo; por Uruguai, Maldonado, Canelones e Montevidéu; e por Peru, a Municipalidade Distrital de Carmem de la Legua Reynoso, Jesús María e Surquillo.

Finalmente, o trabalho da UTJ foi sumamente produtivo: foram realizados dois encontros de autoridades locais em cada uma das cidades; abordaram-se os eixos estabelecidos como prioritários; incorporaram-se novas cidades; propiciou-se uma troca mais ativa entre as cidades por meio do espaço virtual renovado e se abordaram as temáticas desde a perspectiva da transversalidade, incorporando as visões de gênero e segurança.

#### Grupo de Trabalho de Cooperação Descentralizada (GTCD)

**Coordenador:** Conselho da Rede Mercociudades  
**Prefeito:** Roberto Miguel Lifschitz  
**Responsável:** Sergio Barrios

## Unidade Temática de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (UTADS)

**Cidade coordenadora:** Canelones (Uruguai)  
**Prefeito:** Marcos Carámbula  
**Coordenador:** Leonardo Herou (Diretor de Gestão Ambiental)  
**Cidade subcoordenadora:** Bagé (Brasil)  
**Prefeito:** Dudu Colombo  
**Coordenador:** Luis Henrique Pacheco Correia (Secretário de Meio Ambiente)

Na Cúpula de Mercocidades, realizada na cidade de Belo Horizonte no final de 2010, aprovou-se o Plano de Trabalho e foram selecionadas as cidades de Canelones e Bagé como Coordenador e Subcoordenador respectivamente, da Unidade Temática de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (UTADS) para o período 2010-2011.

A continuação, analisamos, a grandes traços quais foram os passos dados, os avanços conseguidos, as dificuldades encontradas pela UTADS de Mercocidades neste último ano.

Na Cidade de Atlântida (Canelones, Uruguai), nos dias 6 e 7 de abril de 2011 se realizou uma reunião de trabalho da UTADS onde se fez uma revisão na análise da realidade ambiental das cidades da região, se ajustaram os delineamentos e ações do Plano de Trabalho para o ano e se avançou na elaboração de um projeto em conjunto com o Fons Catalá, que já contava com importantes avanços.

Em relação à análise da realidade ambiental das cidades da região, se destacam coincidências em: cuidar os padrões de limpeza pública; de avançar nas políticas de recuperação e reciclagem de resíduos; de avançar substancialmente em tudo relacionado à disposição final de resíduos, incorporando e aproveitando o conhecimento que já existe hoje; as dificuldades em muitas cidades em matéria de obras de infraestrutura como saneamento e drenagem pluvial; a necessidade de avançar em políticas de ordenamento do território, incorporando o vinculado a cenários de mudança climática; a necessidade de coletivizar boas práticas no manejo de passivos ambientais e especialmente a importância de avançar em matéria de educação ambiental e participação cidadã.

No momento de priorizar temas para o período 2011 e sem dúvidas 2012, se destacou e acordou a importância de trabalhar para conseguir que as mercocidades elaborem uma visão comum face à Cúpula da Terra no Rio de Janeiro, instância na qual serão avaliados avanços e desafios no nível global após 20 anos da primeira cúpula do Rio. Além disso, acordou-se estimular a abordagem e o intercâmbio em torno a temas como “Cidadania Regional” associado a temas como Educação Ambiental, assim como o vinculado ao Saneamento e a Mudança Climática.

Em relação ao projeto conjunto com o Fons Catalá se revisaram eixos, se incorporaram sugestões do Fons e se acordaram papéis e caminhos para sua apresentação definitiva antes de junho.

Havia se planejado reuniões presenciais para avançar com o Plano de Trabalho nas cidades de Bagé e Rio Cuarto, porém razões de força maior impediram a concretização destas instâncias.

Nos dias 21 e 22 de novembro de 2011, e a partir de um acordo com o Centro de Formação Regional para a Integração Regional (CEFIR), a UTADS apóia e participa na realização do “Seminário Arquitetura e Urbanismo Sustentáveis no MERCOSUL- Dinâmicas & Soluções”. Este evento permitirá também, que se reúnam as cidades que integram a UTADS e participem do Seminário, com o objetivo de analisar e

resolver os últimos detalhes para a Cúpula de Mercocidades que será realizada em Montevidéu.

Com respeito à elaboração de projetos e acordos, tal qual mencionávamos anteriormente, se fechou e apresentou um projeto para aproximar vínculos de trabalho com o Fons Catalá, do qual lamentavelmente não temos resultados concretos ainda, e se fechou um novo acordo com CEFIR, que entre outras coisas permite às cidades participarem na discussão e na elaboração de propostas comuns em torno ao tema Arquitetura e Urbanismo Sustentável.

Por último, vale à pena destacar que desde a UTADS apresentou ao Conselho da Rede um documento que aponta que as mercocidades, através de suas Unidades Temáticas, assumam como uma de suas tarefas centrais para os próximos meses a de aproximar a visão e o compromisso das cidades no processo do Rio + 20.

Sem dúvidas a UTADS frente à próxima Cúpula de Mercocidades definirá um novo plano de trabalho, onde surgem com clareza algumas linhas:

- ▶ Análise, estudos e projetos de cooperação em temas comuns: a revisão da situação ambiental das cidades da região, a cooperação, a troca de boas práticas e sobretudo a elaboração de projetos conjuntos, sem dúvidas deve ser uma prioridade permanente da Rede, e portanto da UTADS;
- ▶ O processo em face da Cúpula do Rio + 20, a discussão e sobretudo a própria reunião que se realizará no Rio de Janeiro, será um tema central na agenda do desenvolvimento sustentável do próximo ano, e portanto a Rede através de suas Unidades Temáticas e com a coordenação da UTADS terá o desafio, a responsabilidade e a oportunidade de enriquecer esta discussão desde um nível de governo que reflète a aproximação dos problemas e atores de nosso território.

### Unidade Temática de Desenvolvimento Social (UTDS)

**Cidade coordenadora:** Montevidéu (Uruguai)

**Prefeita:** Ana Olivera

**Coordenadora:** María Sara Rivero (Diretora Geral do Departamento de Desenvolvimento Social)

**Cidades subcoordenadoras:** Valparaíso (Chile); Bagé (Brasil)

**Prefeitos:** Jorge Castro Muñoz; Dudu Colombo

**Coordenadores:** Manuel Murillo Calderón (Vereador de Valparaíso) e Omar Ghani (Secretário Municipal do Trabalho e Assistência Social).

### 5.3. - Avaliação e ranking

Neste período publicamos novamente o ranking das Unidades Temáticas, de acordo ao modelo de avaliação de funcionamento acordado após a XI Cúpula de Mercocidades. Nessa oportunidade se acordou um procedimento para a eleição dos Coordenadores das Unidades Temáticas, o qual realiza a Secretaria Executiva, e a STPM publica o ranking de avaliação do funcionamento considerando aos seguintes indicadores: i) Plano de trabalho, ii) Atividades, iii) Produtos e iv) Participação.

Ao mesmo tempo, cada indicador se divide em três dimensões, que vão desde um mínimo de zero

(quando a UT não realizou nenhuma atividade) e até um máximo de dois (quando cumpre um bom desempenho). Deste modo, somando os valores de cada indicador se obterá uma escala onde cada instância temática contará com um total, que permite classificar seu desempenho em quatro categorias qualitativas: Proativo (8 e 7 pontos); Ativo (6 e 5 pontos); Mínimo (4 e 3 pontos); Paralisado (2, 1 e 0 pontos). Os Grupos de Trabalho e as Comissões se incluíram pela primeira vez no relatório de 2010, este é o primeiro ano em que se inclui o Grupo de Trabalho sobre Cooperação Descentralizada.

Unidade Temática	Plano	Atividades	Produtos	Participação	Total	Categoria
Gênero e Município	2	2	2	2	8	Proativo
Autonomia, Gestão e Financiamento Municipal	2	2	2	2	8	Proativo
Comissão de Direitos Humanos	2	2	2	2	8	Proativo
Ciência, Tecnologia e Capacitação	2	2	2	2	8	Proativo
Cultura	2	2	2	1	7	Proativo
Desenvolvimento Econômico Local	2	2	1	2	7	Proativo
Juventude	2	2	1	2	7	Proativo
Turismo	2	2	2	1	7	Proativo
Educação	1	2	1	2	6	Ativo
Grupo de trabalho em Cultura do esporte, a actividade física e la recreação	0	2	2	2	6	Ativo
Grupo de trabalho de * Cooperação Descentralizada	2	1	1	2	6	Ativo
Segurança Cidadã	1	2	1	2	6	Ativo
Desenvolvimento Urbano	2	1	2	1	6	Ativo
Desenvolvimento Social	1	1	2	1	5	Ativo
Ambiente e Desenvolvimento Sustentável	0	1	1	2	4	Mínimo
Planificação Estratégica	1	1	1	1	4	Mínimo
Comissão de Economia Solidaria e Empresas de Autogestão	0	1	0	0	1	Paralisado
Comissão de Fomento de Negócios	0	0	0	0	0	Paralisado

\* Primeiro ano que se inclui no ranking

Do quadro se desprende que o desempenho das Unidades Temáticas melhorou substancialmente com respeito ao ano anterior, situando-se 7 UTs e um Grupo de Trabalho (8 em total) na categoria de Proativo, 4 UTs e 2 Grupos de Trabalho na categoria de Ativo, além disso só duas UTs na categoria de Mínimo e 2 Comissões na categoria de Paralisado. Em resumo, se agrupamos as 2 categorias de maior pontuação vemos que se passou de 9 espaços de coordenação no ano passado a 14 este ano. Isto quer dizer que melhoramos notoriamente o desempenho das Unidades Temáticas e dos Grupos de Trabalho em um 156%. Outra leitura que podemos fazer e manifesta o melhor desempenho com respeito às prioridades temáticas é que as 14 instâncias, por encima da categoria Ativo, têm direta vinculação com a integração produtiva, a inclusão e as políticas sociais, em definitiva com a cidadania regional.

# 6

## REUNIÕES DAS INSTÂNCIAS DA REDE



## 6 REUNIÕES DAS INSTÂNCIAS DA REDE &gt;&gt;&gt;

## 6.1. - Comissão Diretiva

A Comissão Diretiva da Rede Mercocidades foi composta, neste ano, pela cidade de Rosário, Argentina (gestão 2009/2010), Belo Horizonte, Brasil (gestão 2010/2011) e Montevidéu, Uruguai (2011/2012). A primeira reunião desta instância ocorreu em fevereiro, na atual cidade coordenadora da Secretaria Executiva, e teve como destaques a apresentação do Plano de Trabalho dessa instância, e o alinhamento de estratégias comuns e unificadas para o desenvolvimento da Rede Mercocidades, em curto e longo prazo.

No mês de setembro, a Comissão Diretiva se reuniu pela segunda vez em Montevidéu, na ocasião da conferência de lançamento da XVI Cúpula da Rede Mercocidades e da 6ª Capacitação do Projeto IN. A agenda da reunião foi pautada pela discussão das questões referentes à continuidade do Projeto IN, especialmente no que se refere aos desígnios dos projetos incubados. Além disso, outros temas foram abordados como a análise dos primeiros resultados do Planejamento Estratégico no qual a Fundação Dom Cabral esteve trabalhando; o lançamento da personalidade jurídica da Rede Mercocidades e o Acampamento Mercocidades, que será realizado em Montevidéu entre os dias 8 e 12 de dezembro.

## 6.2. - Reunião do Conselho da Rede Mercocidades

A Reunião do Conselho da Rede Mercocidades foi realizada no dia 5 de agosto, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul (Brasil), e contou com a participação dos prefeitos de Belo Horizonte, Marcio Lacerda, Bagé, Dudu Colombo e Porto Alegre, José Fortunati, além da vice-prefeita de Montevidéu, Eleonora Bianchi. Ao todo, estiveram representadas 14 cidades do Conselho, em um total de 20 membros efetivos, com um público de 39 pessoas que incluiu convidados especiais.

Prefeitos e intendentes que participaram da reunião do Conselho em Porto Alegre em agosto de 2011. Foto: Cristine Rochol PMPA



## ARGENTINA

Cidade	Nome	Cargo
<b>Buenos Aires</b>	Marina Suarez Valente	Assessora Técnica da Direção Geral de Relações Internacionais e Protocolo
<b>Morón</b>	Mariano Larisgotia	Coordenador de Relações Internacionais
	Pablo Itzcovich	Subsecretário de Planificação Estratégica e Desenvolvimento Local
<b>Quilmes</b>	Daniel Rosano	Diretor de Integração Regional
<b>Rosario</b>	Claudio Díaz	Coordenador
	Sergio Barrios	Diretor de Relações Internacionais

**BRASIL**

Cidade	Nome	Cargo
<b>Bagé</b>	Luís Eduardo Colombo	Prefeito Municipal
	Glécio Rodrigues	Coordenador de Relações Internacionais
<b>Belo Horizonte</b>	Camilla Vilela	Assessora PBH
	Flávia Andrade	Assistente da Secretaria Executiva da Rede Mercocidades
	Giovanna Arjonilla	Assessora da Secretaria Executiva da Rede Mercocidades
	Marcio A. de Lacerda	Prefeito Municipal
	Marcelo Faullaber	Secretário de Desenvolvimento
	Rodrigo Perpétuo	Secretário Mun. Adj. de Relações Internacionais
<b>Canoas</b>	Deise Josiane Martins	Assessora de Cooperação Internacional
	Eduardo Pazinato de la Cuna	Secretário de Segurança Pública Unidade Temática de Planejamento Estratégico
	Maria Auxiliadora Gomes	Coordenador de Planejamento
<b>Contagem</b>	Marcelo Machado	Coordenação de Relações Internacionais
	Daniely Votto	Assessora Técnica
<b>Porto Alegre</b>	Landa Britto	Assessora Técnica
	Natalia Medeiros	Técnica em Trânsito e Transporte
	Lisandra Fraga Limas	Secretário de Turismo
	Luiz Fernando S. Moraes	Assessor de Relações Internacionais
	Ronaldo Garcia	Secretário Municipal de Transportes e Diretor
	Vanderlei Luis Capellari	Presidente da Empresa Pública de Transporte e Circulação – EPTC
	<b>São Carlos</b>	Emiliano Saran Azevedo
<b>Várzea Paulista</b>	João Felipe de Marques	Assessor de Relações Internacionais
	Gutura	

**URUGUAY**

Cidade	Nome	Cargo
<b>Canelones</b>	Igor Santander	Coordenador de Relações Internacionais
<b>Montevideo</b>	Eleonora Bianchi	Vice-Prefeita
	Jorge Rodríguez	Coordenador STPM
	Rubén García	Diretor de Relações Internacionais e Cooperação
	Sabrina Crovetto	Responsável de Comunicação STPM

**PARAGUAY**

Cidade	Nome	Cargo
<b>Limpio</b>	Roberto Gomez Verlangieri	Gerente Regional

CONVIDADOS ESPECIAIS		
Cidade / Instituição	Nome	Cargo
CIFAL Curitiba	Gustavo Fanaya	Diretor Executivo da CIFAL Curitiba
	Patrizia Bittencourt Pereira	Coordenadora de Relações Institucionais CIFAL Curitiba
	Sandro Nelson Vieira	Conselho Gestor do CIFAL Curitiba
<b>Frente Nacional de Prefeitos</b>	Gilberto Perre	Secretário Executivo
<b>Medellín</b>	Mónica Pérez	Diretora ACI Medellín
<b>Ministério das Relações Exteriores</b>	Carlos Melgarejo	Ministério das Relações Exteriores
<b>do Paraguai</b>	Celso Santiago Riquelme	Coordenador Nacional Alterno do FCCR (Paraguai)
<b>São Paulo</b>	Helena Monteiro	Assessoria de Relações Internacionais do Governo de São Paulo

Durante a reunião foram assinados acordos de cooperação entre a Rede e o Centro Internacional de Formação para Atores Locais (CIFAL) e com a organização Biominas Brasil. Além disso, foram apresentados o Balanço Semestral da Rede e as atividades que serão desenvolvidas no próximo semestre. Outro tema abordado foi a proposta de reforma do estatuto da Rede, que tratava de reformulações que visam a aperfeiçoar a atuação da instituição.

### 6.3. - Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do MERCOSUL

O FCCR desenvolveu ao longo de 2011 uma ativa agenda de trabalho com diversas instâncias e reuniões que contribuíram para a reflexão sobre o aprofundamento do processo de integração regional desde a perspectiva dos governos locais.

Durante o primeiro semestre de 2011, o FCCR esteve a cargo da Presidência Pro Tempore Paraguaia (PPTP). Como seguimento ao que fora acordado na XXIV Reunião Ordinária do FCCR em dezembro de 2010, e explicitamente na Declaração de Foz do Iguaçu, a agenda elaborada priorizou as questões relativas à integração fronteiriça. Nessa temática atentou-se para os obstáculos relacionados à integração produtiva, ao trânsito fronteiriço, à falta de infraestrutura e normas pouco claras, e aos recursos humanos aduaneiros sanitários e de segurança escassos.

O plano de trabalho da PPTP propôs o seguinte calendário, que foi aprovado pelo Grupo Mercado Comum (GMC) para as Reuniões de Coordenadores Nacionais e Alternos e Comitês, e a Reunião Plenária de Governadores e Prefeitos do FCCR:

- ▶ XXV Reunião de Coordenadores Nacionais do FCCR – 17 e 18 de março, Ciudad del Este;
- ▶ XXVI Reunião de Coordenadores Nacionais do FCCR – 19 e 20 de maio, Assunção;
- ▶ XXVII Reunião de Coordenadores Nacionais do FCCR – 27 de junho, Assunção;
- ▶ IX Reunião Plenária de Governadores e Prefeitos – 28 de junho, Assunção.

As atividades realizadas foram:

1- Visitas técnicas a distintas cidades fronteiriças e cidades gêmeas como: Nanawa – Clorinda, Ciudad del Este, Hernandarias e Presidente Franco - Foz de Iguaçu, Salto del Guairá – Guairá, Encarnación – Posadas, Ciudad de Alberdi – Formosa, Rivera (Uruguai), Santana do Livramento (Brasil).

2- Visita ao Sr. Juan Pablo Rodriguez, Diretor da Cooperação Andina de Fomento (CAF), Regional de Buenos Aires, a fim de verificar ações de cooperação conjunta entre a CAF e o FCCR.

3 - Proposta de criação de Oficinas de Enlaces do FCCR;

O conjunto de atividades desenvolvidas pela PPTP teve como objetivo propiciar e fomentar a participação dos governos locais e subnacionais no processo de integração regional, e, houve reconhecido esforço durante a Presidência Pro Tempore no fortalecimento do Projeto de Cooperação Governança Fronteiriça – MERCOSUL/ AECID.

### **IX Reunião Plenária de Governadores e Prefeitos – 28 de junho, Assunção**

Como resultado da IX Reunião Plenária do FCCR, realizada no âmbito da Cúpula do MERCOSUL, foi adotada a “Declaração de Assunção”.

Na Declaração se expressou “A necessidade de seguir aprofundando a construção institucional do MERCOSUL, como a expressão mais avançada do processo de integração regional; e de seguir impulsionando uma maior efetividade do espaço institucional do subnacional, promovendo o acesso à informação técnica que contribua para incrementar a participação dos governos locais e regionais no Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM) com iniciativas concretas para a geração de projetos que nos permitam fortalecer políticas integradas, na discussão e aplicação do Fundo”.

Finalmente, em um âmbito de aprofundar a participação no processo de integração regional, os governantes reclamaram “Que se reconheça o protagonismo dos governos subnacionais como estrutura do estado mais próxima ao cidadão, com capacidade para vincular o local com o regional e com o território através de uma comunicação e uma capacidade de proposta e resposta com a participação dos cidadãos. Para isso, afirmamos a necessidade da abertura de espaços nos âmbitos de decisão e de participação da cidadania, processo que aspiramos fortalecer e aprofundar”.

#### **6.4. - Coordenação do Comitê de Municípios (COMUN)**

O COMUN é o órgão representativo dos Governos Locais, Cidades, Municípios, Prefeituras ou equivalentes no MERCOSUL e tem como principais funções apresentar propostas e formular recomendações relativas a temas de interesse dos governos locais do bloco no âmbito da integração regional; contribuir para a efetiva aplicação das normas do MERCOSUL no âmbito local e estimular a participação dos governos locais no processo de integração regional.

Nesse sentido, a Secretaria Executiva da Rede Mercocidades, coordenadora do Comitê, se propôs a debater no nível dos governos locais três temáticas prioritárias para o FCCR, sendo elas: a integração produtiva, a integração fronteiriça e a cidadania regional. Ao longo do ano foram realizadas duas reuniões,

uma em Tandil, (Argentina), e outra em Bagé, (Brasil), sob as temáticas de integração produtiva, e integração fronteiriça, respectivamente.

#### 6.4.1. - Reunião do Comitê de Municípios (COMUN)



Abertura do encontro em Tandil em abril de 2011

Realizou-se no âmbito da atividade “A institucionalidade dos governos locais no processo de integração regional: repensando estratégias para a integração produtiva”, ocorrida em Tandil, Argentina, nos dias 14 e 15 de abril de 2011.

A metodologia da I Reunião do COMUN foi a de grupos de trabalho, os quais tinham como temas: Economia Solidária e Cooperativismo, Pequenas e Médias Empresas (PMES), Inovação e Competitividade. Estes grupos debateram as temáticas propostas e produziram recomendações que foram levadas ao Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do MERCOSUL (FCCR), na XXVI Reunião Ordinária de Coordenadores Nacionais e Alternos, e Comitês do Foro, que ocorreu em Assunção nos dias 19 e 20 de maio.

Ressalta-se que o objetivo do estabelecimento de um enlace entre o FCCR e o Grupo de Integração Produtiva (GIP) é o de estimular o diálogo e a cooperação com vistas a medidas que visem à melhoria da qualidade de vida dos cidadãos, e, que ao mesmo tempo, criem um vínculo consolidado entre distintos espaços na estrutura do MERCOSUL. Esse teria o intuito de fortalecer o seguimento, análise e avaliação do impacto político e social no nível local das políticas voltadas para o processo integracionista.

Destaca-se que estiveram presentes 40 participantes na I Reunião do COMUN.

## Grupo de Trabalho I

### PMES – Inovação e Competitividade

“É necessário oferecer informação e capacitação aos governos locais e atores locais para prepará-los para a IP. Deve se trabalhar em 2 lógicas. Um plano ambicioso de longo prazo para toda a Rede e outro de curto prazo (projetos micro), para gerar respostas rápidas entre cidades com compromisso e capacidades desenvolvida. Nos dois devem se conhecer as oportunidades das cidades (ex. base de dados para investir) e se detectar as necessidades concretas de suas empresas (inventário de interesses). Isto permitiria incentivar a participação dos atores sociais e a interação público-privada. A Rede tem a necessidade de alcançar resultados concretos e quantificar-los. Isto exige seguimento e institucionalidade. Uma proposta concreta: gerar uma reunião entre responsáveis de parques industriais, tecnológicos e incubadoras de empresas. Existe uma clara necessidade de realizar ações coordenadas. Para isso, deve se instituir uma comissão de enlace entre o FCCR / COMUN / Mercocidades (SE – UTDEL - STPM) e o GIP. Portanto, propõe-se a necessidade de estabelecer um esquema de trabalho dinâmico com o FCCR e o GIP, para o apoio de ações de Mercocidades e para colaborar frente a dificuldades concretas das cidades. Os mesmos se canalizarão através da SE. Considerando o calendário e a presença do Conselho de Mercocidades na Cúpula de MERCOSUL, pedir uma reunião com o alto representante do MERCOSUL em Assunção.”

## Grupo de Trabalho II

### Economia Solidária e Cooperativismo

Propõe-se:

1- Uma política de promoção comercial e certificação dos produtos de empreendimentos solidários destas cidades em torno de uma marca comum que identifique estes produtos, levando em consideração as experiências relacionadas a esta temática que já são praticadas nos âmbitos locais;

2-Trabalhar para a eliminação de obstáculos a fim de viabilizar a comercialização justa e solidária dos produtos certificados na região;

3-Construir um projeto que verse sobre o comércio justo e o consumo responsável entre a Reunião Especializada de Cooperativas do MERCOSUL (RECM) e a Rede Mercocidades, que possa ser apresentado a organismos de apoio técnico e/ou financeiros.”

Nome	Cargo	Representação
Alberto Kleiman	Cood. Nacional Alterno	Brasil
Alonso Garcés Diego	Conselheiro	Chancelaria Argentina
Ariana Vazan	Diretora de Cooperação Internacional	Mar del Plata
Carlos Conogliaro	Diretor de Planejamento e Ambiente	Coronel Oviedo
Carlos Pedrini	Diretor de Economia	Buenos Aires
Celestino Zarza Gonzales	Diretor de Relações Interinstitucionais	Yaycui

Nome	Cargo	Representação
<b>Celso Santiago Riquelme</b>	Coordenador Nacional FCCR	Paraguai
<b>Claudio Díaz</b>	Coordenador de Relações Internacionais	Rosário
<b>Daniel Rosano</b>	Diretor de Integração Regional	Municipalidade de Quilmes
<b>Diego Laporte</b>	Assessor	Daireaux
<b>Eduardo Quiroga Ciprian</b>	Subsecretaria de Integração Economia Americana e MERCOSUL (Chancelaria Argentina)	Argentina
<b>Eduardo Paniangua Duarte</b>	Prefeito	Saltos del Guairá
<b>Emiliano Azevedo</b>	Assessor de Relações Internacionais	São Carlos
<b>Eugenia Navarro</b>	Subsecretaria de Promoção de Emprego e Economia Social	Municipalidade de Morón
<b>Evangelina Ramírez</b>	Secretaria de Cultura e Educação	Municipalidade de Quilmes
<b>Fernando Santomauro</b>	Coordenador de Relações Internacionais	Municipalidade de Guarulhos
<b>Francisco Reis</b>	ALAMPYME	Buenos Aires
<b>Gonzalo Pérez</b>	Diretor Geral de Relações Internacionais	Municipalidade de Quilmes
<b>Hermeto Didonet</b>	Gerente de Políticas Públicas	Prefeitura Municipal
<b>Humberto Benedetto</b>	Secretário	Municipalidade de Rio Cuarto
<b>Jorge Rodriguez</b>	Coordenador Geral da STPM	Secretaria Técnica Permanente
<b>Lourdes Robaina</b>	Técnica em Relações Internacionais	Canelones
<b>Luiz Fernando de Menezes</b>	Secretário Municipal	São Leopoldo
<b>Maria Fernanda Becce</b>	Diretora de Promoção da Atividade Econômica	Municipalidade de Morón
<b>María Lucrecia Monteagudo</b>	Presidenta da Unidade Econômica COMCOSUL	Municipalidade de Quilmes
<b>Mariano Larisgoitia</b>	Coordenador da Direção de Relações Internacionais e Cooperação	Municipalidade de Morón
<b>Mario Ferreira Rosito</b>	Economista	São Leopoldo
<b>Miguel Scagliotti</b>	Unidade Grupo Integração Produtiva – MRE	Argentina
<b>Ricardo Posada</b>	Diretor de Unidade PMES	Montevideu
<b>Romeu Lemos Baptista</b>	Diretor Dpto. de Políticas Públicas de Trabalho e Economia	Diadema
<b>Ruben García</b>	Solidária	Montevideu
<b>Ruben Geneyro</b>	Diretor de Relações Internacionais	Buenos Aires
<b>Ruiz Gonzales Saralicia</b>	Fundação INCIDIR	Limpio
<b>Valter Nagelstein</b>	Diretora de Desenvolvimento	Porto Alegre
<b>Maria Soledad Fernandez</b>	Local	Municipalidade de Rio Cuarto
<b>Laura Olivato</b>	Secretário Municipal	Municipalidade de Rio Cuarto

A ata da reunião consta como ANEXO 6

## 6.4.2. - II Reunião do Comitê de Municípios (COMUN)



Abertura do encontro em Bagé com o prefeito Dudu Colombo, agosto de 2011.

A II Reunião do COMUN ocorreu nos dias 30 e 31 de agosto em Bagé (Rio Grande do Sul, Brasil) sob a temática de “A Integração Fronteiriça e a Promoção do Desenvolvimento Local Integrado”, e teve a participação de 27 representantes de governos locais das cidades-membros da Rede Mercocidades, e de coordenadores nacionais e alternos do FCCR. A metodologia utilizada foi a de grupos de trabalho, com o objetivo de elaborar novamente recomendações ao FCCR, dentro de uma das temáticas priorizadas pelo órgão.

### Grupo de Trabalho I

#### Livre Circulação em Áreas Fronteiriças

Reconhecendo o nível de conscientização de atores locais no processo de integração; a existência de um espaço de equidade e solidariedade entre os povos da região; a integração multidimensional que ultrapassa as questões puramente de segurança; a demanda dos municípios da região Norte da América do Sul a um organismo forte e consolidado que auxilie no processo de integração regional;

Recordamos a existência do Ajuste Complementário ao Acordo para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a nacionais fronteiriços brasileiros e uruguaios, para prestação de serviços de saúde (2008), e os esforços para sua implementação; e também à Prefeitura de Santa Vitória do Palmar pelo trabalho que tem sido feito em prol do processo de integração regional;

Declaramos, por um lado, o reconhecimento da necessidade de avanços na atuação dos capítulos nacionais do FCCR que possa envolver os municípios fronteiriços de forma coletiva; da falta de prioridades mais imediatas e o logro de políticas que deem continuidade a acordos previamente estabelecidos; por outro, as fortalezas da dimensão política que se referem à decisão dos líderes locais em discutir as

questões de fronteira de maneira conjunta, a visão multidimensional, a existência de espaços de diálogo e debate entre atores. Nesse sentido, recomendamos o estabelecimento de diálogo entre o COMUN/ FCCR com o Grupo Ad Hoc para Estatuto de Fronteiras do MERCOSUL, e com o Comitê de Fronteiras do MERCOSUL.

No eixo social/ educacional reconhecemos a existência de uma cultura comum nas áreas de fronteira e a criação de espaços para participação das sociedades civil impulsionando a integração regional a partir de vários níveis; e, ao mesmo tempo, a defasagem de conhecimento cultural entre os países vizinhos. Reconhecemos igualmente a importância do projeto do ensino técnico-profissional em curso entre o governo Uruguaio, através da Universidade de Trabalho do Uruguai (UTU) e do Estado do Rio Grande do Sul (Brasil), e das escolas binacionais de fronteiras. Assim, recomendamos a melhoria das políticas de integração cultural e educacional nas zonas fronteiriças, e a criação de um currículo escolar de Ensino Fundamental que seja comum nas zonas de fronteira dos países membros do MERCOSUL.

No eixo infraestrutura e logística reconhecemos a geografia que facilita a integração regional, e, em contraparte, a deficiência na complementaridade de infraestrutura e serviços, como a Carta Verde, as questões de saúde na fronteira e o Corpo de Bombeiros. Recomendamos, portanto, a melhoria de acordos existentes que possibilitam a integração dos serviços nas áreas de fronteira; a internalização das normas referentes a esses temas por cada Estado parte; e a necessidade de serem privilegiados os projetos das cidades de fronteira pelo Fundo para Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM).

## **Grupo de Trabalho II**

### **Legislação de Fronteiras**

#### ***O Comitê de Municípios recomenda:***

***1-que se promova um encontro com o Grupo Ad Hoc do MERCOSUL que está trabalhando com o Estatuto da Faixa de Fronteira, a fim de que os municípios tenham conhecimento do que está sendo elaborado pelo grupo. Enfatizou-se que é necessária a participação dos municípios neste debate.***

***2-que se aprofunde a relação do COMUN com os poderes legislativos dos países membros do MERCOSUL, bem como o Parlamento do MERCOSUL, a fim de promover avanços concretos no que se refere à legislação de fronteira.***

A ata da reunião consta como ANEXO 7

# 7

# MERCOSUL





## 7.1. - Avanços do processo de integração durante 2011

Em 26 de março de 2011 se cumpriram 20 anos do Tratado de Assunção, e isso constituiu uma oportunidade no nível regional e em diversos níveis (governos, academia, sociedade civil) para refletir sobre os avanços e perspectivas do processo de integração regional. Diversos seminários, atividades e reuniões regionais foram realizadas para debater acerca do processo de integração regional.

As diferenças do processo atual de aprofundamento da integração com a matriz de pensamento que deu origem ao MERCOSUL, na década dos anos 90, possibilitaram dar um salto qualitativo no acordo político ao interior do bloco, assim como, sua expansão para outros temas mais além do puramente comercial. Nesse período de expansão e densificação institucional e política do MERCOSUL, ocorrido durante a primeira década do século XXI, vai ocorrendo gradualmente um novo período de arrecadação dos logros e de efetuação dessa institucionalidade criada. Este “estado de transição” é que explica muito dos desenvolvimentos de processos concretos que ocorreram durante 2011. Em muitos sentidos, pode se afirmar que os logros do processo de integração regional serão possíveis contanto que se registrem avanços concretos na efetuação da institucionalidade criada pelo mesmo.

No que refere ao Parlamento do MERCOSUL, durante 2011 mediante a Decisão 18/11 do Conselho de Mercado Comum sobre o “Funcionamento do Parlamento do MERCOSUL”, aprovou-se a Recomendação 16/10 do Parlamento sobre “*Normas de aplicação do Protocolo Constitutivo e do Acordo Político para a consolidação do MERCOSUL e proposições correspondentes*”.

Isto marcou uma mudança na composição do Parlamento do MERCOSUL, ao estabelecer a proporcionalidade atenuada (finalizando a composição paritária) para a quantidade de parlamentares com que contará cada membro pleno do bloco. Após a aprovação desta nova composição mediante o critério de proporcionalidade atenuada, é necessário reformar o regulamento interno do Parlamento para adequar as disposições relativas fundamentalmente ao sistema de adoção de decisões contidas no Protocolo Constitutivo do Parlamento do MERCOSUL. Neste sentido se criou uma Comissão Técnica Ad Hoc para a reforma do Regulamento Interno do Parlamento, essa tarefa durou boa parte do segundo semestre de 2011.

No que refere à atuação do Alto Representante do MERCOSUL, o mandato do Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães iniciou no dia 1º de fevereiro de 2011 por um prazo de três anos. Durante 2011 foi formulando seu plano de ação, os temas centrais de abordagem para sua atuação e o orçamento designado. O Alto Representante do MERCOSUL desdobrou uma intensa agenda de contatos e reuniões durante 2011, colaborando na identificação do âmbito geral atual do processo de integração regional, sobretudo, enquanto a seu posicionamento na ordem geopolítica marcada pela crise das potências do norte e a incidência das economias emergentes no cenário global, fundamentalmente da China.

### 7.1.1. - Plano Estratégico de Ação Social do MERCOSUL

Em 2006, os Presidentes do MERCOSUL impulsionaram a elaboração de um Plano Estratégico de Ação Social do MERCOSUL (PEIAS). Em 2010, a Comissão de Coordenação de Ministros de Assuntos Sociais do MERCOSUL acordou o documento “Eixos, Diretrizes e Objetivos Prioritários do Plano Estratégico de Ação Social do MERCOSUL (PEIAS)”, aprovado pelo CMC a efeitos de ser remetido às Reuniões de Ministros e Reuniões Especializadas responsáveis pelos temas sociais, para que realizassem

contribuições adicionais ao PEIAS que estimassem pertinentes (Decisão CMC N° 67/10).

Durante 2011 pela Dec.12/11 do Conselho de Mercado Comum foi aprovado o documento sobre o Plano Estratégico de Ação Social, o qual permitiu avançar, por exemplo, na formulação de projetos e nos papéis que tem cada organismo vinculado com o mesmo. Em outubro, realizou-se em Montevideu a conferência regional “MERCOSUL Social: Fortalecimento Institucional, Plano Estratégico e Projetos Regionais”, com o objetivo de colaborar com elementos para avançar na construção de projetos regionais para a implementação do PEIAS.

### 7.1.2. -Instituto Social do MERCOSUL

A partir de 2011 se designou por três anos a Christian Mirza como Diretor do Instituto Social do MERCOSUL (ISM), e está se promovendo orientar alguma linha de cooperação ao Instituto. Uma das tarefas importantes que tem o ISM é a de desenhar os projetos regionais que possam se estabelecer a partir do andamento do Plano Estratégico de Ação Social.

Em 2010, consolidou-se o pleno funcionamento do Instituto a partir da aprovação das Disposições para o Funcionamento do Instituto Social do MERCOSUL (Decisão CMC N° 47/10) e do orçamento para o exercício 2011 (Decisão CMC N° 46/10).

Desde a consolidação deste espaço no MERCOSUL, o Instituto trabalhou junto a Mercociudades em diversas atividades. O ISM participou nas capacitações presenciais do projeto de Mercociudades,

Inovação e coesão social, realizadas em Assunção e Montevideu, a Secretaria Executiva da Rede foi convidada a participar do seminário organizado por este Instituto no marco da Cúpula Social do MERCOSUL, realizada em junho na cidade de Assunção, com o nome “A construção da institucionalidade da Dimensão Social no MERCOSUL”. Também se destaca a participação da Secretaria Técnica Permanente num grupo de comunicadores do MERCOSUL, criado desde o ISM. Por último, é relevante assinalar que o ISM também será um ator importante durante a 16ª Cúpula de Mercociudades, em Montevideu, os dias 30 de novembro, 1 e 2 de dezembro de 2011.



Diálogo oferecido pelo Diretor do Instituto Social do MERCOSUL na capacitação presencial do projeto IN, em setembro de 2011, Montevideu.

### 7.1.3. - Presidência Pro Tempore do Paraguai - Cúpula de Assunção 29 de junho de 2011

O período de Presidência Pro Tempore do MERCOSUL do Paraguai em 2011 foi marcado pela mudança de chanceler ocorrida nesse país a meado de março. O Dr. Héctor Lacognata se desempenhou ao frente da política exterior do Paraguai desde abril de 2009, e foi sucedido no cargo por Jorge Lara Castro.

Na Cúpula de Presidentes do MERCOSUL, realizada em Assunção a fins de junho, se emitiram dois comunicados oficiais, um deles conjunto com os países associados ao bloco.

No Comunicado Conjunto, os presidentes dos membros plenos do MERCOSUL (Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai), *“reiteraram a necessidade de concluir o processo de adesão da República Bolivariana da Venezuela ao MERCOSUL, e manifestaram sua expectativa de que o Poder Legislativo da República do Paraguai dê seu consentimento para receber a este país como membro pleno, convencidos de que sua adesão fortalecerá a integração do bloco”*<sup>15</sup>.

No plano comercial, consideraram-se os avanços dos trabalhos para a implementação da primeira etapa do processo de eliminação da dupla cobrança da tarifa externa comum e da distribuição da renda aduaneira (Decisão CMC N° 10/10), a qual deverá estar funcionando efetivamente a partir de 1° de janeiro de 2012. Esta primeira etapa abrange aos bens originários de terceiros países que circulam sem transformação dentro do MERCOSUL.

Registrou-se, também, o início dos trabalhos do Programa de Consolidação da União Aduaneira, aprovado na Cúpula de Foz de Iguaçu no final de 2010, e ante o qual os presidentes *“se comprometeram a realizar um seguimento detalhado de cada um de seus compromissos”*.

No comunicado conjunto com os estados associados (Bolívia, Chile, Equador, Colômbia e Peru) os presidentes *“reiteraram a necessidade de uma ampla e profunda reforma da arquitetura financeira internacional e do estabelecimento no âmbito global de instrumentos que permitam respostas concretas e adequadas. Os países integrantes do Banco do Sul, reafirmaram a importância de sua ativação o mais rápido possível com vistas a um desenvolvimento mais harmônico, equitativo e integral na América do Sul”*<sup>16</sup>.

Nesta Declaração do MERCOSUL ampliada também se cumprimentou a adesão de Peru e Equador ao Acordo sobre Residência para Nacionais dos Estados Parte do MERCOSUL, Bolívia e Chile.

Comunicado conjunto dos presidentes em ANEXO 8



Logo das celebrações do bicentenário no Paraguai

<sup>15</sup> Fonte: [http://www.MERCOSUR.int/t\\_generic.jsp?contentid=3372&site=1&channel=secretaria](http://www.MERCOSUR.int/t_generic.jsp?contentid=3372&site=1&channel=secretaria)

<sup>16</sup> Fonte: [http://www.MERCOSUR.int/t\\_generic.jsp?contentid=3371&site=1&channel=secretaria](http://www.MERCOSUR.int/t_generic.jsp?contentid=3371&site=1&channel=secretaria)

### 7.1.4 - Presidência Pro Tempore do Uruguai

A apresentação da agenda de trabalho e os principais eixos de ação da Presidência Pro Tempore do Uruguai realizou-se em Montevideu na sede do Edifício MERCOSUL no dia 8 de agosto de 2011. A apresentação contou com a presença do Diretor Acadêmico do Centro de Formação para a Integração Regional (CEFIR), Dr. Gerardo Caetano, que apresentou o livro “MERCOSUL 20 anos”<sup>17</sup>; do Alto Representante do MERCOSUL, Samuel Pinheiro Guimaraes; da Prefeita de Montevideu em representação de Mercocidades, Ana Olivera; do Ministro de Desenvolvimento Social, Ec. Daniel Olesker; e do Ministro de Relações Exteriores, Dr. Luis Almagro.



Logo da Presidência Pro Tempore uruguia do MERCOSUL

A ênfase da Presidência Pro Tempore do Uruguai foi colocada sobre a temática “Livre Circulação de Pessoas e Bens”, e também no processo de reorganização institucional do MERCOSUL. Outro eixo de trabalho foi a elaboração do Plano de Ação para o Estatuto da Cidadania do MERCOSUL (Decisão CMC N° 64/10).

Em paralelo ao trabalho enquadrado nos espaços institucionais do MERCOSUL, também se estimulou e se geraram diversas atividades, seminários e reuniões relacionadas ao processo de integração regional, evidenciando o importante desenvolvimento que tem o debate sobre a integração regional em outros níveis de atuação.

A agenda para o semestre da PPT prevê as seguintes atividades:

► **Esportes:** MERCOSUL 10 km

- Recorrída de ciclistas e atletas, em ciclovias e uma maratona, partindo de diversos pontos de Montevideu, rumo ao Edifício MERCOSUL. Neste dia, skatistas de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai demonstrarão suas habilidades nas ruas da capital uruguia.

► **Concertos:** Música para a integração

- Artistas de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai se apresentarão ao longo do semestre no ciclo Música para a Integração, orientado a promover o diálogo entre os países da região através da linguagem universal da música.

► **Apresentações:** Dolina no Edifício MERCOSUL

- O escrito, músico e locutor de rádio e televisão argentino, Alejandro Dolina, se apresentará no Edifício MERCOSUL em uma edição especial do programa “A vingança será terrível”.

► **Literatura:** As veias abertas da América Latina I 24 horas

- O bloco será testemunha da primeira maratona de 24 horas ininterruptas de leitura de “As veias abertas da América Latina”, um clássico da literatura latino-americana, obra de Eduardo Galeano, primeiro cidadão ilustre do MERCOSUL.

<sup>17</sup> Fonte: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/uruguay/07904.pdf>

▶ **Festas:** Festas do MERCOSUL

- ▶ A Rambla de Montevideu se vestirá de gala para receber os mais destacados DJ's de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, que ambientarão com suas músicas a primeira Festa do MERCOSUL.

▶ **Gastronomia:** Cozinha MERCOSUL

- ▶ Os principais chefes de Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai prepararão pratos típicos de seus países para degustação dos visitantes no Edifício MERCOSUL.

▶ **Concursos:** Sinta MERCOSUL

- ▶ Sob o lema "Sinta MERCOSUL" os mercosulinos serão convidados a retratar o sentimento de pertencimento à região mediante concursos fotográficos e cinematográficos.

▶ **Mostras:** O Gaúcho | Afrodescendentes

- ▶ Com duas exposições, uma sobre O Gaúcho, que atesta com a sua forma de vida uma singular amalgama de culturas, e outra referente aos Afrodescendentes no seu ano internacional, a Presidência Pró Tempore deixará seu selo no Edifício MERCOSUL.

▶ **Reuniões:** Cúpula de Chefes de Estado do MERCOSUL, I Cúpula Social do MERCOSUL

- ▶ Junto à Cúpula de Chefes de Estado do MERCOSUL, ocorrerá em Montevideu uma nova edição da Cúpula Social do MERCOSUL, que desde 2006 é cenário de um grande diálogo regional entre a sociedade civil e os governos do bloco.

APPTU encerrará com um grande evento no qual estarão presentes personalidades do mundo da cultura, do esporte e da sociedade, com o objetivo de reafirmar o compromisso do Uruguai com a integração regional. A ocasião também propiciará a renovação das expectativas uruguaias na organização conjunta com a República Argentina, do Campeonato Mundial de Futebol 2030.

Até a data final da elaboração desse Informe de Gestão, a agenda do FCCR da PPTU não tinha sido divulgada. Na oportunidade, informa-se que o Prefeito de Canelones, Marcos Carámbula, preside o FCCR através do Congresso de Prefeitos.

## 7.2. - Relacionamento externo do MERCOSUL

### 7.2.1. - Associação Europeia de Livre Comércio

Em setembro de 2011 o MERCOSUL e a Associação Europeia de Livre Comércio (AELC) trocaram informação atualizada sobre as relações econômicas mútuas, depois de sete anos de interrupção do processo exploratório entre ambos os blocos. As partes decidiram continuar o processo de diálogo a efeitos de examinar possibilidades de incrementar o comércio, o investimento, o intercâmbio econômico e a cooperação entre ambos os mercados.

## Negociações com a União Europeia

Durante 2011 continuaram as negociações entre a UE e o MERCOSUL, registrando-se várias instâncias do Comitê de Negociações Comerciais. Este comitê se reuniu durante a Presidência Pro Tempore do Paraguai em Assunção, entre os dias 2 e 6 de maio, e se realizaram duas instâncias mais em Bruxelas, de 14 a 18 de março e de 4 a 8 de julho. Durante a Presidência Pro Tempore do Uruguai se realizou outra reunião do Comitê de Negociações Comerciais de 7 a 11 de novembro em Montevideú.

No contexto da crise econômica na Europa, as perspectivas para tentar fechar um acordo com o MERCOSUL são reduzidas, sobretudo, considerando a reprovação de vários países europeus em negociar cotas significativas de acesso aos mercados europeus de produtos agrícolas.

### 7.2.2. - Palestina



Presidente Lula e o Governador Jaques Wagner, na Palestina. Fuente: <http://www.flickr.com/photos/agecombahia>

Ao acordo-marco de comércio<sup>18</sup> entre o MERCOSUL e a Autoridade Nacional Palestina (ver Capítulo 1) aprovado na Cúpula de Foz de Iguaçu em dezembro de 2010, avançou-se um passo a mais e em outubro terminaram, em Ramallah, Cisjordânia, as negociações para um Acordo de Livre Comércio entre ambas as partes, que será aprovado na Cúpula de Presidentes de Montevideú de dezembro de 2011, seguramente com a presença do presidente palestino, Mahmoud Abbas.

### 7.3. - Fundo de Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM)

Na Reunião do Conselho de Mercado Comum realizada em dezembro de 2010, em Foz de Iguaçu, se aprovaram os seguintes projetos<sup>19</sup>:

<sup>18</sup> Fonte: [http://www.MERCOSUR.int/innovaportal/file/2808/1/DEC\\_040-2010\\_ES\\_Acuerdo-Marco%20MERCOSUR-Palestina.pdf](http://www.MERCOSUR.int/innovaportal/file/2808/1/DEC_040-2010_ES_Acuerdo-Marco%20MERCOSUR-Palestina.pdf)

<sup>19</sup> Fonte: <http://www.MERCOSUR.int/focem/index.php?id=cmp-noticias&n=445>

“Vínculo de Interconexão em 132 kV. ET Iberá – ET Passo de los Libres Norte”, aprovado por Decisão CMC Nº 03/10, cujo organismo executor é a Subsecretaria de Energia do Ministério de Obras e Serviços Públicos da Província de Corrientes, por um valor total de USD 19.057.519,17. Os recursos FOCEM aplicados a este projeto alcançam a soma de USD 13.116.511.

“PMES exportadoras de Bens de Capital, Plantas Chave em Mão e Serviços de Engenharia”, aprovado por Decisão CMC Nº 04/10, cujo organismo executor é o Ministério de Relações Exteriores, Comércio Internacional e Culto de Argentina, através da Secretaria de Comércio e Relações Econômicas Internacionais, por um valor total de USD 672.000; os recursos FOCEM comprometidos neste projeto ascendem à soma de USD 552.500.

“Intervenções Integrais nos edifícios de ensino obrigatório nos departamentos General Obligado, Vera, 9 de Julio, Garay e San Javier- Província de Santa Fé”, aprovado por Decisão CMC Nº 08/10, cujos organismos executores são a Sub-Secretaria de Projetos de Investimento e Financiamento Externo- Ministério de Economia- e a Direção Provincial de Infraestrutura e Equipamento Escolar - Ministério de Educação- da Província de Santa Fé, Argentina. O valor total do projeto alcança a cifra de USD 7.933.899, dos quais corresponde a recursos do FOCEM um total de USD 5.212.585.

“Intensificação e Complementação Automotora no âmbito do MERCOSUL”, aprovado por Decisão CMC Nº 09/10 e “Qualificação de Fornecedores da Cadeia Produtiva de Petróleo e Gás”, aprovado por Decisão CMC Nº 11/10, cujo organismo executor é a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), por um valor total de USD 3.929.244, dos quais USD 2.960.881,12 correspondem ao FOCEM.

“Obras de Engenharia do Sistema de Saneamento Sanitário da Cidade de São Borja – Rio Grande do Sul, Brasil”, por um valor total de USD 7.649.837,52 dos quais correspondem a recursos FOCEM um total de USD 6.502.361,89.

“Qualificação de Fornecedores da Cadeia Produtiva de Petróleo e Gás”, será realizado por um valor de USD 3.672.236,19 USD; dos quais correspondem a recursos FOCEM um total USD 2.849.063,41.

“Reabilitação da Via Férrea, Linha Rivera - Trecho: Pintado (Km. 144) - Fronteira (Km. 566)” Uruguai, por um valor total de USD 74.830.970, dos quais correspondem a recursos FOCEM USD 50.100.407.

Um novo projeto FOCEM foi aprovado na XLI Reunião do Conselho Mercado Comum (28 de junho de 2011, Assunção). Trata-se do Projeto “Pesquisa, Educação e Biotecnologia Aplicada à Saúde”, com alcance regional já que será executado nos quatro países, e conduzido pelo Instituto Pasteur de Montevideu no caso uruguaio. O valor total do projeto é de USD 10.061.400, dos quais USD 7.063.000 correspondem ao Fundo<sup>20</sup>.

Outro projeto de “Interconexão Elétrica de 500 MW entre Brasil e Uruguai (Decisão CMC Nº 2/10)” por um valor total de USD 97.780.000, dos quais USD 83.113.000 correspondem ao Fundo<sup>21</sup>. À licitação se apresentaram em fevereiro de 2011, 13 oferentes de diversas empresas e consórcios da região.

<sup>20</sup> Fonte: <http://www.MERCOSUR.int/focem/index.php?id=cmp-noticias&n=451>

<sup>21</sup> Fonte: <http://www.MERCOSUR.int/focem/index.php?id=cmp-noticias&n=447>

## 7.4. - Cúpulas Sociais

### 7.4.1. - Cúpula Social do MERCOSUL em Foz do Iguaçu



X Cúpula Social em Foz do Iguaçu. Foto de Ricardo Stuckert PR

A X Cúpula Social do MERCOSUL foi realizada nos dias 14, 15 e 16 de dezembro de 2010 nas instalações do Parque Tecnológico de Itaipu, que é onde funciona a sede do campus da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), em Foz do Iguaçu, Brasil.

A Cúpula Social foi visitada pelos presidentes, Lula do Brasil, Fernando Lugo do Paraguai, José “Pepe” Mujica do Uruguai, Desi Bouterse do Suriname e Bharrat Jagdeo da Guiana. Por primeira vez chefes de Estado visitaram a Cúpula Social. *“Nossa presença aqui hoje, a dos presidentes e dos movimentos sociais, é um sinal de que todos buscam uma maior participação da sociedade na construção de uma sociedade mais democrática do MERCOSUL, e a solidariedade cidadã”,* disse Lula.

Nessa oportunidade, Lula aproveitou como presidente saliente do Brasil, para dar uma mensagem às organizações sociais que participaram na Cúpula Social. Nesta mensagem, Lula convocou à união dos países e dos movimentos sociais para manter os avanços conseguidos nos últimos oito anos do MERCOSUL. *“Temos construído uma relação política invejável. Ainda tem muito por fazer e decisões que tomar entre nós, porém nos movemos de maneira espetacular, e este é um legado que não se pode perder”* afirmou.

Lula também disse que *“há dez anos, os presidentes dos nossos países lutavam entre si para ver quem era mais amigo dos presidentes dos Estados Unidos e quem ia ser convidado a Camp David para passar o fim de semana”*. Para que isto se modificasse, segundo Lula *“foi fundamental, sobretudo, o apoio e a mobilização das organizações populares e dos diferentes movimentos sociais. Sabemos da importância da solidariedade e da justiça social adequada, sabemos que isto soma à prosperidade e a liberdade política, é um fato que a porta de entrada de nossos povos está em uma nova fase de sua história”*.

#### 7.4.2. - Cúpula Social do MERCOSUL em Assunção

A Cúpula Social do MERCOSUL foi realizada nos dias 28 e 29 de junho no Parque Ñu Guazú e em seu encerramento contou com a presença dos presidentes José Mujica do Uruguai, Fernando Lugo do Paraguai e Rafael Correa do Equador<sup>22</sup>. Na Declaração Oficial os presidentes reconheceram “seu compromisso” com a participação cidadã no MERCOSUL.

Os presidentes tomaram conhecimento das propostas e iniciativas debatidas na Cúpula Social do MERCOSUL e “neste sentido, se comprometem a implementar mecanismos para fortalecer a participação de seus cidadãos e canalizar as ações propostas”.

#### A Rede Mercocidades na Cúpula Social do MERCOSUL em Assunção

A Rede Mercocidades marcou presença na Cúpula Social do MERCOSUL através da Secretaria Executiva e da Secretaria Técnica Permanente. Em representação à Rede, o Secretário Municipal Adjunto de Relações Internacionais de Belo Horizonte, Rodrigo Perpétuo, participou do painel “A Construção da Institucionalidade da Dimensão Social no MERCOSUL”, organizado pelo ISM.

A proposta do evento era contribuir de maneira sustentada com as Cúpulas Sociais mediante a consolidação de pontes interinstitucionais que promovessem a elevação dos níveis de informação, articulação e conteúdo das políticas sociais entre os órgãos que fazem parte da estrutura do MERCOSUL.



Rodrigo Perpétuo no encontro organizado pelo Instituto Social do MERCOSUL durante a XI Cúpula Social em Assunção, junho de 2011.  
Foto de Giovanna Arjonilla.

Nesse sentido, Rodrigo Perpétuo destacou a importância da construção de bases institucionais sólidas que defendam e busquem, constantemente, a aplicação e o respeito às normas relativas aos direitos humanos. Assim, importaria pensar no aumento da participação social no bloco através da apropriação pela sociedade civil, organizações sociais e movimentos populares, dos espaços e oportunidades existentes, visando à aproximação do bloco com demandas e desafios concretos.

Por fim, nota-se que a construção e o fortalecimento de instituições no âmbito social tem sido um caminho constante do MERCOSUL. Ao longo dos 20 anos de existência, o caráter exclusivamente comercial foi superado, e novas temáticas voltadas para a cidadania regional, os direitos humanos e a inclusão social têm ganhado espaço na agenda. Nesse sentido, a atuação da Rede Mercocidades, através de seus projetos e das Unidades Temáticas, Grupos de Trabalho e Comissões, se aproxima das discussões e desdobramentos do bloco a partir das perspectivas dos governos locais.

<sup>22</sup> Ver: <http://ccsc.mrecic.gov.ar/videos-presidentes-lugo-correa-y-mujica-asisten-cumbre-social-del-MERCOSUR>

# 8 PROJETOS





## 8.1. - Projetos estratégicos 2010-2011

Denominamos projetos estratégicos de Mercocidades, àqueles que coordenados por governos locais que assumiram responsabilidades na rede, desenvolvem as atividades, transversalizando a estrutura institucional e promovendo espaços de participação. Espaços de participação que se abrem não só aos governos locais integrantes de Mercocidades, senão que também a outros governos locais da região, à sociedade civil organizada, à academia, a outras instâncias de governo e à institucionalidade MERCOSUL.

### 8.1.1. - Inovação e Coesão Social

IN: “Inovação e Coesão Social: capacitação metodológica e visibilidade de boas práticas” é um projeto de Mercocidades coordenado pela Secretaria Técnica Permanente, que nasce da necessidade de fortalecer o âmbito local no MERCOSUL. É um programa de capacitação construído com o objetivo de gerar e fortalecer as capacidades locais para um desenvolvimento sustentável que integre às cidades da região. IN capacita a autoridades locais e atores de organizações da sociedade civil na elaboração de projetos de caráter regional, dando especial ênfase na integração produtiva regional, na cidadania regional e na inclusão social.

Este empreendimento cristaliza o anseio e esforço de muitos anos de Mercocidades, de contar com um projeto que gere espaços de capacitação para a construção de políticas públicas inclusivas e participativas no nível regional.

Assim mesmo, durante seus dois anos e meio de execução, contribuiu para a articulação de governos locais e organizações da sociedade civil, dando visibilidade a iniciativas e projetos de cidades membros da Rede comprometidas com a defesa de uma região mais justa e solidária.

Deste surgiram 42 projetos de Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Bolívia, Chile, Peru e Venezuela, que hoje formam parte do Banco de Projetos. Este Banco (<http://www.inmercociudades.org>) está incluído no programa de capitalização, comunicação e valorização de uma incubadora de projetos inovadores, que favorece a possibilidade de compartilhar e enriquecer experiências de gestão de projetos em Mercocidades.

#### **As capacitações**

A Inclusão Social e os governos locais do MERCOSUL foi o eixo das capacitações que ocorreram no período compreendido no presente informe.

Inclusão Social Regional entendida como prioridade para estabelecer instituições e mecanismos, com uma ampla base de participação da sociedade, que contribuam para diminuir a pobreza e a exclusão social.



Participantes da 6ª e última capacitação do projeto IN na visita a projeto na cidade de Montevidéu, em setembro de 2011.

Da 5ª e 6ª Capacitação, surgiram 38 projetos, gerando-se um espaço de aprendizado coletivo, presencial e virtual, que incluiu conteúdos metodológicos (Gestão do Ciclo de Projetos) e temáticos. Durante uma semana de capacitação presencial e 4 meses de capacitação virtual, os participantes, a partir de uma ideia de projeto são assessorados e acompanhados por especialistas na formulação, gestão e implementação de projetos locais e regionais.

A Secretaria Técnica Permanente, em seu caráter de Coordenadora do Projeto IN, preparou e organizou as duas capacitações presenciais realizadas nas cidades de Assunção (Paraguai) e Montevidéu (Uruguai). Assim como também, planejou e desenvolveu os conteúdos vinculados aos processos de integração regional no MERCOSUL e as ferramentas de comunicação implicadas no Projeto.

Cabe destacar a presença do Instituto Social do MERCOSUL, do Escritório Técnico FOCEM e da Secretaria do MERCOSUL nas instâncias presenciais. As mesmas possibilitaram o diálogo com os participantes e as autoridades responsáveis destes espaços.

A participação da Coordenação da Unidade Temática de Gênero de Mercocidades, do Observatório de Cooperação Descentralizada e do Laboratório de Políticas Locais, transversalizaram os conteúdos incluídos na programação, assim como também, as visitas técnicas realizadas a projetos sociais das cidades anfitriãs colaboraram com experiências de gestão e reflexão sobre problemáticas comuns nas cidades da região.

Por outro lado, entre as ações realizadas durante este período, resulta especialmente significativo o Seminário Integr(a)ção, desenvolvido em articulação com a XV Cúpula de Mercocidades (Belo Horizonte, Brasil, dezembro 2010), em sinergia com outros atores da cooperação e da integração regional. Seminário significativo para a realização de contatos e intercâmbios, assim como uma instância de reflexão coletiva entre os participantes, para enriquecer seus projetos formulados com o apoio de IN.

### **A Incubadora**

A Incubadora IN é um espaço integrado pelos projetos que incluíram os conteúdos metodológicos (GCP) e temáticos, desde a perspectiva da integração regional, contando com um assessoramento técnico para a busca de seu financiamento e sua articulação com os distintos atores do MERCOSUL.

Os Projetos participantes do primeiro período de incubação são:

- ▶ “Desenvolvimento Turístico da cidade de Neuquén e Municípios da Região do Alto Valle de Rio Negro e Neuquén”, Municipalidade de Neuquén, Argentina.
- ▶ “Guarulhos Semeando o Futuro”, Prefeitura de Guarulhos, Brasil.
- ▶ “Para a construção de políticas públicas consensuadas pelas mulheres jovens do país”, do Centro de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Local, El Alto, Bolívia.

Depois, se somaram os do segundo ciclo:

- ▶ “Cidades integrando-se regionalmente para a Equidade de Gênero”, Municipalidade de Assunção, Paraguai.

- ▶ “Comunic@ Escola MERCOSUL”, Oficina de Imagem, Comunicação e Educação, Belo Horizonte, Brasil.
- ▶ “Construção de Cidadania e Capital Social em habitantes de aldeias de Pescadores de Caleta Tumbes, Comuna de Talcahuano, Região de Biobio”, da Corporação Serviços para o Desenvolvimento dos Jovens, Conceção, Chile.

Durante 2010 e 2011, se acompanharam estes 6 projetos, selecionados em virtude de sua colaboração à promoção da integração regional e da coesão social.

Devido a sua pertinente viabilidade institucional, sua colaboração à integração regional do MERCOSUL e seu coerente desenho segundo a metodologia da Gestão do Ciclo de Projetos (GCP), o financiamento (55.000 euros) previsto por IN para um dos três selecionados de cada processo de incubação, foi destinado aos projetos:

- ▶ “Guarulhos Semeando o Futuro”, Prefeitura de Guarulhos, Brasil.
- ▶ “Comunic@ Escola MERCOSUL”, Oficina de Imagem e Comunicação, Belo Horizonte, Brasil.

### **Os Diagnósticos Situacionais e a revista Informa**

Os Diagnósticos Situacionais formam parte do âmbito de referência temático no qual se desenvolvem os módulos de capacitação para a formulação de projetos regionais.

Realizado por Incide ([www.incide.com.br](http://www.incide.com.br)) o diagnóstico situacional “A inclusão social e os governos locais do MERCOSUL”, é uma colaboração para promover o debate sobre tal temática entre atores locais e regionais.

É um dos instrumentos de difusão e conhecimento sobre as políticas públicas de inclusão social que realizam os governos locais do MERCOSUL, percebendo as variadas iniciativas dos atores locais comprometidos com o aprofundamento da dimensão social da integração regional.

Assim mesmo, o terceiro e último número da revista Informa, está orientado à temática da Inclusão Social Regional. Nela se convidou para participar com artigos ou entrevistas a distintos atores que oferecem uma importante diversidade de visões e percepções desde suas experiências, aproximando-nos a uma primeira conceitualização sobre a Inclusão Social, as políticas que abrange e as competências nestas políticas que existem desde o local.



Capa da terceira edição da revista Informa

IN: Inovação e Coesão Social: capacitação metodológica e visibilidade de boas práticas é uma iniciativa

liderada por Mercocidades, com a participação de RACINE, IHEAL- LOCAL e Fundação Tiau, é co-financiada pela União Europeia. Este empreendimento manifesta através de sua gestão e dos projetos de seus participantes, das significativas capacidades e compromissos dos governos locais e das organizações da sociedade civil da região do MERCOSUL, colaborando na construção da integração regional.

### 8.1.2. - Laboratório de Políticas Locais

O Laboratório de Políticas Locais (LPL) é um projeto de Mercocidades, coordenado pela Secretaria Técnica Permanente, com sede em Montevidéu, que tem por objetivo criar e implementar nos governos locais da Rede o primeiro Laboratório de participação cidadã, como um espaço de construção coletiva que promova a sistematização, a avaliação e o desenvolvimento permanente das experiências neste campo.

O Laboratório busca refletir sobre dois processos que em geral avançam conjuntamente: a descentralização e a participação cidadã.

Não se pretende fazer uma análise exaustiva destes processos, senão uma aproximação conceitual dos mesmos. Para isso, entendemos que a descentralização implica redistribuição do poder político, maior domínio territorial do estado, maior institucionalidade, assim como a reformulação das capacidades públicas e do sistema de vínculos com a sociedade. A democracia participativa e a participação cidadã implicam avançar em processos de mudança reais, de transformação social para melhorar as condições de vida de inclusão social, atacando as causas que geram a pobreza, apoiando o desenvolvimento institucional e o fortalecimento de capacidades.

Do debate surge e se evidencia a tensão entre Estado e Mercado, e se observa (nos sistemas capitalistas atuais na região) que se relegam as políticas públicas de participação cidadã a um segundo plano. Os processos de participação cidadã se entendem de muitas maneiras, uma delas é a capacidade real que tem a cidadania de tomar decisões no âmbito público, através de diferentes instrumentos, como podem ser os orçamentos participativos. Não é consulta, não é gestão, é o exercício de compartilhar tudo.

Aprofundar o conceito de democracia participativa implica tomar consciência do papel dos governos locais, repensar a política e a democracia, distribuir o poder à cidadania, revalorizar o espaço público como lugar de encontro e debate onde existem atores com possibilidades e capacidades de expressar suas opiniões sobre os assuntos de seu interesse e os que consideram prioritários para sua comunidade. Em síntese, democracia é a vigência plena de todos os direitos humanos.

Para poder lograr avanços na aplicação destas experiências é necessário conhecer as diferentes políticas desenvolvidas por diferentes governos locais na região, promovendo uma democracia mais participativa, como também apoiar os processos de descentralização.

O LPL é um projeto de Mercocidades, principal rede de cidades de países da América do Sul e um referente regional da integração. Por isso, com legitimidade reivindica o aprofundamento da democracia participativa, como resposta a uma demanda da cidadania que não é suficiente o exercício de uma democracia representativa, e desta forma lograr a construção de uma cidadania regional ativa para uma maior integração regional. Uma participação cidadã consciente, ampla, responsável, como bandeira de um processo de integração regional que se projete com o objetivo de visualizar a integração desde uma

perspectiva democrática.

Desde o final de 2010 e ao longo de 2011 o LPL desenvolveu diferentes atividades que contribuem para alcançar os objetivos propostos.



Segunda capacitação do projeto LPL em Montevidéu

Entre as atividades mais destacadas se encontram:

**Oficinas Regionais:**

Realizaram-se 2 oficinas regionais, uma na cidade de Belo Horizonte, Brasil e outra em Morón, Argentina, com a participação de representantes dos governos locais de Rosário, Neuquén, Córdoba, Barquisimeto, Porto Alegre, Canoas, Belo Horizonte, Guarulhos, Fortaleza, Paysandú, Rocha, Maldonado e Montevidéu. Estas oficinas analisaram e refletiram sobre as diferentes modalidades de políticas públicas de descentralização e instrumentos de participação cidadã implementados na região do MERCOSUL, além de favorecer a troca de experiências de democracia participativa.

**Capacitações:**

Desenvolveram-se 2 capacitações com a participação de autoridades departamentais, vereadores/as, prefeitos e prefeitas, representantes da sociedade civil dos departamentos uruguaios de Rivera, Rocha, Maldonado, Canelones, Artigas, Paysandú, Tacuarembó, Rio Negro, Colônia e Montevidéu, junto a representantes regionais pertencentes às municipalidades de Córdoba e Rosário da Argentina e as prefeituras de Canoas e Porto Alegre do Brasil. Estes espaços de aprendizado conjunto se realizam com o objetivo de:

Facilitar um espaço de reflexão e debate sobre os processos de descentralização municipal em curso, focalizando particularmente o processo de implementação do terceiro nível de governo e as articulações com outros níveis de governo recentemente implementados no Uruguai.

Incorporar alguns elementos teóricos e da práxis que enriqueçam a análise, identificando os aspectos chave das capacidades municipais para as relações de gestão no plano político, financeiro, fiscal e orçamentário entre os três níveis de governo.

Incluir experiências regionais que permitam desenvolver uma perspectiva complementar e colaborar com elementos para a análise do incipiente processo de instalação do terceiro nível de governo no Uruguai e das relações entre os diferentes níveis de governo.

**Levantamento de Experiências:**

Realiza-se um levantamento para obter informação sobre as experiências de participação cidadã implementadas pelos governos locais, com o objetivo de poder trocar, sistematizar e avaliar experiências nesta matéria.

O LPL aborda as temáticas mencionadas desde uma perspectiva crítica, onde a metodologia de trabalho é participativa, trocando conceitos básicos sobre a temática, com a experiência dos próprios participantes. O Laboratório tem por dever propiciar um âmbito de diálogo entre diferentes atores, mostrando a diversidade de realidades, visões e valorizações sobre a implementação dos processos de descentralização e políticas locais de participação cidadã, com o objetivo de contribuir para enfrentar estes processos desde uma perspectiva regional e integradora.

**8.1.3. - Acampamento Mercocidades**

Desde dezembro de 2007, Montevidéu foi sede de três acampamentos regionais de jovens das mercocidades, e este ano se prepara para uma nova edição, que se realizará de 8 a 12 de dezembro na localidade montevideana de Punta Espinillo. Nesta ocasião o lema que os reúne será “Crescendo, jogando, construindo MERCOSUL”.

Com o objetivo de fomentar a discussão de temas e questões que contribuam para a construção de uma consciência regional em adolescentes e jovens do MERCOSUL, nesta oportunidade trabalharão de forma conjunta 60 jovens das cidades de Morón e Rosário da Argentina, Belo Horizonte e Caxias do Sul do Brasil, Canelones, Montevidéu e Paysandú do Uruguai.



Jovens no acampamento de Mercocidades

Entre os objetivos específicos do acampamento se destacam os seguintes:

- ▶ Aproximar os vínculos entre diferentes cidades integrantes da Rede de Cidades Educadoras, aos efeitos de poder trabalhar conjuntamente, favorecendo a integração e o crescimento em diversidade de meninos, meninas e adolescentes.
- ▶ Instalar a temática de cidadania e livre circulação de pessoas no MERCOSUL.

- ▶ Complementar as ações tendentes à integração que está sendo realizadas desde as esferas governamentais e a sociedade civil, de modo a iniciar a construção desde todos os âmbitos de uma consciência regional integrada.
- ▶ Envolver aos governos locais na tarefa de promover e difundir nas cidades os conteúdos dos processos de integração, de modo que os mesmos transcendam os problemas circunstanciais.
- ▶ Incorporar nas agendas de trabalho com as comunidades dos municípios a tarefa de formar cidadãos integrados, não só em sua cidade e seu entorno, senão também na região na qual vivem.
- ▶ Formar líderes para que transmitam em suas comunidades estes valores, e desta forma lograr que o acampamento não se esgote em si mesmo.

O acampamento está dirigido a adolescentes, já que se tenta impactar em uma idade na qual se incorporem estes conceitos com a menor quantidade possível de preconceitos e com a maior abertura possível desde os próprios protagonistas; mas que se conte com a suficiente maturidade para poder incorporar criticamente o que se trabalhará, por isso que ano a ano se propõe convocar a adolescentes de 11 a 12 anos.

Os jovens participantes são selecionados em cada cidade por sua vinculação com programas sociais e/ou projetos realizados nos governos locais que representam. Viajam acompanhados de um adulto que se encarrega em todos os casos de orientar à delegação na elaboração de uma apresentação da cidade que trate das características mais significativas da cultura de sua localidade.

Montevideú conta com instalações e recursos humanos coordenados pela Unidade Montevideú Cidades Educadoras, pela Secretaria de Infância e pela Secretaria de Esportes, que ano a ano são responsáveis por todos os insumos necessários para a realização do Acampamento. Ao mesmo tempo, Montevideú criou um protocolo de funcionamento da atividade para dar garantias sobre todos os extremos pertinentes à tarefa, nos quais se preveem dispositivos de segurança, dieta nutricional, locações, serviços de saúde, pessoal especializado em cada uma das áreas, comunicação com as cidades de origem, etc.

Nos três acampamentos já realizados, participaram um total de 167 jovens das cidades de:

ARGENTINA	BRASIL	CHILE	URUGUAI
La Matanza	Belo Horizonte	Valparaíso	Canelones
Morón	Santo André		Maldonado
Pergamino	Bagé		Montevideo
Rosario			Paysandú
			Tacuarembó
			Treinta y Tres
			Colonia
			Florida

#### 8.1.4. - Projeto Estado+Direitos

O projeto “Direitos Humanos: Estado e Sociedade Civil, Construção de Cidadania (E+D)” é um projeto de Mercocidades, coordenado pela cidade argentina de Morón, subvencionado pela União Europeia,



Oficina regional de Estado+Direitos realizado em Barquisimeto, em outubro de 2010\_ foto Prefeitura de Barquisimeto

através do Instrumento Europeu para a promoção da Democracia e dos Direitos Humanos (IEDH). Seu sócio na institucionalidade do MERCOSUL é o Observatório de Políticas Públicas em Direitos Humanos. Estado+Direitos se baseia nos valores da educação para a paz, o respeito, a liberdade, a equidade e a defesa da identidade. Propõe fortalecer as capacidades dos atores locais (governos e sociedade civil) para a construção da cidadania com cultura dos Direitos Humanos, e promover a geração de espaços de participação e incidência das cidades na agenda de DH do MERCOSUL.

Seus eixos de trabalho (comunicação e promoção, capacitação e pesquisa) estão integrados por ações e atividades que apontam ao fortalecimento das capacidades metodológicas, institucionais, técnicas e temáticas dos atores locais, favorecendo a geração de políticas públicas locais com visão regional.

O projeto tem uma duração de trinta meses, começou a ser executado em 2010, e suas ações estão dirigidas às 230 cidades que formam a rede, tendo se designado 18 cidades testemunha, como propulsoras e dinamizadoras de suas atividades.

Para sua eleição se considerou a representação geográfica, a diversidade cultural e territorial, assim como os processos históricos de atenção à temática abordada, para que a rica diversidade de MERCOCIDADES enriqueça o processo de construção de cidadania com cultura em DH.

Estas cidades são: da Argentina, Rosário, Neuquén, Quilmes e Zárate; do Brasil, Belo Horizonte, Fortaleza, Recife, Guarulhos e Bagé; da Bolívia, El Alto; do Chile, Valparaíso; do Paraguai, Assunção; do Peru, Lima; do Uruguai, Montevideu, Maldonado, Canelones e Rocha; e da Venezuela, Barquisimeto. Como forma de conhecer as diferentes políticas públicas em DH realizadas pelos governos locais da região,

o projeto contempla encontros presenciais, denominados Oficinas Regionais (OR), instâncias de reflexão e debates entre os diferentes governos locais, olhando o impacto que tiveram na população e procurando uma visão integrada da região, para otimizar esforços para o aprofundamento de uma democracia mais participativa, de cidades mais inclusivas, com coesão social, com respeito e cumprimento dos DH.

Estas OR puderam se realizar com êxito graças ao compromisso e dedicação de cada uma das dezoito cidades testemunhas, que oferecendo seus recursos humanos e espaços de trabalho permitiram que se realizassem 4 oficinas regionais.

A primeira OR se realizou na cidade de Barquisimeto, Venezuela, abordando a temática da “segurança e direitos humanos, meninos e meninas, adolescentes e jovens, com especial ênfase em Grupos Vulneráveis”.

A segunda OR ocorreu em Morón, Argentina, cidade coordenadora do projeto, sobre a temática “Segurança cidadã na Região, Violência Institucional, Juventude e Grupos Vulneráveis”.

Esta OR se realizou em coordenação com a “Coalizão Caribenha e Latino-Americana de Cidades contra o Racismo, a Discriminação e a Xenofobia”. Coalizões impulsionadas pela UNESCO no mundo. Em 2006, Montevidéu, Uruguai foi sede da Reunião fundadora desta rede, sendo até a data a cidade líder, que junto a 150 cidades, trabalham no desenvolvimento do plano de ação de 10 pontos. Plano que tem como eixo vertebral a promoção de cidades com “mais igualdade e mais diversidade”.

A terceira e quarta OR se realizaram em Belo Horizonte (Brasil) e Assunção (Paraguai) respectivamente, sobre a temática: “Sites de Memória”.

As próximas OR se realizarão em Valparaíso, Chile e em Montevidéu, Uruguai, (este último na XVI Cúpula de Mercocidades) durante 2011, restando para o próximo ano as de Lima (Peru) e El Alto (Bolívia).

As temáticas de cada encontro regional surgem das inquietações e preocupações que se detectam na cidadania através das oficinas locais de diagnóstico participativo, que se realizam em cada uma das cidades testemunhas.

Desde a convicção que as autoridades locais são a instância mais próxima à cidadania e que seu papel é fundamental para satisfazer as necessidades e inquietações dos cidadãos e cidadãs, desde o projeto se trata de fortalecer as capacidades dos atores locais (governo e sociedade civil) para construir cidadania regional.

No âmbito dos encontros regionais se reúnem os integrantes do Comitê Consultivo do projeto, integrado por um representante da Secretaria Executiva Mercocidades, sua Secretaria Técnica Permanente, com sede em Montevidéu e do Observatório de Políticas Públicas em DH no MERCOSUL (Instituição sócia do projeto), que orienta política e estrategicamente suas ações.

O balanço das atividades é totalmente positivo, conseguindo-se um trabalho em rede efetivo e ativo, assim como a geração de uma reflexão conjunta entre os distintos atores sobre o trabalho realizado na região sobre a temática. Reflexão que estimula aos governos locais a realizar práticas que até esse momento não tinham sido executadas, assim como a socializar e trocar informação entre elas, promovendo políticas locais que contribuem a uma maior integração e bases para uma cidadania regional com cultura em DH.

# 9

## CONVÊNIOS, ACORDOS E PARCERIAS



## 9.1. - Planejamento Estratégico para a Rede Mercocidades: Fundação Dom Cabral

Criada em 1976, a Fundação Dom Cabral é reconhecida internacionalmente por sua eficácia em gerir processos de aperfeiçoamento de capacitação pessoal e empresarial, e também considerada um centro de excelência em integração entre o público e o privado. Neste sentido, foi escolhida para conduzir a reformulação político-institucional da Rede Mercocidades.



O convênio estabelecido entre a Secretaria Executiva da Rede Mercocidades, a cargo da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, e a Fundação Dom Cabral se insere no âmbito da reformulação planejada no plano de trabalho para a gestão 2010/2011. Esse convênio tem como finalidade o desenvolvimento conjunto de uma reflexão estratégica para a Rede, visando à definição de metas, visão de futuro e objetivos estratégicos, levando-se em consideração os resultados esperados na perspectiva dos diversos stakeholders, políticos e técnicos da Rede Mercocidades.

A proposta da Fundação é constituída por três etapas: 1) visão dos participantes e recomendações para a reflexão estratégica, 2) formulação da reflexão estratégica e 3) consolidação e validação do planejamento estratégico. Esta primeira foi iniciada no dia 17 de junho, quando se reuniram a Coordenação da Secretaria Executiva da Rede, a equipe da Secretaria e os representantes da FDC, e identificaram os prefeitos e técnicos das cidades-membros que seriam fundamentais para a construção da visão para a Rede.

A segunda etapa do convênio foi o workshop de Planejamento Estratégico realizado nos dias 4 e 5 de agosto, em Porto Alegre (Rio Grande do Sul, Brasil). O evento foi conduzido pelo corpo técnico da Fundação Dom Cabral, o professor Caio Marini e o Gerente de Projetos, Luiz Leal, que conduziram os participantes na identificação da missão e visão da Rede, e nos debates sobre os eixos temáticos escolhidos para serem trabalhados pela gestão de Belo Horizonte: integração produtiva, integração fronteira e cidadania regional.

Segundo este workshop, a missão da Rede seria a de potencializar a identidade e a integração regional visando assegurar o desenvolvimento das cidades e o bem-estar dos cidadãos de América do Sul. Como visão entendeu-se que a Rede torna as cidades integradas, inclusivas e participativas.

Sobre a perspectiva dos eixos temáticos foram tecidas as seguintes considerações sobre a função de cada um:

- ▶ **Integração Produtiva:** promover processos integrados de produção regional para reduzir assimetrias regionais e incrementar o nível da economia formal da região.
- ▶ **Integração Fronteira:** reformular o conceito de fronteira como consequência do novo contexto de integração regional e construir espaços de articulação para os atores locais das cidades fronteiriças, fomentando a formação de alianças estratégicas.
- ▶ **Cidadania Regional:** fortalecer a identidade regional, universalizar os direitos dos cidadãos, promover a inclusão social e fomentar a cooperação entre as cidades.

A terceira etapa do convênio, “consolidação e validação do planejamento estratégico”, será realizada durante a XVI Cúpula da Rede Mercocidades, entre os dias 30 de novembro e 02 de dezembro em Montevideu. Nesta oportunidade a Fundação Dom Cabral e a Secretaria Executiva da Rede Mercocidades apresentarão o resultado final do planejamento estratégico, elaborado com a participação das cidades-membro.

### 9.2. - CIFAL Curitiba - Rede Mercocidades

O acordo de cooperação estabelecido entre a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (FIEP) / Centro Internacional de Formação de Atores Locais (CIFAL) Curitiba e a Rede Mercocidades, tem como objetivo a colaboração entre as partes na promoção de eventos, capacitações, seminários, workshops para representantes de governos locais e nacionais da América Latina e Caribe. O acordo prevê ainda o auxílio do CIFAL Curitiba à Rede, quando solicitado, na concepção, execução programática e metodológica em oficinas promovidas pelas cidades-membro da Rede; e a concessão de bolsas (vagas com isenção de inscrição) de participação direcionadas à Rede Mercocidades pelo CIFAL, a serem distribuídas entre as cidades-membro da Rede, mediante disponibilidade.



Destaca-se que a FIEP possui forte atuação na promoção de atividades de apoio ao desenvolvimento local sustentável no Estado do Paraná, alinhados com os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas; e que o CIFAL Curitiba está sob a coordenação da FIEP mediante Acordo de Parceria com o Instituto das Nações Unidas para Treinamento e Pesquisa, firmado em 2009. Além disso, o CIFAL é o principal órgão de treinamento vinculado ao Programa de Desenvolvimento Local (PDL) do Instituto para o Treinamento e Pesquisa das Nações Unidas (UNITAR) na América Latina e tem como meta potencializar a capacidade de atores locais, em especial governos municipais e seus parceiros, de implantar ações inovadoras e integradas de desenvolvimento sustentável. O acordo terá vigência até dezembro de 2012.

### 9.3. - BIOMINAS

O acordo entre a Rede Mercocidades e a Fundação Biominas visa à promoção de negócios internacionais voltados para a biociência e a biotecnologia. Essa organização realizou entre os dias 18 e 20 de setembro de 2011, na cidade de São Paulo, a



segunda edição do BioPartnering Latin America™ (BPL), evento no qual foram estabelecidos contatos estratégicos e geração de negócios. Com relação ao acordo e ao evento, destacou-se a importância de articulação com a Unidade Temática de Ciência, Tecnologia e Capacitação da Rede Mercocidades, atualmente coordenada pela cidade de São Carlos, São Paulo (Brasil).

#### 9.4. - Frente Nacional de Prefeitos

A Rede Mercocidades e a Frente Nacional de Prefeitos firmaram, na ocasião da XV Cúpula, um convênio que visa o trabalho conjunto em favor de melhorias do bem-estar da população, do aumento de incidência dos municípios e províncias na agenda internacional, e da aproximação e aprofundamento das relações de amizade, defesa de valores dos povos e cooperação entre os governos locais latino-americanos.



O convênio firmado é a formalização do interesse de ambas as instituições em fortalecer os vínculos entre si e estabelecer um mecanismo de desenvolvimento de políticas públicas efetivas e eficazes. Assim, o documento reforça a reconhecida atuação da América Latina no cenário internacional das últimas décadas, e o papel que as entidades municipalistas têm na representação dos governos locais dos países latino-americanos e nos processos de cooperação internacional.

ANEXO 9

#### 9.5. - FAMSI

O Fundo Andaluz de Municípios para a Solidariedade Internacional (FAMSI) é um sócio de Mercocidades desde há vários anos. Esta rede de cidades andaluzas compartilha com Mercocidades e coincide na visão do papel dos governos locais como instância mais próxima ao cidadão, como espaço privilegiado para desenvolver processos de descentralização e participação cidadã. Nesse sentido, ambas as redes tem sido sócias em vários projetos de cooperação internacional, como por exemplo, o Laboratório de Políticas Locais. Na XV Cúpula de Mercocidades em Belo Horizonte se aprovou pela Assembleia Geral a assinatura de um Convênio de Colaboração conjunta que esperamos que possa se concretizar sua firma em Montevidéu durante a XVI Cúpula.



# 10

# POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO





### 10.1. - Comunicação no MERCOSUL

A 20 anos da criação de um MERCOSUL que viu suas origens em 26 de março na capital paraguaia, nos encontramos com um bloco regional distinto, com maiores demandas e, portanto maiores desafios. Desde há alguns anos atrás se propõe uma integração diferente à prometida na gênese do MERCOSUL. Uma integração que abra caminhos para o aprofundamento de uma cidadania regional mais inclusiva e, portanto menos inspirada em valores e negócios macroeconômicos. Criaram-se diversos espaços para que assim seja, porém ainda com uma grande dívida institucional, que deixa inválida a maior parte das propostas e decisões que se tomam desde distintas esferas mercosulinas. A representatividade é uma das maiores reivindicações, tanto desde os governos locais, como das organizações sociais, instituições acadêmicas e sociedade civil em geral.

Neste contexto todo o referente à comunicação cobra uma especial relevância e se converte em uma instância indispensável para desenvolver em um MERCOSUL que cresce em ferramentas e decisões, mas que não as reflete na cidadania. O MERCOSUL carece de uma política de comunicação, que de forma sistemática e cotidiana divulgue os diversos aspectos do aprofundamento do projeto integracionista, uma política que inclua ao cidadão e que permita que este se sinta parte do projeto.

Muitas vezes as notícias sobre o MERCOSUL carecem de interesse para grande parte dos meios de comunicação, a população não conhece sobre as decisões do bloco e como as mesmas podem influir em suas vidas, e nos poucos casos nos quais algo de informação lhes chega, costuma jogar em contra ao MERCOSUL.

Uma pesquisa publicada no final de 2008 com o nome MERCOSUL sobre os olhos do mundo<sup>23</sup>, revelou que “apesar do domínio e interesse por tratar de abordar o assunto MERCOSUL, os jornalistas relatam importantes e objetivas dificuldades no trabalho do dia a dia, ocasionadas principalmente pela falta de informações. São citados como exemplos o site web do MERCOSUL, considerado pouco eficiente<sup>24</sup>, a inexistência de um porta-voz oficial que fale em nome do bloco, a dificuldade de obter informações políticas, estatísticas e técnicas. Também se destaca a falta de informes regulares e de um bom banco de dados que reúna informações dispersas, além de pouco acesso a técnicos e negociadores” e “... excetuando dois curtos períodos por ano, quando ocorre a troca da presidência pro tempore, existe falta generalizada de informações dirigida à imprensa, com consequências na dificuldade de pautar nos jornais e informar à sociedade. E ainda nas Cúpulas, acabam merecendo destaque questões pontuais, às vezes laterais, quando não simples desinformação, que desvia a atenção e evita uma análise mais profunda das conquistas”.

A reflexão que se pretende gerar com esta exposição não é que nos encontramos em um ponto morto, senão que os avanços neste aspecto são mais que nunca indispensáveis e, portanto um passo seguro para a integração. Especialmente se consideramos o atual contexto latino-americano, no qual se experimenta a regionalização do conceito de comunicação como um direito humano e nesse âmbito, como uma aspiração legítima da sociedade. Este reverte a ideia de que a comunicação possa ser simplesmente um negócio, para ser considerada como um espaço no qual se contemplem a pluralidade de vozes e visões que integram uma nação. Exemplo disso são as já aprovadas leis de meios de comunicação em Argentina e Venezuela, e as discussões ao respeito presentes em Equador, Brasil, México, Bolívia, Paraguai e Uruguai.

<sup>23</sup> Duarte, Jorge, Gobbi, Cristina e Marques de Melo, José; MERCOSUL sob os olhos do mundo; 2008, Brasil. A pesquisa se realizou com base ao seguimento e registro de imprensa escrita em 14 países na região e fora dela, e contou com a colaboração da então presidência pro tempore brasileira do MERCOSUL, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), da Reunião Especializada de Comunicação Social do MERCOSUL e da Universidade Federal de Pelotas (Brasil).

<sup>24</sup> O site web foi modificado em 2011, porém apesar disso grande parte das dificuldades persistem.

O potencial do desenvolvimento de diversos canais de comunicação e difusão é imenso, isto o compreendeu a Comunidade Andina de Nações, mais para o sul do continente, ao igual que a União Europeia em terras longínquas. Diante deste panorama a comunicação cobra uma especial ênfase, já que se converte em uma necessidade que vai desde as instâncias diretivas do Bloco, ao Parlamento do MERCOSUL e as mais diversas reuniões especializadas e Cúpulas Sociais.

**Diante do panorama atual falta fazer a seguinte pergunta, que experiências positivas em comunicação podem se identificar atualmente no MERCOSUL?**

**A Reunião Especializada de Comunicação Social do MERCOSUL**, que no presente foi reativada e joga o papel de instância facilitadora e construtora de espaços de encontro, reflexão e propostas de trabalho no âmbito do MERCOSUL, tem entre suas principais aspirações atualmente:

- ▶ A criação de uma Unidade de Divulgação e Comunicação Social do MERCOSUL.
- ▶ A constituição de uma Comissão Ad Hoc para elaborar um estudo comparado de legislações nacionais sobre meios de comunicação audiovisual.
- ▶ A criação de uma rádio na internet do MERCOSUL.
- ▶ Intercâmbios de conteúdos no nível regional, favorecido pelo emprego de software livre.
- ▶ Favorecer uma maior e melhor articulação entre os organismos que estão a cargo da integração produtiva e comercialização de bens e serviços culturais em geral e em particular os audiovisuais.



Encontro da Reunião Especializada de Comunicação Social do MERCOSUL, em Chaco, setembro de 2011. Foto: da Chancelaria Argentina

**Campanha de difusão e visibilidade da Presidência Pro Tempore do Uruguai** – a visualização das ações do MERCOSUL, e a articulação com instâncias regionais a fim de trabalhar conjuntamente e apoiar a difusão e o encontro das agendas de trabalho de cada instância, tem sido uma das principais preocupações da atual PPTU (junho – dezembro 2011). Nesse âmbito Mercocidades se converteu em um ator ativo do processo. Entre as ações prioritárias se destacam:

- ▶ A organização de uma agenda cultural que inclua à cidadania.
- ▶ A elaboração de uma campanha gráfica que identifique as ações da PPTU e que traslade sua imagem ao espaço público.

- ▶ A criação de uma página web que difunda a agenda oficial da PPTU, junto a de outras organizações mercosulinas.
- ▶ Favorecer um sistema de trabalho cooperativo entre as diversas instâncias que se desenvolvem no âmbito regional.

**Comissão de Comunicação das Cúpulas Sociais do MERCOSUL** - esta comissão começou a funcionar em julho de 2010, durante a Cúpula Social realizada na Ilha do Cerrito, Chaco-Argentina. A presente concretizou 3 encontros e tem entre suas principais propostas e reivindicações a necessária implementação por parte dos Estados de políticas públicas com participação cidadã, para garantir a todas e todos o exercício dos direitos à Livre Expressão, à Informação e à Comunicação, para que isto seja possível será necessário:



Comissão de Comunicação na Cúpula Social do MERCOSUL.

- ▶ Estimular e facilitar a criação ou fortalecimento de redes de comunicação regionais públicas e de gestão de organizações sociais.
- ▶ Impulsionar e desenvolver os meios públicos, com participação cidadã.
- ▶ Assegurar o acesso e utilização universal dos benefícios das tecnologias da Informação e Comunicação.
- ▶ Reconhecer e facilitar o direito dos povos originários a administrar seus próprios meios desde suas identidades.
- ▶ Promover a formação de novos comunicadores/as que expressem as identidades de nossas comunidades.
- ▶ Desenvolver políticas públicas para meios em zona de fronteiras, que tendam a favorecer conteúdos a favor da integração com respeito à diversidade, com participação das populações envolvidas.

## 10.2. - Comunicação nas Mercocidades

A 16 anos de sua fundação e com um acervo de mais de 200 cidades, a Rede se encontra ante a urgência de uma profunda reflexão sobre a importância do desenvolvimento e aprofundamento da Comunicação, tanto interna como externa.

Ao analisar este assunto é imprescindível considerar que nos encontramos com uma rede que trabalha de forma horizontal, permitindo o desenvolvimento e propostas de atividades desde os espaços mais diversos, favorecendo a participação, fomentando a criatividade e a solidariedade entre governos locais. Outro aspecto relevante é o referente à proximidade dos governos locais à vida cotidiana da cidadania e, portanto o compromisso que Mercocidades deve enfrentar ante a cidadania mercosulina. Consequentemente urge o vínculo com muitas outras instâncias que compartilham com Mercocidades, visões e metas.

Diante deste enriquecido panorama de atores das mais diversas esferas, reconhecemos o potencial do desenvolvimento e da implementação de uma política de comunicação que se adapte às particularidades comunicativas da Rede, porém para que esta política seja um êxito, necessariamente deverá contar com o compromisso dos que participam em Mercocidades.

O potencial de comunicação da Rede é extenso, se consideramos que é a rede de governos locais mais importante do MERCOSUL, e que conta entre suas intendenças, alcaldias e prefeituras, com diversas ferramentas comunicativas que poderiam colocar à integração social regional na agenda pública de muitas cidades. Portanto, a Rede tem à comunicação como um de seus grandes desafios, por isso, o compromisso de seus membros será indispensável.

### 10.2.1 Principais linhas de trabalho e ferramentas, na comunicação para fora, e entre os membros da Rede:

#### Portal das Cidades

[www.mercociudades.org](http://www.mercociudades.org)

O site web de Mercocidades, é sem dúvidas o espaço de difusão por excelência da Rede, ao contar com as últimas novidades, toda a informação das distintas instâncias da Rede, permitindo visibilizar suas ações de maneira transparente e aproximando a todos os interessados à informação de contato necessária para a troca e a articulação. No final de 2010 foi apresentado um novo site, adaptado às necessidades e desafios contemporâneos em comunicação, com as seguintes características:



Portal de Mercocidades

**Descentralização.** Espaço mais interativo que permite a participação ativa das Unidades Temáticas, e outros atores da rede, já que a atualização de alguns espaços específicos pode ser administrada por seus responsáveis. Através desta modalidade se impulsiona a participação e a pró-atividade na Rede.

**Projetos.** O site também conta com um espaço de visibilidade para os projetos de Mercocidades, ferramenta que permite identificar e conhecer com maiores detalhes os empreendimentos que funcionam dentro da Rede.

**Mapa de cidades membro.** Localiza a cada uma das cidades da Rede no mapa regional, com informação geral e de contato dos responsáveis de Mercocidades em cada governo local, oferecendo imagens das

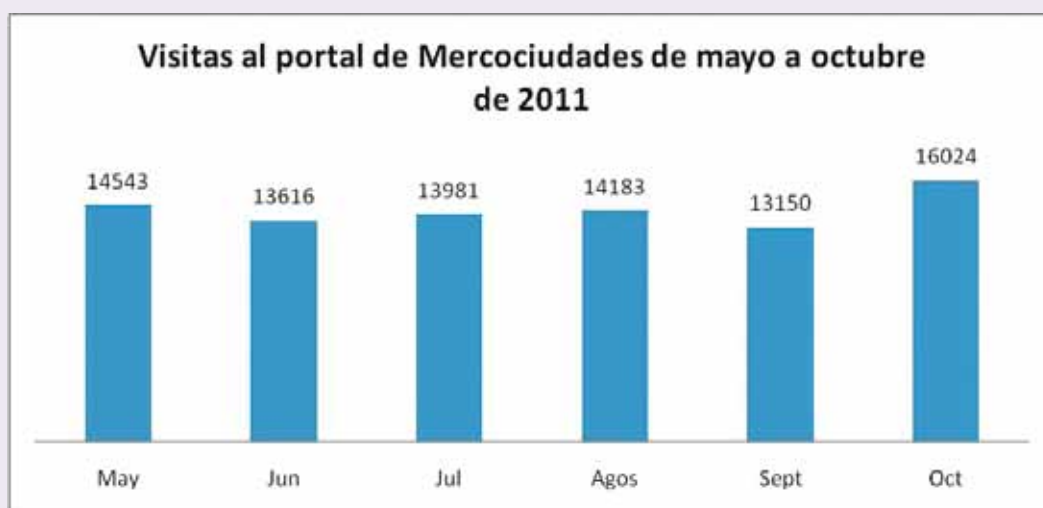
distintas localidades membro.

Galeria Multimídia. Espaço destinado a divulgar as produções audiovisuais e galerias de imagens das diversas atividades da Rede.

Destacados. Conta com uma localização privilegiada no Portal, com o objetivo de poder ser utilizado para difundir atividades de especial interesse para a Rede.

Visitas ao portal desde maio a outubro de 2011.

O fluxo de visitas é um claro exemplo da utilização e relevância desta ferramenta.



### Módulos temáticos no Portal das Cidades

Durante 2011 se trabalhou na potencialização e atualização dos espaços destinados às Unidades Temáticas, Comissões e Grupos de Trabalho de Mercociudades no portal. Entre as colaborações mais destacadas se encontram as das Unidades Temáticas de Cultura (com a criação do Estoque de Primeiros Socorros Culturais –PAC-), Desenvolvimento Econômico Local (com o andamento de uma importante base com os perfis econômicos das cidades das mercociudades), Juventude (com o calendário das juventudes e um banco de sistematização de experiências de juventude na Rede) e Turismo (com a ampliação de seus domínios para redes sociais como Facebook, e um blog de trabalho colaborativo).

Outras das novidades é a instauração de galerias de imagens em quase todos os espaços temáticos, com a aspiração de continuar alimentando também a galeria multimídia da Rede.

### Sites webs de projetos regionais da Rede

Ao Portal de Mercociudades se lhe somam sites de seus projetos como instâncias de difusão anexas ao Portal, envolvendo no processo de integração a governos locais, organizações sociais da região e instâncias acadêmicas.

#### Site IN: Inovação e Coesão Social

Entre suas ferramentas mais destacadas conta com um **Banco e uma Incubadora de Projetos**, uma biblioteca virtual “**Ciberteca**”, com documentos e publicações vinculadas às prioridades temáticas de IN,

e o espaço Oportunidades, com informação atualizada de convocatórias regionais, nacionais e locais de fundos de cooperação.

#### Site Estado + Direitos

Aqui encontrarão o calendário de Direitos Humanos da região, as publicações do projeto, o mapa com informação sobre as 17 cidades testemunhas participantes do projeto, e todos os detalhes sobre as atividades realizadas atualmente.

#### **Redes Sociais**

Atualmente, somos testemunhas de um importante desenvolvimento das Tecnologias da Comunicação e da Informação, e entre elas se destacam as mais estreitamente vinculadas à cotidianidade de milhões de pessoas arredor do globo.

É por isso, que apostando na utilização de ferramentas comunicativas mais participativas e próximas à cidadania, foram criados os grupos de Mercocidades em facebook e twitter, que dia a dia oferecem informação atualizada da Rede e da região.

<http://www.facebook.com/Mercociudades>

[www.twitter.com/mercociudades](http://www.twitter.com/mercociudades)

#### **Clipping semanal**

A política de elaboração e divulgação do Clipping Semanal foi implementada na gestão de Belo Horizonte, e o objetivo é o de aproximar e informar os membros da Rede Mercocidades a respeito das atividades que serão e/ou já foram realizadas. Ressalta-se que a adoção da mesma ocorreu em um contexto de tentativa de otimizar o acesso às informações publicadas no site da Rede Mercocidades, e de divulgação das redes sociais (Facebook e Twitter).

#### **Divulgação de calendário**

A política de divulgação de calendário surge da necessidade de fomentar a participação das cidades-membro das atividades desenvolvidas no âmbito da Rede Mercocidades, através da divulgação mensal do calendário em todo início de mês. Assim, levando-se em consideração os trâmites burocráticos da administração pública, a política adotada visou facilitar o planejamento e a organização dos participantes nos eventos.

#### **Vinculação com instâncias regionais**

Mercocidades tem provado que, com o compromisso de abrir espaços de participação, muitas metas podem ser alcançadas. Foram muito frutíferos e necessários, o aprofundamento e a ampliação do intercâmbio e trabalho conjunto com distintos espaços no nível regional, como o são: a Associação de Universidades Grupo Montevideu, as organizações da sociedade civil, o Parlamento do MERCOSUL, o Centro de Formação para a Integração Regional, as diversas reuniões especializadas do bloco, o Instituto Social do MERCOSUL, o Observatório de Políticas Públicas em Direitos Humanos do MERCOSUL, a Coalizão Latino-Americana e Caribenha de Cidades contra o Racismo, a Discriminação e a Xenofobia, organismos de cooperação e financiamento, e outras redes internacionais e de cidades em geral.

### 10.2.2. - Campanha Gráfica de Mercocidades em comemoração aos 20 ANOS DO MERCOSUL

“Cidades inclusivas fortalecendo a integração” é a mensagem que desde a Rede de Mercocidades engloba o compromisso regional por afiançar o processo integracionista originado em 26 de março de 1991 na capital paraguaia.

Em comemoração ao vigésimo aniversário do Bloco, a partir de março de 2011, a Secretaria Executiva e Técnica de Mercocidades convidaram a todos os governos locais interessados a difundir a campanha 20 anos do MERCOSUL, “Cidades Inclusivas Fortalecendo a Integração”.

O material gráfico para a campanha foi colocado a disposição no portal de Mercocidades e constava de:

- 1) Cartazes --- Sob a marca de prefeitura.
- 2) Banners ou faixas --- À esquerda da marca Mercocidades.
- 3) Roll Up --- Sob a marca Mercocidades.



Campanha 20 anos de MERCOSUL

As cidades se aderiram à campanha através de distintas ações: difusão em internet (site web do governo local, envio massivo a bases de contatos, incorporação em boletins digitais oficiais, facebook, Twitter, etc.), comunicados oficiais de imprensa, impressão e distribuição dos materiais gráficos, propagandas audiovisuais com a campanha, declarações de interesse municipal. Particularmente, as cidades de Salto (Uruguai) e Concórdia (Argentina) realizaram em comemoração pelos anos de amizade e troca, uma declaração conjunta de interesse municipal em ocasião dos 20 anos do MERCOSUL, através desta campanha gráfica.

Em total, se somaram à proposta 22 cidades, de 6 países, com um total de 15 milhões de habitantes:

ARGENTINA	BOLIVIA	BRASIL
Buenos Aires	La Paz	Belo Horizonte
Concordia		Contagem
Quilmes		Guarulhos
Mendoza		Maringá
Morón		Osasco
Neuquén		São Bernardo do Campo
		São Leopoldo
		Porto Alegre
CHILE	PERU	URUGUAI
Valparaíso	Jesús María	Canelones
		Colônia
		Lavalleja
		Montevideu
		Salto



# INFORME FINANCEIRO



**11** INFORME FINANCEIRO



Abaixo estão disponíveis os dados sobre as movimentações financeiras e informações sobre adimplência da Rede, e investimentos realizados, no período que compreende dezembro de 2010 a setembro de 2011.

► Informe financeiro

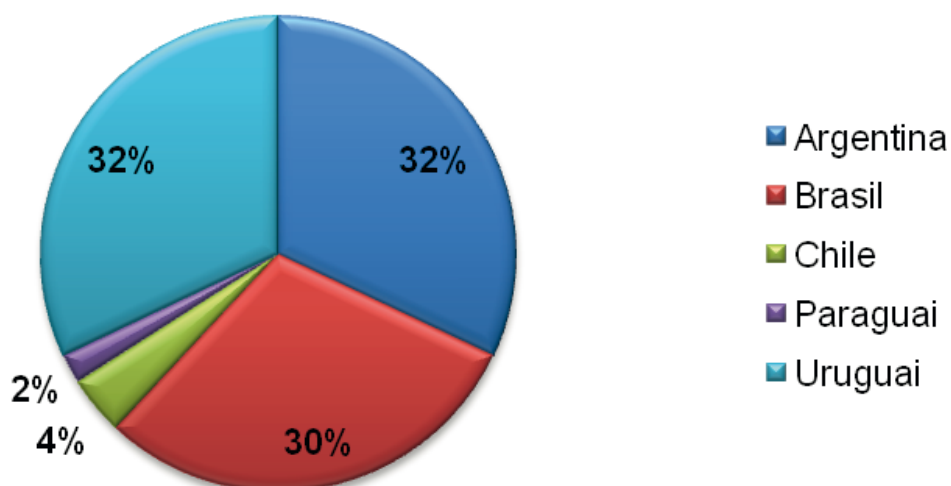
Conceito	Egressos (US\$)	Ingressos (US\$)	Saldo (US\$)
<b>Novembro - Fevereiro/ 2011</b>			
Estudo INCIDIR - XV Cúpula Mercocidades	1028,88	28879,78	28879,78
Investimento no Portal Web	3194,85		
Publicação 15 anos Mercocidades (Secretaria Executiva - 2009/2010, Rosário)	8000		
	<b>12223,73</b>	<b>8404</b>	<b>25060,05</b>
Secretaria Executiva - Reunião de coordenadores e subcoordenadores de UTs (Montevideú)	5054		
INCIDIR - Reunião das UTs (Montevideú)	936		
Secretaria Técnica Permanente - Reunião das UTs (Montevideú)	402,41		
Secretaria Executiva - I Reunião do COMUN (Tandil)	4877		
Secretaria Executiva - XXVI Reunião Ordinária do FCCR (Assunção)	1452		
Secretaria Técnica Permanente - XXVI Reunião Plenária do FCCR (Assunção)	440		
Secretaria Executiva - Reunião UTPE/ Feira da Cooperação 2011 (Morón)	960		
Secretaria Executiva - Reunião Unidade Temática de Turismo (Porto Alegre)	398		
Secretaria Executiva - XXVII Reunião Ordinária do FCCR (Assunção)	3592,39		
Pendente de informe de contadoria	560		
Secretaria Executiva - Reunião do Conselho da Rede Mercocidades (Porto Alegre)	8488		
Secretaria Executiva - II Reunião do COMUN (Bagé)	1128		
Taxa Banco	60		
Secretaria Executiva - Reunião Presencial Unidade Temática de Desenvolvimento Econômico Local (Guarulhos)	745		
Cotas		14347,24	
Ingresso		7133,65	
<b>TOTAL</b>	<b>41316,53</b>	<b>58764,67</b>	<b>17448,14</b>

► Valor arrecadado de cotas

ARGENTINA	BRASIL	CHILE	PARAGUAI	URUGUAI
Azul	Araraquara	Quilpué	Assunção	Canelones
Buenos Aires	Belo Horizonte	Rancagua		Cerro Largo
Capilla del Monte	Caxias do Sul			Colônia
Florêncio Varela	Contagem			Durazno
Gral San Martin	Guarulhos			Flores
Junín	Joinville			Florida
La Plata	Mauá			Montevideu
Morón	Osasco			Paysandú
Olavarría	Recife			Rio Negro
Pergamino	Santo André			Rivera
Quilmes	São Bernardo do Campo			Salto
Realicó	São Carlos			San José
San Isidro	São Vicente			Tacuarembó
Santa Fe	Várzea Paulista			Trinta e Três
Santo Tomé	Vitória			
Tandil				

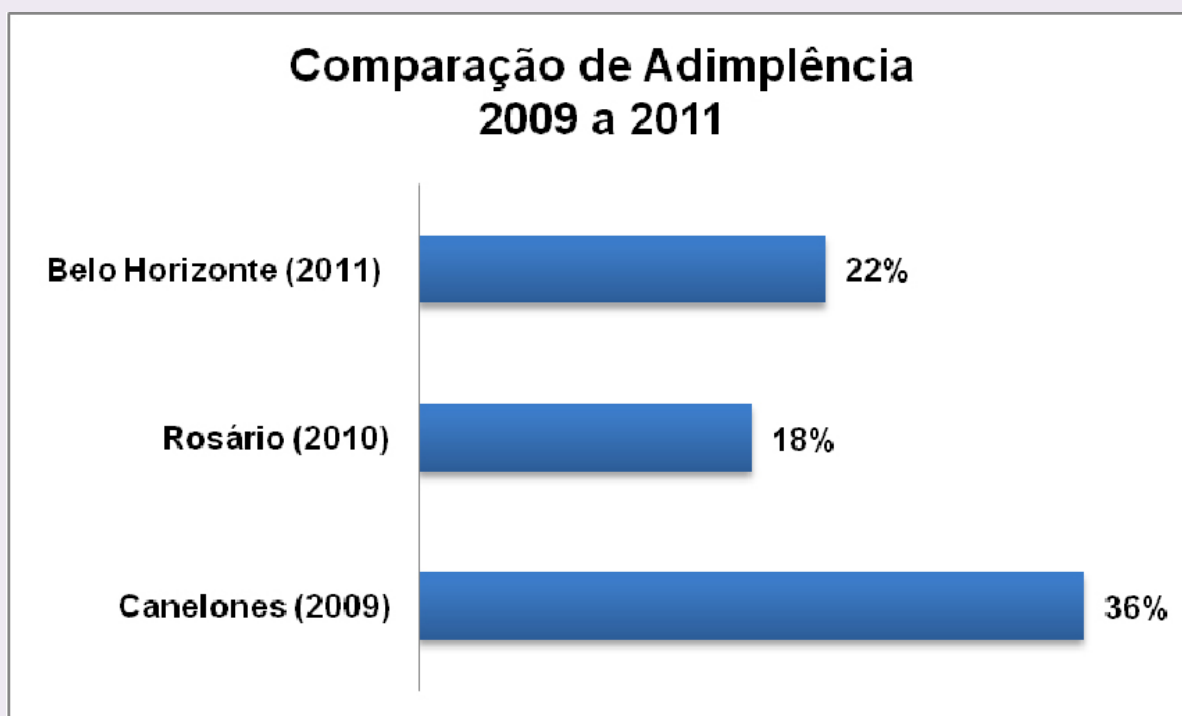
Argentina	16
Brasil	15
Chile	2
Paraguai	1
Uruguai	14

### Análise de adimplência por país



ADIMPLÊNCIA NA REDE MERCOCIDADES			
ANO	SECRETARIA EXECUTIVA	CIDADES MEMBRO	ADIMPLÊNCIA
2009	Canelones (2009)	198	36%
2010	Rosário (2010)	213	18%
2011	Belo Horizonte (2011)	230	22%

Fonte: Secretaria Executiva



► Investimentos da Prefeitura de Belo Horizonte na Secretaria Executiva

INVESTIMENTOS	
DESCRIÇÃO	VALOR (US\$*)
Convênio: Prefeitura de Belo Horizonte com a PUC Minas	82.926,43
Contrato: Elaboração do Planejamento Estratégico da Rede Mercocidades pela Fundação Dom Cabral	83.333,33

\* Valor do câmbio do dia 24 de outubro de 2011: US\$1,74

Fonte: Secretaria Executiva

# 12

# MEMBROS POSTULANTES



## 12 MEMBROS POSTULANTES



Após a XV Cúpula da Rede Mercocidades, 230 cidades participavam da instituição, e ao longo da gestão de 2010/2011, 24 cidades solicitaram adesão à Rede, somando, então, 254 postulantes. Destaca-se que cidades passam a ser membro efetivo após a aprovação na Assembleia Geral que acontecerá na 16ª Cúpula da Rede Mercocidades.

País	Cidades que solicitaram ingresso (2010/2011)
<b>Argentina</b>	Almirante Brown
	Berisso
	Esteban Echevarría
<b>Bolívia</b>	El Alto
	Curahuara de Carangas
<b>Brasil</b>	Anápolis
	Nova Prata
	Viamão
	Vespasiano
	São Gonçalo
<b>Chile</b>	Lota
<b>Colômbia</b>	Medellín
<b>Paraguai</b>	San Ignacio Guazú
<b>Peru</b>	Barranco
	Carmen de la Legua Reynoso
	Municipalidad de Cuzco
	Surquillo
<b>Uruguai</b>	La Paloma
<b>Venezuela</b>	Independência
	Valencia
	Libertador de Mérida
	Aricagua

#### Solicitações a considerar especialmente pelo Conselho de Mercocidades e a Assembléia Geral:

Governo do Estado de São Paulo - Brasil  
Município de Bella Unión, Artigas – Uruguai.

No mês de agosto, a Secretaria Executiva e a Secretaria Técnica Permanente receberam a manifestação formal do Governo do Estado de São Paulo pleiteando a participação como membro na Rede Mercocidades. No marco do fomento às articulações entre a Rede Mercocidades e a rede Cidades e Governos Locais Unidos (CGLU), a solicitação desse Governo, membro e Vice-Presidente para a América Latina e Caribe da Rede Metropolis<sup>25</sup>, converge com a expectativa de unir esforços e intensificar os ganhos através da cooperação entre as instituições.

Esse Governo tem trabalhado no sentido de trazer novos membros para a mesma. Entretanto, levando-se em consideração que a adesão de Estados Federados, Províncias e Departamentos não está prevista no estatuto social da Rede, a Secretaria Executiva e a STPM têm trabalhado com vistas a uma possível mudança na norma a ser apresentada na reunião do Conselho durante a XVI Cúpula.

<sup>25</sup> A Rede Metropolis é a seção metropolitana da CGLU, que inclui os municípios com mais de 1 milhão de habitantes.

# 13

## DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA O PRÓXIMO PERÍODO





Durante o ano de 2011, a Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, através da Secretaria Municipal Adjunta de Relações Internacionais, assumiu a coordenação da Secretaria Executiva da Rede Mercocidades e se empenhou, não apenas em manter seu bom funcionamento, mas também em aprimorar e sofisticar seu arranjo institucional. Para tanto, foi firmada uma parceria com a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), através do seu Departamento de Relações Internacionais, com o objetivo de constituir um corpo técnico especializado para apoiar o processo de gestão e acompanhamento das atividades da Rede.

Ao contemplar os três eixos temáticos que nortearam as ações da Secretaria Executiva - cidadania regional, integração fronteiriça e integração produtiva – e, em um esforço para aproximar as ações da Rede com as iniciativas do bloco, algumas iniciativas foram prioridade, tais como: a) o aperfeiçoamento da atuação das Unidades Temáticas, principalmente, com a avaliação dos Planos de Trabalho das mesmas, além da participação em diversas reuniões com o objetivo de alinhar a agenda das UTs com a da Rede e, também, na importante aproximação com o MERCOSUL; b) a participação em todas as atividades do Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do MERCOSUL, exercendo a coordenação do Comitê de Municípios, além de propor e realizar reuniões temáticas neste espaço, contribuindo para que o Foro possa migrar de uma pauta declaratória para uma agenda de conteúdo, desempenhando melhor a sua função.

No entanto, alguns desafios ainda persistem. Um deles, que já havia sido identificado pelo estudo feito pela INCIDIR (ANEXO 1), está claramente relacionado ao modelo de atuação técnica da Rede, baseado nas Unidades Temáticas. Estas instâncias foram criadas como uma resposta à necessidade da Rede trabalhar em aspectos de extrema importância para as cidades-membros, todavia, a relação transversal entre elas, muitas vezes, não tem se concretizado. Além disso, existe uma dificuldade em materializar as propostas e temáticas debatidas no âmbito das UTs em projetos que tenham um caráter regional e que busquem a solução de dificuldades comuns de uma maneira integrada. Por fim, é importante ressaltar que um dos eixos de trabalho do ano de 2011 foi a busca de uma aproximação com o MERCOSUL, inclusive tendo como destaque as três temáticas que nortearam as reuniões promovidas pela Secretaria Executiva conforme citado anteriormente. Entretanto, a despeito dos avanços, as Unidades Temáticas ainda não lograram avanços significativos com vistas à articulação com o bloco. Nesse sentido, é preciso intensificar este debate e ousar, se preciso for, para modernizar a forma de ação técnica da Rede, pois como diria o poeta Fernando Pessoa: *“Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas, que já tem a forma do nosso corpo, e esquecer os nossos caminhos, que nos levam sempre aos mesmos lugares. É o tempo da travessia: e, se não ousarmos fazê-la, teremos ficado, para sempre, à margem de nós mesmos”.* (Lisboa, Portugal, 1888 - 1935)

No que diz respeito ao funcionamento da Rede Mercocidades, a Secretaria Executiva também agiu de modo a superar proeminentes obstáculos, sendo que a ausência de um planejamento e uma visão de futuro para a Rede foram os que mais se destacaram. Assim, a Prefeitura de Belo Horizonte firmou um contrato com a Fundação Dom Cabral a fim de que esta instituição realizasse um Planejamento Estratégico para a Rede. Este trabalho foi desenvolvido com a participação das cidades membros com o objetivo inicial de construir *missão, valores e objetivos* da Rede Mercocidades e, a partir desta construção, realizar um Planejamento Estratégico de médio e longo prazo para nortear as atividades em todas as instâncias que compõem a Rede.

No decorrer da gestão da Secretaria Executiva pela Prefeitura de Belo Horizonte, o estatuto social e o regulamento interno da Rede Mercocidades foram minuciosamente estudados e, em face de novos desafios e demandas, sugeriram-se alterações pontuais nas normas que regem a instituição. Com relação à sede da Secretaria Executiva, rotativa anualmente, a proposta é a de que as cidades postulantes devem ingressar em um processo formal de candidatura, através da apresentação de um documento (a ser disponibilizado pela STPM) que aborde questões operativas, técnicas e políticas substanciais para

a dinâmica da Rede. Outra sugestão da Secretaria Executiva, em resposta à demanda de novos atores no processo de integração regional através de redes de cidades, foi a de prever, no estatuto social e no regulamento interno da Rede, o ingresso de Estados, Províncias e Departamentos dos países do MERCOSUL e de países associados com a posição de membros observadores. Por fim, também foi proposto o reajuste do valor das contribuições anuais das cidades para a Rede, mantendo-se o princípio do mesmo em função dos respectivos tamanhos populacional.

Importa destacar que a responsabilidade fiscal da Rede Mercocidades foi igualmente um dos pilares sustentadores da gestão 2010/2011. Quando a Prefeitura de Belo Horizonte assumiu a Secretaria Executiva, iniciou-se um trabalho próximo às cidades membro visando conscientizá-las da importância de dinamizar as atividades da Rede e de adimplência das anuidades. Dessa forma, logrou-se o aumento de 4%, de 18% para 22%, no pagamento das cotas em comparação ao período anterior.

A Prefeitura de Belo Horizonte, sempre comprometida com a Rede, se orgulha do trabalho desempenhado durante este ano realizado em estreita parceria com a Secretaria Técnica Permanente, e ressalta que a Rede Mercocidades se configura no principal canal para a inserção internacional dos governos locais no âmbito da América do Sul, promovendo, não apenas a cooperação técnica entre seus membros, mas o aprofundamento de suas relações, contribuindo para o desenvolvimento da região. Assim, neste contexto de muito trabalho e reafirmando o compromisso de Belo Horizonte com a Rede Mercocidades, deseja-se a Montevideu os melhores êxitos na gestão 2011/2012 da Secretaria Executiva.



# 14 ANEXOS



## VI FORO IBEROAMERICANO DE GOBIERNOS LOCALES DECLARACIÓN FINAL

Los alcaldes y alcaldesas y los representantes de los Gobiernos Locales Iberoamericanos, reunidos en Asunción (Paraguay) en ocasión del VI Foro Iberoamericano de Gobiernos Locales los días 27, 28 y 29 de septiembre de 2011.

### CONSIDERAMOS:

1. Que los sucesivos Foros Iberoamericanos de gobiernos locales han contribuido a desarrollar desde 2006 temas claves para la construcción de una agenda local iberoamericana, sobre:
  - la gestión compartida de las migraciones entre los gobiernos de diferente nivel y nacionalidades (I Foro, Montevideo, 2006);
  - la promoción de la cohesión social en el nivel local (II Foro, Valparaíso, 2007);
  - las políticas locales de apoyo a la juventud (III Foro, San Salvador, 2008);
  - las políticas locales de desarrollo económico y social (IV Foro, Lisboa, 2009); y
  - sobre la educación para la inclusión social (V Foro, Mar del Plata, 2010).
2. Que el VI Foro, dedicado al análisis y la reflexión sobre la gobernabilidad local, la descentralización y la reforma del Estado, se reúne en una coyuntura internacional marcada por la agravación de la crisis económica y financiera mundial, que afecta profundamente el bienestar de los ciudadanos que representamos.
3. Que esta crisis pone de manifiesto la importancia de una buena gobernanza que se caracterice por la estrecha colaboración entre las diferentes esferas y niveles de los gobiernos de cada uno de los estados nacionales en los procesos de concepción y aplicación de las políticas públicas, no únicamente nacionales sino también aquellas de carácter internacional para promover con efectividad la preservación de los estados democráticos y constitucionales de derecho, la inclusión económica y social de todos los segmentos de población, la solidaridad en los procesos de lucha contra la pobreza, el esfuerzo concertado para articular respuestas a los problemas globales como el cambio climático y las crisis energética y alimentaria que nos amenazan.
4. Que las políticas de reforma y modernización del Estado, frente a esta situación, requieren valorar los aportes que realizan los gobiernos locales al desarrollo de la democracia, al impulso de la economía y a la sostenibilidad de las ciudades, cuando los procesos de descentralización lo han permitido durante los últimos treinta años.
5. Que la descentralización es una estrategia de reorganización estatal que tiene por objetivo acercar la toma de decisiones a los gobiernos locales, para avanzar hacia nuevas fórmulas de gobierno democrático caracterizadas por su proximidad a la ciudadanía, que permite su

participación efectiva y el avance de la equidad social y territorial, la cohesión social y el bienestar, al tiempo que fortalece la unidad del Estado en nuestros países.

6. Que, como pieza clave en el proceso de reforma de nuestros Estados Iberoamericanos, la descentralización supone la articulación de criterios ordenadores de las acciones y mecanismos que hacen posible la aplicación de sinergias entre los distintos niveles de gobierno con la consiguiente mejora de la eficacia en su conjunto y el fortalecimiento de su unidad en el propósito superior de garantizar el bienestar ciudadano.
7. Que, a pesar de los avances registrados en el sistema democrático iberoamericano, se requiere una profundización en la definición de las competencias de los gobiernos locales y la institucionalización de su participación progresiva en los recursos presupuestarios del Estado.
8. Que las políticas de reducción del déficit presupuestario derivadas de la crisis afectan intensamente a la mayoría de los gobiernos locales Iberoamericanos al restringir su capacidad de respuesta a los requerimientos ciudadanos, limitan su autonomía para tomar decisiones y obstaculizan el desarrollo de los procesos de descentralización, como se registra en el Segundo Informe Mundial de Descentralización y Democracia Local 2011 de Ciudades y Gobiernos Locales Unidos, CGLU.
9. Que las políticas que permiten el continuo perfeccionamiento del ejercicio democrático, de la calidad de la gestión pública y del buen gobierno, a todos los niveles del Estado, son elementos imprescindibles de una reforma del Estado que haga posible la recuperación y enriquecimiento de la confianza de nuestros ciudadanos en la administración pública y la actividad política en general.
10. Que los gobiernos locales deben contar con las capacidades suficientes para hacer frente a los retos que les son planteados, y que, en el marco de la Agenda de París sobre la eficacia de la ayuda, las políticas de cooperación al desarrollo deben también contribuir al desarrollo equilibrado de los territorios.

#### **PROPONEMOS:**

1. Que los Gobiernos Nacionales Iberoamericanos favorezcan los procesos de descentralización, atendiendo a su propio ordenamiento jurídico, y que se reafirme dentro del sistema iberoamericano el apoyo a los procesos de descentralización, puesto que su paralización o regresión resquebraja la democracia local y desaprovecha la contribución de los gobiernos locales a la actividad económica y al fortalecimiento de la cohesión social.
2. Que en el marco del debate sobre la reforma del Estado, los Gobiernos Nacionales y sub-nacionales reconozcan las amplias responsabilidades que asumen los gobiernos locales en la

promoción del desarrollo, en la gestión de los servicios públicos y en el desarrollo de políticas sociales de proximidad, cuyo peso sobre los presupuestos locales se ve agravado con el incremento previsible del desempleo y la pobreza.

3. Que se favorezca la participación de los gobiernos locales en la búsqueda de soluciones alternativas a las políticas de reducción del déficit presupuestario, para evitar que recaiga sobre ellos de manera excesiva el peso de la crisis, o que se descarguen sobre ellos competencias impropias sin la correspondiente financiación, y que, a medio plazo, se promueva una reforma de la fiscalidad local y de los sistemas de transferencia del presupuesto del estado para ampliar su margen de maniobra en el desarrollo de políticas locales favorables al empleo y a la preservación de la cohesión social.
4. Que se propicie asimismo la participación activa de los gobiernos locales junto a los gobiernos nacionales y sub-nacionales en los procesos de diseño y aplicación de políticas para optimizar la calidad de la inversión pública con el fin de preservar el tejido económico, el empleo y la cohesión social.
5. Que la búsqueda de nuevas fórmulas de organización territorial incluya una apuesta por políticas innovadoras, así como un enfoque de mayor atención a la inversión en áreas estratégicas para construir un futuro sostenible, entre las que destaquen las iniciativas de economía verde, la reducción del consumo energético y el apoyo a fuentes de energía renovables.
6. Que se establezcan las condiciones necesarias para la articulación de mecanismos que incentiven la profesionalización de los servidores públicos y contribuyan a elevar los estándares de la ética pública.
7. Que el sistema iberoamericano asuma un rol más activo en la promoción y defensa de los aportes de los gobiernos locales, en procura de contar con ellos en la construcción de una nueva gobernanza regional y mundial de los “bienes globales” (ambientales), asociando a estos actores en la promoción de acuerdos contra el cambio climático y el desarrollo sostenible (Rio + 20).
8. Que la Cumbre Iberoamericana de Jefes de Estado y de Gobierno a través de las instancias que corresponda, analice la adopción de la Carta Iberoamericana de Autonomía Local aprobada por el IV Foro Iberoamericano de Gobiernos Locales de 2009 como referente de descentralización y participación ciudadana en la gestión pública y como instrumento para la articulación de las políticas públicas entre los distintos niveles de gobierno
9. Que la XXI Cumbre de Jefes de Estado y de Gobierno de Asunción considere incorporar en su Declaración el siguiente párrafo: “Promover en el marco de la Conferencia Iberoamericana la realización de reuniones periódicas entre Ministros y otras altas autoridades del ámbito de las políticas públicas territoriales con las autoridades locales, con el fin de impulsar el desarrollo de

programas y estrategias de cooperación multinivel que contribuyan al fortalecimiento de la autonomía local”.

#### **NOS COMPROMETEMOS A:**

1. Desarrollar políticas públicas locales que fomenten el desarrollo económico, social y cultural, así como la dinamización de la inversión pública destinada a coadyuvar en la salida de la crisis actual preservando las condiciones de vida de la ciudadanía a través de la promoción de políticas de inclusión y solidaridad social.
2. Fortalecer la gobernabilidad democrática, la participación social y la cooperación intergubernamental en nuestros países con el fin de garantizar la seguridad y mejorar la convivencia ciudadana.
3. Procurar una administración local más eficiente y eficaz, que favorezca la innovación en la administración pública a través de la optimización del gasto y la inversión con la introducción de procesos de gestión de calidad y por resultados, sistemas de indicadores y *benchmarking*, la difusión del gobierno electrónico, así como otras medidas que posibiliten una gestión estratégica del cambio.
4. Mejorar los mecanismos institucionales de rendición de cuentas y procedimientos internos de control, auditoría y evaluación de la gestión pública con el fin de profundizar la transparencia de la gestión local.
5. Realizar esfuerzos en materia de capacitación y gestión de los recursos humanos de los gobiernos locales para reforzar el nivel profesional de la administración local, apoyándose en las asociaciones nacionales de gobiernos locales, en instituciones académicas y en el intercambio entre gobiernos locales a través de la cooperación descentralizada.
6. Fortalecer la democracia local, consolidando formas de gestión compartida mediante la difusión de las experiencias de participación ciudadana en los procesos de toma de decisión de los gobiernos locales.
7. Sumar esfuerzos para avanzar hacia la adopción de acciones concretas de una agenda de desarrollo sostenible a nivel local para proteger el clima, luchar contra los gases de efecto invernadero, reducir el consumo energético y limitar el riesgo de desastres naturales.
8. Desarrollar una estrategia iberoamericana de cooperación local al desarrollo que incida en la puesta en marcha de proyectos y programas de cooperación directa entre municipios, priorizando el fomento de las capacidades técnicas de los empleados públicos.

9. Iniciar los trabajos que conduzcan a la realización del VII Foro Iberoamericano de gobiernos locales en ocasión de la XXII Cumbre de Jefes de Estado y de Gobierno que se celebrará en Cádiz, España durante el año 2012.

**En Asunción, Paraguay, a 29 de septiembre de 2011**



Documento de Trabajo para la Secretaría Ejecutiva de Belo Horizonte

Temática: “La vinculación de las Unidades Temáticas con las instancias políticas de Mercociudades”

Objetivo: Insumo para debatir en el marco del Consejo a realizarse durante la XV Cumbre de Mercociudades.

### Índice

- 1) Introducción
- 2) El rol de las Uts
- 3) Directrices de Mercociudades y el accionar de las UTs
  - a) Planes de Trabajo anuales y la orientación temática de la Red.
  - b) El accionar de las Unidades Temáticas.
    - I.- UT Cooperación Internacional
    - II.- UT Cultura
    - III.- UT Desarrollo Económico Local
    - IV.- UT Desarrollo Social
- 4) Dificultades en la dinámica de trabajo de las UTs
- 5) Posibles escenarios. Estrategias y perspectivas

*El presente documento intenta aportar a la reflexión sobre la temática planteada, en una perspectiva de evaluación de la necesidad de **trabajar en una mejora cualitativa del funcionamiento integral de la Red.***

*En este sentido, a partir de un análisis de la cultura organizacional de Mercociudades, de la actuación de las UTs y de sus resultados en función de las directrices políticas, se describirán escenarios posibles y recomendaciones para avanzar en una nueva fase de accionar para las unidades temáticas en una dinámica global de Mercociudades.*

## 1) Introducción

Los 15 años transitados por Mercociudades constituyen un momento propicio para el análisis de los resultados alcanzados y de los principales desafíos para su consolidación como un actor relevante en la integración regional.

La XIV Cumbre, realizada en Rosario en agosto de 2009, tuvo como lema “Las ciudades que construyen el Mercosur” y desde ese entonces la Red ha mostrado una **gran dinámica de actividades** (se realizaron más de 90); **sin embargo, algunas Unidades Temáticas han perdido protagonismo en este impulso** y su actuación es de menor incidencia (según surge de la Evaluación y Ranking elaborado por la STPM), y por otra parte, este año ha sido **el peor período de pago de las cuotas anuales** de las ciudades integrantes de Mercociudades (sólo el 18 % de las ciudades de la Red la abonaron).

Esta situación **requiere que la conducción política** de Mercociudades (expresada en la Asamblea y el Consejo) realice una **reflexión y debate sobre los objetivos de corto y mediano plazo, para establecer una propuesta concreta e integral para el accionar de la Red.**

Dichas **decisiones políticas deben trasladarse a la faz operativa de Mercociudades**, para lo cual existen instancias de coordinación y capacidades técnicas que permitirían obtener (y mostrar) resultados concretos para las ciudades miembros en las temáticas que se definan como prioritarias.

En este aspecto es necesario analizar **el rol de las Unidades Temáticas, motores de propuestas y actividades de la Red**, pero teniendo en cuenta que en numerosas ocasiones han seguido lógicas de trabajo dispares y - en muchos casos - con una escasa vinculación con los ejes prioritarios fijados para la Red.

Asimismo, debe tenerse presente que el contexto global del MERCOSUR en los últimos años ha generado mayores expectativas para su profundización (atento el discurso a favor de la integración regional de los gobiernos nacionales) pero que no se cumplieron cabalmente; y, por otra parte, que **existe una necesidad de brindar mayores resultados para las ciudades por la participación en la Red**, pero esto se da en el marco de una menor participación política de los intendentes, alcaldes y prefeitos.

Según pudo establecerse en una encuesta de 2009 (realizada por INCIDIR) a más de 40 representantes de ciudades de Mercociudades, existe una **tendencia hacia la búsqueda de oportunidades y resultados concretos para las ciudades**, con particular atención en temáticas tales como: cooperación e intercambio de experiencias, integración productiva, mayor incidencia en la agenda del Mercosur, información sobre las posibilidades que ofrece el bloque a las ciudades, desarrollo de proyectos en el marco de los convenios que posee la Red, participación en proyectos del FOCEM, entre otras.

A su vez, debe tenerse en cuenta el **crecimiento permanente** de miembros con perfiles muy heterogéneos, lo cual conlleva a tener intereses y objetivos diversos por la participación en la Red.

Uno de los principales objetivos perseguidos por Mercociudades es **establecer la posición de las ciudades sobre la agenda del Mercosur**. Para ello el planteo permanente ha sido dar seguimiento desde las UTs a la agenda que el MERCOSUR desarrolla en su temática (y que a su vez podría aportarse al FCCR como vínculo para consolidar dichas opiniones en la estructura institucional del bloque). Esto se ha concretado en pocas ocasiones y en general las Uts han priorizado el ámbito para el intercambio de experiencias.

Dicho intercambio de experiencias constituye un aporte importante para las ciudades, pero en nada la diferencia a Mercociudades de otras redes municipalistas mientras que no refleja el objetivo fijado de convertir a las UTs en usinas para trasladar las opiniones de las ciudades sobre temáticas concretas del MERCOSUR y para propiciar proyectos regionales.

**Si Mercociudades define objetivos políticos de corto y mediano plazo, las Uts deben conformarse en el mecanismo executor correspondiente.**

*Para aportar en dicho sentido, la CD ha solicitado el presente documento de trabajo como insumo para el debate en las instancias de conducción política de Mercociudades. Para ello, se analizarán ciertos aspectos del funcionamiento de las UTs y los resultados alcanzados en el marco de una visión integral del desarrollo de Mercociudades; a fin de evaluar si el nuevo contexto regional, los 15 años de la Red y la necesidad de sensibilizar para una participación más activa de las ciudades integrantes y sumar nuevos miembros, marcan un escenario propicio para definir nuevas dinámicas.*

*Atento las limitaciones temporales para la realización del presente documento, se han analizado (a partir de la documentación<sup>1</sup> existente en el portal de las ciudades [www.mercociudades.org](http://www.mercociudades.org)) los Planes de Trabajo de las últimas 5 Secretarías Ejecutivas (aprobados por las respectivas Asambleas) y la dinámica de actuación de algunas UTs a las que les correspondía ejecutar alguno de los ejes prioritarios definidos en dichos Planes.*

---

<sup>1</sup> **Documentos analizados**

\* Informes de la SE y de la STPM

\* Actas de las Asambleas Generales y de los Consejos

\* Actas de las UTs

\* Publicaciones de las diversas instancias de la Red

## 2) El rol de las Uts

El ESTATUTO de Mercociudades contiene una serie de pautas que describen los objetivos y funciones de las Uts:

(Art. 28) “Las Unidades Técnicas constituyen **instancias responsables por el desarrollo de temas específicos de MERCOCIUDADES**, con sede en una de las ciudades integrantes de la Unidad Temática.”

(Art. 29) “Compete a las Unidades Técnicas:

I.- Formular y proponer, dentro de su área temática **políticas comunes para que sean sugeridas en el ámbito del MERCOSUR**.

II.- Promover la investigación y la **divulgación de las experiencias** desarrolladas en las distintas ciudades del mundo.

III.- Promover **eventos de discusión acerca del tema** de su responsabilidad buscando obtener respuestas que serán defendidas y difundidas por la Red.

IV.- Preparar un **banco de datos** con las informaciones acerca del tema coordinado”.

(Art. 30) “Las Unidades Técnicas deberán remitir **al Consejo** de la Red un informe cuatrimestral de sus actividades además de las propuestas de actividades del próximo cuatrimestre”.

Desde una valoración política del rol de las Unidades Temáticas, se las ha destacado como el **ámbito de participación de todas las ciudades miembros**, como motor de las iniciativas concretas y núcleo central para llevar posiciones específicas de la visión de las ciudades al Mercosur. Como así también se ha planteado la necesidad de **evitar un trabajo independiente de las UTs, alejado de la visión integral de la Red**.

Durante los 10 (diez) primeros años de la Red las UTs informaron a las instancias de conducción sus actividades y planes, proponiéndose habitualmente las coordinaciones de las mismas entre las ciudades participantes de la respectiva UT.

En el año **2005** se estableció una metodología de funcionamiento con la aprobación de las nuevas **pautas para la elección de coordinadores** de Unidades Temáticas y, desde **la STPM, el comienzo de la aplicación de un sistema de evaluación y ranking**<sup>2</sup>, a través de diversos parámetros objetivos, para señalar el grado de actividad de las mismas.

<sup>2</sup> la STPM elaboró un modelo de evaluación del trabajo de las UTs basado en cuatro indicadores: i) Plan de Trabajo, ii) Actividades, iii) Productos, y iv) Participación. A su vez, cada indicador se descompone en tres dimensiones que va desde un mínimo –cuando la UT no hizo nada en la materia- hasta un máximo –cuando cumple un buen desempeño-. Cada una de las 3 dimensiones recibe en este modelo evaluativo un valor que oscila entre 0 y 2. De este modo, sumando los valores de cada indicador se obtendrá una escala donde cada Unidad Temática contará con un valor, que permitirá clasificar su desempeño en cuatro

### Cuadro según la aplicación del Modelo Evaluación

Los años indican el momento del informe de la STPM<sup>3</sup>

UT	2005	2006	2007	2010
Desarrollo Económico Local	8	8	8	4
Ambiente y Desarrollo Sostenible	7	7	8	4
Cultura	7	7	8	8
Juventud	7	7	3	2
Turismo	7	7	7	5
Ciencia y Tecnología	7	7	7	2
Desarrollo Social	6	6	7	5
Planificación Estratégica	5	2	2	4
Género y Municipio	5	7	6	8
Educación	5	5	8	5
Cooperación Internacional	3			
Desarrollo Urbano	2	3	8	3
Autonomía y Gestión	2	2	3	7
Seguridad Ciudadana	0	0	3	6
En categoría mínima o paralizada	4	4	4	6
Promedio	5.07	5.23	6	4.84

Fuente: Informes de la STPM

A través del cuadro pueden observarse los altibajos en el accionar de las UTs, destacando que los mismos no responden a una priorización de temas por parte de la Red, sino a la dinámica que las ciudades coordinadoras y participantes de las mismas han impuesto.

Por otra parte, puede señalarse que han existido casos de UTs que no han funcionado por dos años o casos de creación de una UT por iniciativa de una ciudad y que tras el cambio de gestión no ha mostrado avances en su desarrollo.

---

categorías cualitativas: Proactivo (8 y 7 puntos); Activo (6 y 5 puntos); Mínimo (4 y 3 puntos); Paralizado (2, 1 y 0 puntos).

<sup>3</sup> Durante el período 2008-2009 la aplicación del modelo no fue posible ya que la STPM no contó con la información necesaria

En términos generales también debe desatacarse que, en los últimos años, **no se ha dado una discusión profunda en el Consejo ni en la Asamblea sobre el funcionamiento y resultados de las UT's.**

### 3) Directrices de Mercociudades y el accionar de las UTs

#### a) Planes de Trabajo anuales y la orientación temática de la Red.

De la evaluación de los Planes de Trabajo aprobados en las últimas 5 Asambleas (desde Buenos Aires 2004 a Rosario 2009) pueden destacarse los siguientes aspectos comunes que han orientado el accionar de Mercociudades:

- **fortalecimiento interno de la Red**
- **búsqueda de mecanismos de coordinación**
- **participación en el ámbito institucional que el Mercosur le ha otorgado a las ciudades.**
- **brindar desde las UTs propuesta y/o proyectos** concretos que trasladen la visión de las ciudades al bloque.
- participación de los actores de la **sociedad civil** en las acciones propias
- la importancia del aporte de las ciudades miembros, a través de las **cuotas anuales**, como mecanismo para contar con recursos propios para proyectos puntuales.

Dentro de las pocas temáticas que puntualmente se han destacado como ejes relevantes, surge la **complementación productiva. Esto se ha dado a partir del año 2003** pese a que la temática recién fue incorporada a la agenda del MERCOSUR a partir de 2006, teniendo avances en sus primeros instrumentos a partir de 2008.

En cuanto a la temática **“ciudadanía regional”** no ha sido señalada con tanta precisión en los Planes, aunque diversos aspectos vinculados a la misma se han propiciado desde la Red.

Si bien las Cumbres han tenido un lema que ha marcado su desarrollo, puede observarse que **los planes de trabajo han sido muy genéricos** y en general no han mostrado un **debate** sobre el estado de situación de la Red, los resultados obtenidos y la definición de mecanismos alternativos para potenciar la concreción de efectos concretos.

Esto ha llevado a que **la coordinación por ejes transversales hacia toda la Red ha quedado confiada al trabajo de las otras instancias**, en especial el Consejo (que ha tenido menor cantidad de reuniones en los últimos años), la SE, la CD, la STPM y las coordinaciones de UTs.

Por lo cual se pierde una instancia clave, la Asamblea Anual<sup>4</sup>, para **debatir con mayor profundidad los lineamientos prioritarios** que deben guiar el accionar de toda la Red durante ese próximo año.

b) El accionar de las Unidades Temáticas.

Atento el tiempo de trabajo para el presente documento no se ha analizado el desarrollo de todas las Unidades Temáticas, sino que se han seleccionado algunas que debían tratar temas relevantes dentro de la orientación definida por la Red.

A partir de la evaluación de las mismas (UTCI, UTC, UTDEL y UTDS) se brindarán ciertos insumos para realizar una serie de propuestas para el debate del Consejo.

I.- UNIDAD TEMÁTICA DE COOPERACIÓN INTERNACIONAL (UTCI)

Desde su inicio Mercociudades trabajó activamente por participar del sistema de cooperación internacional, así lo reflejan las actas del Consejo y de las Unidades Temáticas, particularmente las de la Unidad Temática de Cooperación Internacional.

En ellas aparecen las distintas presentaciones realizadas ante organismos internacionales, el accionar en el marco del Programa URB-AL (con ejemplos de coordinación con algunas UTs) o los apoyos brindados por FESUR (Fundación Friedrich Ebert en Uruguay) a la UT de Juventud o por el IDRC o SEMA (Instituto de Cooperación Canadiense o Secretariado de Manejo de Medio Ambiente de Canadá) a la UT de Ambiente y Desarrollo Sustentable.

Estos ejemplos han demostrado que uno de los elementos importantes para el desarrollo de las Unidades Temáticas ha sido el **financiamiento**.

Otro elemento que se desprende del estudio de los documentos de la UTCI son las frecuentes recomendaciones elevadas al Consejo de la Red (**cercanía y articulación con las instancias de conducción política de la red**), **que pueden relacionarse al estrecho vínculo existente entre los equipos técnicos de la UT con los del Consejo (atento concentrarse en las áreas de relaciones internacionales de los municipios)**.

Del análisis de las Actas se observa una participación constante de ciudades desde su creación y hasta el año 2005 (año en que se cambió el formato de esta UT), o sea un promedio de 10,5 ciudades por reunión, pero que demuestra un **estancamiento de la UT ya que la red crecía en forma constante**.

---

<sup>4</sup> Diferenciando a la Asamblea – principal instancia institucional – de las actividades de las Cumbres.

Si se mira esto en porcentajes se observa una cifra cada vez menor de ciudades participantes en la UT pasando de un **43%** del total de miembros de Mercociudades, en el año 1997, a un **6%** en el año 2005.

Otro elemento a tener en cuenta es que los temas abordados por la UT salvo unos pocos casos, no tuvieron continuidad, observándose dispersión en los mismos. Sin embargo esta UT se podría decir que incorporó en sus debates los lineamientos de la Mercociudades y muchas de sus recomendaciones fueron incorporadas en los planes de trabajo a nivel general (como la Creación de una Secretaría Administrativa Permanente: hoy la STPM; Espacio institucional de las ciudades en el Mercosur: antes REMI, hoy FCCR). En ese sentido también se propició la creación de una Asesoría de Cooperación Internacional y en el año 2005 - en la XI Cumbre de Santo André - **se genera el Grupo entre la CD y la STPM**, para el asesoramiento y la captación de recursos para la generación de proyectos para Mercociudades. **Esta decisión permitió la generación de proyectos como IN, E+D, LPL, Integración Fronteriza, Plataforma de Diálogo, entre otros.**

Si vemos estas propuestas, a lo largo de los casi 9 años de trabajo de la UTCI, se observa que fueron generando un debate interno en la Red que avanzó hacia el estado de situación actual de la participación de Mercociudades en la **gestión de proyectos transversales**, con mayor participación de gobiernos locales, con financiamiento internacional, en temáticas definidas prioritarias por la red.

La UTCI, trabajó con un formato “tradicional” hasta 2005, generando actividades muy importantes para las ciudades de la Red (mostró el camino para acceder a la cooperación internacional a algunos gobiernos locales) y cimentó un debate que permitió avanzar hacia una nueva forma de gestión de un grupo de trabajo conformado por la CD y la STPM (**única UT que cambió del formato tradicional**) aunque de poco impacto en la propia Red y sus ejes prioritarios hasta ese momento.

A partir de de esta nuevo esquema de gestión pueden indicarse ciertas fortalezas, como:

- Del punto de vista de las **temáticas prioritarias fijadas por Mercociudades**, se observa que los proyectos desarrollados a partir de esta nueva forma de gestión, están dentro de estos lineamientos.
- Todos ellos son **proyectos regionales**, ya que incorporan actores de varios países de la región (o de todos) y contribuyen a la generación de una comunidad de valores compartidos que sustentan el sentimiento de pertenencia al MERCOSUR, tan necesario para construir un proyecto comunitario con participación ciudadana.
- **Participan actores de la sociedad civil en las actividades** (por ejemplo en el Proyecto E+D sobre DDHH asocia gobiernos locales con el

Observatorio de Políticas Públicas sobre Derechos Humanos del Mercosur y el Proyecto *in* articula y dialoga con el Programa Mercosur Social y Solidario).

- Incorpora a los trabajos representantes de gobiernos locales que participan en otras Unidades Temáticas, permitiendo la **transversalidad de las temáticas**.

Por último, debe señalarse que en 2009 nace el GTCD (Grupo de Trabajo de Cooperación Descentralizada) con un fuerte énfasis en el asesoramiento recíproco entre gobiernos locales y en la capacitación en formulación de proyectos.

## II.- UNIDAD TEMÁTICA DE CULTURA (UTC)

La cultura, como eje fundamental de la integración en la construcción de identidad regional, ha resultado fundamental para la Red, habiendo sido explicitado desde sus inicios en los documentos fundacionales y posteriores al declarar la necesidad de abogar por un MERCOSUR que incorpore otras dimensiones más allá de la comercial que colaboren en la construcción de una ciudadanía regional.

Durante las diversas coordinaciones analizadas (de 2004 a la actualidad) los Planes de Trabajo tienen inicialmente como principales ejes la realización de actividades culturales, pero no necesariamente con un contenido articulado y con una mirada regional.

Posteriormente si se explicitan como objetivos, entre otros:

- Consolidar regional e internacionalmente a la UTC como un espacio de análisis, debate e investigación de las problemáticas y nuevos escenarios de la Cultura.
- Imponer a la UTC de un franco perfil de diseño y formulación de políticas públicas de la Cultura para las ciudades de la red y del MERCOSUR.
- Promover ámbitos de producción, coproducción y distribución para la región del MERCOSUR.
- Desarrollar y difundir los valores culturales que definen la región por medio del establecimiento de mecanismos de cooperación entre productores de arte en todas sus expresiones.
- Promover la integración regional, entendiéndola mucho más allá de lo comercial y como intercambio de bienes y servicios: “sin el conocimiento recíproco, intercambio y respeto por la diversidad cultural, no se podrá avanzar hacia una cultura de la integración”.
- Contribuir con el desarrollo del MERCOSUR a través de la promoción y difusión de la cultura de la región a nivel local.

Por todo esto, **se evidencia la incorporación de la perspectiva regional** en los propósitos de trabajo de la UTC, especialmente en las gestiones de coordinación que fueron acompañadas y asesoradas, con mayor sistematicidad, por la Secretaría Ejecutiva y la STPM.

Entre las temáticas que fueron abordadas y que fueron objeto de debate y trabajo encontramos:

- Relevamiento de datos para el intercambio de capacitación y asistencia técnica.
- Intercambio de experiencias, y de estrategias relacionadas con la gestión cultural
- Legislación cultural en el MERCOSUR.
- Vinculación /articulación con otros organismos o redes internacionales.

Se destaca como un eje fuerte de las agendas el intercambio de experiencias, aunque asimismo la UTC ha sido un espacio de generación constante de proyectos (como *Red de Museos*, Red de Cascos Históricos, Mapa de Infraestructuras Culturales de las Mercociudades, etc.). Por otra parte, ha incluido la UTC premios y concursos en diversas expresiones artísticas.

**Algunos de los proyectos han tenido permanencia en las diferentes coordinaciones**, mas otros, que nacieron con importante impulso, debate y elaboración, no han evidenciado resultados concretos posteriormente, como los Embajadores Culturales.

Los recientes proyectos como el Concurso de murales “Ciudades que construyen el Mercosur” y el “Plan Cultural ante situaciones de crisis extrema” (Botiquín de primeros auxilios culturales) merecen un comentario ya que implican la búsqueda de acciones comunes en el marco regional.

En materia de **participación** se destaca el esfuerzo sistemático por incluir entre las ciudades activas a representantes de todos los países miembros plenos y asociados; como así también la realización de actividades en el marco de otros foros o con otros organismos o instituciones que han permitido ampliar el número de participantes que se alcanza en actividades individuales de la Red. Pero, más allá de ello, se evidencia la preeminencia de ciudades argentinas, brasileras y uruguayas.

Sobre la relación de la UTC con los ámbitos del MERCOSUR Cultural, sólo se menciona a la Reunión Especializada de Autoridades Cinematográficas y Audiovisuales del MERCOSUR (RECAM).

### III.- UNIDAD TEMÁTICA DE DESARROLLO ECONÓMICO LOCAL (UTDEL)

La UTDEL desde sus inicios ha sido un espacio de debate, tanto sobre el intercambio de políticas públicas locales para propiciar el desarrollo, como para

buscar alternativas de participación del entramado productivo de las ciudades en el proceso de integración.

**En particular desde el 2003 los órganos de conducción de Mercociudades han planteado explícitamente a la complementación productiva en el Mercosur como una estrategia clave para modificar el modelo de integración sustentado, hasta ese momento, básicamente en el intercambio comercial como objetivo central.**

Es así que el eje de la integración productiva (IP) fue desarrollado por la UTDEL a través de diversos mecanismos (como Seminarios, Rondas de Negocios; **llegando a contar con la participación de 30 ciudades miembros**), y fue reafirmado por las Cumbres de Buenos Aires y Santo André, antes de que la temática lograra un espacio destacado en el propio bloque regional.

Recién en la **Cumbre del Mercosur de Córdoba, realizada en junio de 2006, se definió a la integración productiva como parte central de la agenda de la integración regional**, destacándose la temática entre los presidentes, planteando la necesidad de conformar un “Plan de Desarrollo e Integración Productiva Regional” y realizándose una “Cumbre por un Mercosur Productivo y Social” con la participación de diversas organizaciones sociales de toda la región.

En dicho marco, **desde los Planes de Trabajo de las SE y de la UTDEL se siguió planteando su importancia y la necesidad de avanzar en el seguimiento de la temática a escala Mercosur**, como así también la posibilidad de desarrollar estudios sobre la complementación productiva de las ciudades.

Pero llamativamente **a medida que la IP tomaba mayor fuerza en la agenda del Mercosur** y a escala bilateral entre los países miembros, la UTDEL comenzó a retomar una agenda más vinculada al desarrollo local y al intercambio de experiencias, lo cual tuvo momentos de alta participación pero derivó finalmente en una clara disminución de ciudades participantes (en la reunión de UT realizada durante la Cumbre de Rosario sólo participaron 6 ciudades) y en las propias actividades de la UT.

Por su parte, **la temática si ganaba importancia en un proyecto de cooperación de Mercociudades IN** (Innovación y Cohesión Social: capacitación, metodológica y visibilidad de buenas prácticas) y entre 2009 y 2010 se realizaron 2 (dos) capacitaciones (una semana presencial y cinco meses a distancia) para ciudades de la Red con eje en la IP, una revista centrada en la misma y un Estudio Situacional “Integración Productiva regional y los gobiernos locales del Mercosur”.

Es así como se llega a 2010 con una mínima actividad de la UTDEL en el marco de un escenario regional con fuerte decisión para avanzar en la Integración Productiva y para concretar resultados en una temática que es

relevante para modificar definitivamente el modelo de integración, lo cual había sido propiciado por Mercociudades desde 2003.

#### IV.- UNIDAD TEMÁTICA DE DESARROLLO SOCIAL (UTDS)

La perspectiva del Desarrollo Social como herramienta de inclusión y cohesión de las sociedades se puede encontrar en la creación misma de Mercociudades. En este marco la (UTDS) establece entre sus objetivos el intercambio de experiencias, el debate, la discusión y la puesta en común de los diferentes abordajes que los Estados locales hacen de la problemática social.

A partir del año 2000 la Unidad Temática efectuó reuniones de trabajo más sistemáticas y periódicas focalizando la mirada en las problemáticas sociales más sensibles para las ciudades de la región.

A partir del año 2005 comenzó a centrar su actividad en la discusión y el intercambio de experiencias acerca de diferentes políticas locales, como las destinadas a la infancia vulnerable, trabajo infantil, inclusión e ingreso. Esto permitió alcanzar una amplia participación, con más de **35 ciudades**. Asimismo se conformaron *dos grupos de Trabajo sobre Migraciones y Derechos Humanos*.

Asimismo se introduce la necesidad de mantener un vínculo más estrecho con otras UTs cuyo trabajo resulta complementario y se utilizan diferentes herramientas informáticas para estrechar el vínculo y mejorar el flujo de comunicación.

En el año 2008/2009 se menciona la necesidad de un trabajo conjunto con la UT Desarrollo Económico con el fin aprovechar las oportunidades que plantea el recientemente creado FOCEM. Se presentan dos proyectos surgidos de la UTDS en coordinación con la Secretaría Social del Mercosur, un “Taller Escuela” y un “Sistema de monitoreo socioeconómico”. Durante la reunión de la UTDS en junio en Las Piedras (Uruguay) y **con la participación de 10 ciudades** se propone trabajar en base a las tres dimensiones sugeridas por la SE: la Dimensión Regional, el Fortalecimiento Institucional y los Objetivos del Milenio.

El último Plan de Trabajo mantiene el tema de los Objetivos del Milenio, y establece como metas la participación en la Cumbre Social y en la reunión de Ministros y la profundización del trabajo horizontal entre las Unidades Temáticas concurrentes (Juventud, Género, Cultura y Desarrollo Económico).

De la evaluación de los Planes de Trabajo y las Actas de los últimos cinco años pueden destacarse los siguientes temas y conclusiones:

- **La participación de las ciudades ha caído progresivamente** tanto en número como en volumen de trabajo e involucramiento, si bien existe un núcleo duro de trabajo sostenido por las ciudades con mayor participación en la Red.
- **Las temáticas abordadas**, si bien guardan una coherencia a lo largo del tiempo, **no han podido ser profundizadas** alcanzando, en el mejor de los casos, el nivel de intercambio de información entre las ciudades participantes sin poder lograr la conformación de un modelo de gestión en políticas sociales que pueda ser replicado por las ciudades participantes y mucho menos un nivel de coordinación de políticas entre ciudades y regiones con problemáticas similares.
- En cuanto a la **metodología de trabajo**, si bien no es mucha la información que se desprende de las actas, podemos concluir que **se concentró en el formato de jornadas y seminarios** para el intercambio de experiencias, los cuales sin un apropiado seguimiento por parte de la UT difícilmente se logre avanzar más allá de la transferencia de información que, aunque valiosa, es insuficiente para cualquier intento de coordinación de políticas o de adopción de estrategias comunes.
- Por último, tampoco se verifica una profunda y arraigada articulación con actores de la sociedad civil ni con otras instancias de la Red y del Mercosur.

#### 4) Dificultades en la dinámica de trabajo de las UTs

Los informes de evaluación de la STPM, el análisis del desarrollo de las UTs seleccionadas para este documento, como así también los intercambios mantenidos con diversos miembros de la Red, nos brindan elementos para plantear algunas dificultades que han tenido las unidades temáticas a lo largo de su accionar, que consideramos importante señalar para el debate sobre la necesidad de establecer nuevas dinámicas dentro de Mercociudades.

*Pero previamente vale la aclaración que no se realiza una descripción de los numerosos logros obtenidos por las UTs ya que son ampliamente conocidos por la Red y sin duda se han constituido en un gran sostén para la participación de las ciudades miembros y para el desarrollo global de Mercociudades en estos 15 años de trabajo.*

Por otra parte, también es importante señalar que el análisis pretende centrarse en el marco de una necesaria **dinámica integrada** que se busca en Mercociudades, por lo cual no se realiza un cuestionamiento hacia las UTs, sino que se pretende **poner elementos para la evaluación de esta cultura institucional de la Red y si la misma responde a las necesidades de las ciudades miembros y al nuevo contexto de la región y Mercociudades tras estos 15 años de consolidación.**

Entre las principales dificultades se destacan con mayor frecuencia aspectos diversos pero que tienen una incidencia importante en los altibajos de los resultados de las UTs. Entre ellos y sin establecer un orden de importancia pueden señalarse:

- las dificultades de articulación **con respecto a los lineamientos centrales de la Red.**
- La **baja vinculación de la UTs con los espacios de conducción política** (Consejo<sup>5</sup> y Comisión Directiva) más allá de los esfuerzos realizados para trabajar con mayor coordinación.
- La **falta de debate sobre los planes de trabajo** de las UTs (que suelen plantear objetivos muy ambiciosos), lo cual puede **desalentar la participación** de las ciudades
- **El limitado seguimiento de la agenda del Mercosur en la temática propia**, lo cual priva a Mercociudades de brindar su posición en la estructura institucional del bloque
- la **dispersión de las temáticas** a través del tiempo que llevan a no producir efectos concretos y, potencialmente, a un sentimiento de frustración en los actores.
- la **falta de financiamiento** para el desarrollo de los planes de trabajo
- la generación de **círculos cerrados** de los actores participantes, lo cual no genera una dinámica de inclusión de posibles nuevos participantes
- Las **dificultades en la comunicación** del accionar, que dan poca visibilidad de las actividades de las UTs hacia las ciudades que no participan de las mismas y hacia actores externos de la Red.

##### 5) Posibles escenarios. Estrategias y perspectivas

Atendiendo a la situación planteada precedentemente resultaría relevante, *en el corto plazo*, generar un escenario en el que **la conducción política de Mercociudades discuta y defina tanto los principales lineamientos políticos, como la dinámica institucional adecuada para alcanzar resultados concretos.**

---

<sup>5</sup> En este punto es importante destacar nuevamente que en los últimos años el Consejo ha tenido una menor cantidad de reuniones (en un contexto de menor presencia de intendentes en las actividades) y esto debilita un órgano central para mantener la conducción política y estratégica de Mercociudades.

Al existir la necesidad de alcanzar mayores resultados para las ciudades por su participación y una tendencia hacia la búsqueda de oportunidades y proyectos, se podría desarrollar un **Plan de Acción (aprobado por el Consejo) con un Monitoreo y Evaluación** durante un plazo determinado, que de cuenta de los aportes que el mismo vaya generando para las ciudades y para la institucionalidad de Mercociudades.

Para esta posible estrategia a corto plazo podrían tenerse en cuenta ciertos aspectos, como:

1. Promover el funcionamiento, por un período definido, de determinadas Unidades Temáticas que resulten de ESPECIAL importancia para el Plan de Trabajo de Mercociudades.
2. Elaborar los planes de trabajo de tales Unidades Temáticas (en forma individual o conjunta), desde la Coordinación pero en conjunto con la Secretaría Ejecutiva y la Secretaría Técnica Permanente, en función a los lineamientos centrales establecidos por los órganos de conducción política y de las buenas prácticas ya generadas en función de su objeto de trabajo<sup>6</sup>.
3. Destinar recursos de Mercociudades para propiciar la participación de las ciudades de menores recursos y de todos los países que forman parte de la Red.
4. Ampliar y profundizar el plan de comunicación que de cuenta de las acciones de las Unidades Temáticas, para su puesta en práctica durante este período.
5. Considerar como temas centrales para la selección de las UT's aquellos de mayor interés de las ciudades en la actualidad<sup>7</sup>.
6. Fijar objetivos y NUEVAS estrategias de intervención para propiciar una mayor información y participación de las UT's en los proyectos del FOCEM y en la generación de aportes al FCCR.
7. Elaborar un Plan de Monitoreo y Evaluación que retroalimente el proceso; y que contemple - en particular - el grado de participación real de las ciudades en las distintas instancias de Mercociudades.

<sup>6</sup> Capacitación, edición de publicaciones, seguimientos temáticos, observatorios, premios, articulación con la sociedad civil, campañas conjuntas, iniciativas regionales, articulación con otras redes temáticas e instancias del MERCOSUR)

<sup>7</sup> Según la encuesta realizada por INCIDIR en 2009, serían: cooperación e intercambio de experiencias, integración productiva, mayor incidencia en la agenda del Mercosur, información sobre las posibilidades que ofrece el bloque a las ciudades, desarrollo de proyectos en el marco de los convenios que posee la Red, construcción de ciudadanía regional.

En la actual coyuntura también es importante que Mercociudades defina un proyecto (coordinado a través de una UT u otra instancia) para **celebrar los 20 años del Mercosur con acciones comunes de las ciudades miembros**, que permitan consolidar la presencia de Mercociudades en la defensa de un modelo profundo de integración regional.

Para el *mediano y largo plazo*, Mercociudades debe **establecer mecanismos periódicos de revisión de resultados**, especialmente orientados a conocer los intereses y opiniones de las ciudades miembros y a mantener un posicionamiento frente a la agenda del Mercosur que aporte la visión de la Red.

En ese camino, **el formato de las instancias técnicas que desarrollen los proyectos dependerá de la evolución lograda**, pero el mismo no debe centrarse en su esquema formal, sino en los resultados obtenidos para cumplir con los objetivos políticos de Mercociudades.

Para ello, deberán tenerse en cuenta entre otros aspectos los siguientes:

- Definir claramente los **lineamientos políticos** prioritarios anuales de Mercociudades, haciendo más explícitos los temas en los Planes de trabajo de la SE.
- Conocer los **intereses prioritarios del conjunto de las ciudades miembros** (a través de encuestas) para actualizar los planes.
- Debatir si la agenda del Mercosur y los intereses heterogéneos de las ciudades miembros se encuentran contemplados en los temas que desarrollan las UTs (o nuevas instancias).
- **Capacitar a los nuevos miembros** - por ingresos o cambios en las gestiones - sobre los objetivos de Mercociudades y las potencialidades de sus distintas instancias.
- Fijar en los Planes de las UTs metas menos ambiciosas y con mayores posibilidades de cumplimiento, pero priorizando la **realización de proyectos regionales**.
- Coordinar los planes de las UTs con los proyectos de cooperación existentes en el marco de la Red.
- **Generar instancias de asesoría para las UT's u otros ámbitos** de la Red para la promoción y generación de proyectos financiados por la cooperación internacional, a partir de capacidades instaladas y creando nuevas.

- Promover una nueva modalidad de presentación de la información y visibilidad del trabajo realizado por las UT's en las Cumbres de Mercociudades.
- Establecer mecanismos alternativos de gestión ante temáticas de interés político de Mercociudades. Estos pueden permitir la convocatoria a actividades o acciones puntuales más allá de contar o no con una UT activa sobre el mismo. Por ejemplo:
  - La elaboración de estudios o proyectos sobre temáticas relevantes en la agenda del Mercosur. En este sentido definir los ejes de seguimiento centrales de la agenda del bloque es clave para que Mercociudades pueda llevar su posición a diversas instancias institucionales del bloque (a través del FCCR u otras que considere oportunas, como el Parlamento)
  - la reunión de los secretarios de un área de gobierno con el Consejo de Mercociudades para debatir un plan de acción sobre la misma.

Como se ha observado a lo largo del presente documento, **las Unidades Temáticas han sido el marco propicio para realizar la mayor cantidad de acciones y para contener a muchas ciudades participantes, pero en la actualidad se requiere generar un debate profundo para establecer si siguen siendo el mecanismo adecuado, tras 15 años de accionar de Mercociudades, para plasmar sus principales objetivos.**

Realizado por





**SECRETARIA EXECUTIVA /EXTERNO /MT. N.º 15/2011**

**Ref: Carta de desfiliação da Rede Mercocidades**

**Belo Horizonte, 29 de abril de 2011**

Estimado Dr. Guillermo Tapia,

1. Em nome das 228 cidades dos países do Mercosul, aqui representadas pela Rede Mercocidades, reconhecemos a importância da Federação Latino-Americana de Cidades, Governos e Associações – FLACMA como intermediadora nas articulações das cidades com a CGLU - Cidades e Governos Locais Unidos, que é atualmente considerado um ator legítimo e voz una das cidades.

2. Gostaríamos, no entanto, de informar que as cidades membro da Rede Mercocidades concordaram em se articular de maneira mais autônoma, sem intermediação da FLACMA, com outras redes internacionais. Considerando, portanto, que a Rede está direcionando esforços para outras atividades no Mercosul, solicitamos a desfiliação da Rede Mercocidades desta Federação.

3. Por fim, agradecemos pelo período em que a FLACMA dedicou esforços à representação internacional da Rede Mercocidades.

Cordialmente,

**MARCIO A. DE LACERDA**  
Prefeito Municipal de Belo Horizonte  
Secretário Executivo da Rede  
Mercocidades - 2010/2011

**ANA OLIVEIRA**  
Intendente de Montevideu  
Secretaria Técnica Permanente da Rede  
Mercocidades

À Vossa Senhoria

**Guillermo Tapia**

Diretor Executivo da Federação Latino-Americana de Cidades, Governos e Associações



**SECRETARIA EXECUTIVA /EXTERNO /MT. N.º 14/2011****Ref: Carta para a CGLU – Cidades e Governos Locais Unidos****Belo Horizonte, 11 de maio de 2011**

Estimado senhor Kadir Topbas,

1. Primeiramente, gostaríamos de parabenizá-lo pela sua eleição para a presidência da CGLU - Cidades e Governos Locais Unidos e esperamos que este seja um grande momento para o fortalecimento das cidades como agentes relevantes no plano internacional, na busca de um mundo mais solidário, democrático e sustentável.

2. A Rede Mercocidades, composta por 228 cidades dos países do Mercosul, reafirma o compromisso com a Cidades e Governos Locais Unidos como ator legítimo e voz una das cidades, o que confirmamos desde sua fundação, no Congresso de Paris e ressaltamos o nosso interesse em continuar participando, de maneira ativa, nos espaços ocupados por esta instituição.

3. Gostaríamos, no entanto, de esclarecer que Rede Mercocidades não se considera mais representada pela Federação Latino-Americana de Cidades, Governos e Associações (FLACMA), uma vez que esta instituição não reflete as vozes das lideranças eleitas em nossa região, devido à sua ação unilateral, aos métodos não-democráticos que têm utilizado e ao isolamento dos agentes políticos das principais cidades latino-americanas.

4. Diversos motivos nos levam a ter este posicionamento, pois desde o processo de unificação das antigas associações de cidades nesta seção latino-americana (2003 a 2005) houve um sistemático afastamento das lideranças políticas municipais deste continente e seguidas mudanças estatutárias que enfraqueceram e anularam os acordos previamente estabelecidos durante a unificação.

5. Visto que não encontramos mais espaço na FLACMA para representatividade e voz ativa no sistema internacional de cidades, a Rede Mercocidades vem por meio desta, solicitar que as articulações da CGLU sejam feitas de forma direta sem a intermediações daquela instituição.

6. É por isso que solicitamos à Vossa Senhoria que comecemos, desde já, a dialogar de forma que possamos nos fazer representar na CGLU de maneiras alternativas, e que as cidades latinoamericanas façam a adesão direta à esta instituição (sem intermediação da FLACMA), e se articulem com outras redes e instituições como Metropolis, Rede Mercocidades, FNP (Frente Nacional de Prefeitos – Brasil), AALMAC (Associação de Autoridades Locais do México. A.C.).

7. Esperamos que esta possa ser uma oportunidade para fortalecermos a presença latinoamericana na CGLU e que possamos, cada vez mais, levar nossas contribuições a esta importante instituição.

Cordialmente,

**MARCIO A. DE LACERDA**  
Prefeito Municipal de Belo Horizonte  
Secretário Executivo da Rede  
Mercocidades - 2010/2011

**ANA OLIVEIRA**  
Intendente de Montevideu  
Secretaria Técnica Permanente da Rede  
Mercocidades

À Vossa Senhoria  
**Kadir Topbas**  
Presidente de CGLU  
Prefeito de Istambul



Colonia, 16 y 17 de agosto de 2011

## **“Declaración Colonia”**

### **Eficacia de la ayuda a nivel local**

*El presente documento resume las principales conclusiones surgidas a lo largo de un proceso de encuentro entre el GTCD (Grupo de Trabajo de Cooperación Descentralizada) en el marco de MERCOCIUDADES en el cual participan más de 20 ciudades de los países de Uruguay, Argentina, Brasil y Paraguay. Dichas ciudades, participan activamente de las reuniones que lleva a cabo este Grupo de Trabajo representando a sus Gobiernos Locales.*

*Los principales momentos del proceso consultivo se dieron en:*

- Limpio y Asunción, Paraguay, mayo 2010
- Bahía Blanca, Argentina, agosto de 2010
- Colonia, Uruguay, agosto de 2011.

*Los participantes de estos eventos (ver anexo) han compartido una reflexión estratégica alrededor de esta temática relacionándola constantemente a experiencias y resultados de terreno madurados en diferentes contextos geográficos, económicos, políticos y culturales.*

#### **Contexto**

*El 4º Foro de Alto Nivel sobre la Eficacia de la Ayuda (HLF-4) en Busan (29 noviembre – 1 diciembre 2011) examinará los progresos realizados en la aplicación de la Declaración de París sobre la Eficacia de la Ayuda - DP (2005) y el Programa de Acción de Accra - AAA (2008). La agenda de Busan también abordará el entorno cambiante de la ayuda, especialmente marcado por el creciente número de actores de desarrollo, nuevos desafíos globales al desarrollo y las presiones sobre los niveles de AOD derivados de la crisis económica internacional.*

*Ante este panorama, el HLF-4 tratará de abordar, entre otros temas, cómo la diversidad de actores de la cooperación al desarrollo pueden implementar mejor los principios de la DP para promover la agenda de los Objetivos de Desarrollo del Milenio (ODM) a todos los niveles. El HLF-4 deberá incluir en sus discusiones aspectos hasta la fecha no abordados adecuadamente en anteriores foros globales, como el reto de la complementariedad de los*



*diversos actores que actúan a nivel local en apoyo a procesos de desarrollo del territorio y para una mejor calidad de los procesos de descentralización y desconcentración; la aplicación de los principios de eficacia de la ayuda de manera más operativa a nivel local en*

*base a experiencias y prácticas que han probado ser exitosas; el establecimiento de un diálogo entre territorios del Norte-Sur, Sur-Sur, Norte-Norte y triangular, sobre temáticas de interés común que afectan la vida de los ciudadanos; o la sistemática articulación entre diferentes actores y niveles de acción.*

*A su vez, la cooperación internacional está cambiando al igual que los retos que el mundo enfrenta y las oportunidades que existen para continuar avanzando hacia el desarrollo. Principios y paradigmas que eran válidos hace años deben ser hoy revisados y ampliados. El fortalecimiento de la CSS (Cooperación Sur-Sur), cuya actividad se inició hace décadas, refleja en buena medida estos cambios al sumar una diversidad de alternativas, soluciones e instrumentos a los esquemas tradicionales de cooperación, en donde todos los países se transforman en cooperantes.*

*La Cooperación sur-sur no sustituye a la tradicional Norte-Sur, tampoco es subsidiaria ni un instrumento de ésta, es valiosa por sí misma y se engrandece en combinación con otras modalidades. Ambas modalidades son ampliamente compatibles y es una aspiración colectiva aprovechar las fortalezas que ofrece la diversidad de socios del desarrollo y lograr así una mejor articulación y colaboración entre los mismos con las miras puestas en lograr los mejores resultados de forma eficiente y solidaria.*

## **Reflexiones**

*Durante los últimos años, los GL se han convertido en actores claves para el mundo de la Cooperación Descentralizada, reforzando su protagonismo en el escenario internacional donde han ejercido un rol cada vez más preponderante con el fin de desarrollar agendas constructivas y acciones que promuevan el desarrollo local y regional. Los países que integramos la red de Mercociudades, nos encontramos en la categoría de Renta Media, por lo que debemos trabajar para fomentar nuevas modalidades de cooperación. Este fenómeno de clasificación de los países según su renta per cápita, se fundamenta en un paradigma del desarrollo como crecimiento económico y en un criterio relacionado a su capacidad de repago de los préstamos internacionales, que no da cuenta de la multi-dimensionalidad del desarrollo humano sustentable y de las necesidades y desafíos de la gran mayoría de los países latinoamericanos.*

*Asimismo, los lineamientos de los GL deberían focalizarse en reforzar las capacidades de los diferentes actores locales y regionales para organizar la demanda de los territorios frente a las oportunidades de las políticas de desconcentración y descentralización, así como promover una participación activa e inclusiva en la planificación, implementación, monitoreo y evaluación de procesos territoriales de desarrollo.*

*Las nuevas realidades del mundo han dado paso a las relaciones de horizontalidad donde la cooperación descentralizada no gira más alrededor de los donantes-beneficiarios*



*financieros, sino que se presenta como una relación más igualitaria entre homólogos en donde el valor de la cooperación radica en la relación misma, fomentando la corresponsabilidad y la participación de todos promoviendo la transferencia de conocimientos y buenas prácticas para construir agendas a nivel regional y local para el desarrollo de nuestras sociedades.*

*La expresión **Piensa globalmente, actúa localmente** (ThinkGlobally, ActLocally) ha sido utilizada en contextos variados en ediciones de desarrollo sostenible, planificación urbanística, y política entre otros. Consideramos que actualmente los GL cumplen un rol fundamental en los procesos de desarrollo de los territorios, ya que es en este nivel de Gobierno donde se presenta el fenómeno de democracia participativa y en donde mayor control ciudadano existe. Las Autoridades locales y regionales son la parte del gobierno que se encuentra más cerca a los pueblos, que entienden y conocen la preocupación de su gente y tratan de lograr cumplir sus necesidades en una base sostenible.*

*En ese sentido el Grupo de Trabajo de Cooperación Descentralizada de la Red Mercociudades considera fundamental la necesidad de incorporación de los gobiernos locales en los procesos de cooperación internacional y del abordaje multi-nivel para el desarrollo, en el nuevo contexto internacional que involucra los Objetivos del Milenio y la eficacia de la ayuda.*

#### **Participantes en el Proceso Consultivo:**

##### Intendencia de Colonia- Uruguay

*Directora de Cooperación y Relaciones Internacionales*

*Lic. Maren Greising Otero*

*Asistente de Cooperación y Relaciones Internacionales*

*Lic. Andrea Angenscheidt*

##### Intendencia de Paysandú- Uruguay

*Directora de Gestión para el Desarrollo*

*María Alvarez*

##### Intendencia de Lavalleja- Uruguay

*Coordinadora Relaciones Internacionales y Cooperación*

*Lic. Ana Laura Soto*



Municipio de Rosario- Argentina

*Director General de Relaciones Internacionales*

*Sergio Barrios*

*Coordinador Mercosur y América del Sur – Dirección General de Relaciones Internacionales*

*Claudio Díaz*

*Relaciones Públicas- Dirección General de Relaciones Internacionales*

*Alejandra Varessi*

Municipio de Morón – Argentina

*Coordinador Dirección de Relaciones Internacionales y Cooperación*

*Mariano Larisgoitia*

Municipio de Bahía Blanca- Argentina

*Directora de Relaciones Internacionales*

*Débora Pucheta*

Municipio de Quilmes- Argentina

*Director General de Relaciones Internacionales*

*Gonzalo Tomás Perez*

Municipio de Pergamino- Argentina

*Directora de Cooperación Internacional*

*MG Gabriela Messing*

Municipio de Paraná- Argentina

*Directora de Relaciones Internacionales*

*María Laura Bevilacqua*



*Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires- Argentina*

*Coordinadora de Cooperación*

*Ana Ciuti*

*Asesor Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires*

*Esteban Tomé*

*Municipio de Rafaela- Argentina*

*Miembro Técnico de la Secretaría de Desarrollo, Innovación y Relaciones Internacionales*

*María Julia Grimaldi*

*Municipio de Tigre- Argentina*

*Secretaria de Hacienda y Administración*

*Florencia María Jalda*

*Municipio de Curitiba- Brasil*

*Asesora de Relaciones Internacionales*

*Clara Conti*

*Municipio de Bagé- Brasil*

*Coordinador de Relaciones Internacionales*

*Glecio Rodríguez*

*Municipio de Belo Horizonte- Brasil*

*Asesora de la Secretaría Ejecutiva de la Red de Mercociudades*

*Giovanna Arjonilla de Mattos*



**COMUM/FCCR ATA Nº 01/11****SEMINÁRIO-OFICINA: A INSTITUCIONALIDADE DOS GOVERNOS LOCAIS NO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO REGIONAL: REPENSANDO ESTRATÉGIAS PARA A INTEGRAÇÃO PRODUTIVA**

Realizou-se na cidade de Tandil, província de Buenos Aires, na Argentina, nos dias 14 e 15 de abril de 2011, o I Seminário-Oficina do Comitê de Municípios do Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados, Províncias e Departamentos do Mercosul, sob a temática da “Institucionalidade dos governos locais no processo de integração regional: repensando estratégias para a integração produtiva”, e contou com a presença de delegações e representantes de 29 cidades do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

O intendente do município de Tandil, Miguel Ángel Lunghi, fez a abertura do Seminário, dando as boas-vindas às delegações e a todos os presentes.

A Programação do evento consta como **ANEXO I**.

A Ordem do Dia consta como **ANEXO II**.

A Lista de Presença consta como **ANEXO III**.

**1. ABERTURA**

No dia 14 de abril de 2011 deu-se início a abertura do Seminário-Oficina com o tema “A institucionalidade dos governos locais no processo de integração regional: repensando estratégias para a integração produtiva”, que ocorreu em Tandil, na Argentina.

O intendente de Tandil, Miguel Ángel Lunghi, abriu o Seminário e proferiu palavras de boas-vindas. Destacou que as cidades devem ter papel de protagonistas na integração regional, se esforçando para se inserirem nos espaços do Mercosul. Miguel Lunghi enfatizou que são nas cidades que realmente ocorrem as propostas de integração e que elas não devem competir entre elas, mas devem trabalhar juntas para trazerem uma melhor qualidade de vida para os seus cidadãos através da integração e não estritamente com foco de vencer eleições. Ressaltou, por fim, que as cidades devem trabalhar com força e coragem para formarem um bloco no Cone Sul que possa competir com a União Européia e com os países asiáticos, mas mantendo o enfoque social de proporcionar qualidade de vida.

A assessora da Secretaria Executiva da Rede Mercocidades, Giovanna Arjonilla, foi a segunda a discursar. Iniciou sua apresentação explicando a ausência do Secretário Municipal Adjunto de Relações Internacionais de Belo Horizonte, Rodrigo Perpétuo, que assumiu outros compromissos e não pôde comparecer ao evento e também justificou a ausência do Coordenador Geral da equipe da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, que exerce a Secretaria Executiva, Onofre dos Santos Filho, que enfrentou problemas no embarque para a Argentina. A assessora enfatizou a importância da cidade de Tandil para o desenvolvimento da pauta de integração produtiva dentro da Rede Mercocidades e destacou que a atual gestão do Comitê de Municípios (COMUM) está trabalhando para uma maior aproximação dos governos locais com as instâncias decisórias do Mercosul, com o intuito de aprofundar a integração regional.

Ressaltou, ainda, que a busca por uma integração produtiva deve levar em consideração o papel do desenvolvimento local na diminuição das assimetrias na região. Além disso, destacou que há a necessidade de se ultrapassar os objetivos da integração que são restritos à área comercial, a fim de englobar as áreas social, produtiva, ambiental e educacional. Enfatizou também a importância da promoção de uma integração produtiva que seja capaz de aproximar a sociedade civil do bloco regional, com o objetivo de gerar uma noção de pertencimento dos “mercocidadãos” à região.

Encerrou seu discurso com dois anúncios importantes da Secretaria Executiva da Rede: que foi elaborado um convênio com a organização INCIDIR (Iniciativa para la Cooperación Internacional, el Desarrollo y la Integración Regional) para que esta acompanhe e dê assessoramento à uma Unidade Temática da Rede e que a sub-coordenação da Unidade Temática de Ciência, Tecnologia e Capacitação foi assumida pela cidade de Tandil. **(ANEXO IV)**

Jorge Rodriguez, coordenador geral da Secretaria Técnica Permanente da Rede Mercocidades, parabenizou o município de Tandil pela organização do Seminário e reforçou sua esperança de obter resultados positivos com o evento. Citou que este foi o primeiro seminário do Comitê de Municípios de 2011 e que ainda serão realizados mais dois no decorrer do ano com as temáticas de cidadania regional e integração fronteiriça, mas com intenções de abranger outras temáticas importante para a Rede Mercocidades. Destacou ainda que o Seminário se desenvolveu no ano de comemoração de 20 anos do Mercosul, que é o processo de integração mais consolidado da região. Enfatizou que a Rede fez uma campanha de promoção dos 20 anos do bloco, a qual foi liderada pela Secretaria Executiva e apoiada pela Secretaria Técnica Permanente e que obteve grande adesão das cidades da Rede, publicando artigos de seus intendentes e prefeitos em seus

jornais locais. Jorge ressaltou a importância da campanha que apóia a ideia de integração regional e participação dos governos locais. Encerrando seu pronunciamento, elogiou o trabalho da Secretaria Executiva que é exercida pela cidade de Belo Horizonte e enfatizou que Montevidéu sediará a XVI Cúpula da Rede, onde assumirá a Secretaria Executiva.

O intendente Eduardo Paniagua Duarte de Salto de Guaira, cidade do Paraguai que faz fronteira com o Brasil agradeceu Tandil pela recepção e destacou a importância da participação de sua cidade na Rede.

O Coordenador Nacional Alterno do FCCR, capítulo Argentino, Gustavo Torres não pôde estar presente, e enviou uma carta que destaca a importância do evento enquanto instância de representação dos governos locais em prol da integração regional. (ANEXO V).

Encerrando a abertura, Celso Santiago Riquelme, Coordenador Nacional Alterno do FCCR pelo Paraguai, agradeceu os organizadores do evento, destacou a importância que o país dá ao Foro e afirmou que eventos desta natureza fará com que os governos locais alcancem as instâncias decisórias do Mercosul.

## **2. PAINEL DE ABERTURA: INTEGRACIÓN PRODUCTIVA: FORTALEZAS Y DEBILIDADES.**

O painel “Integración Productiva: fortalezas y debilidades” foi aberto por Marcela Petrantonio, moderadora da mesa de debate. O primeiro expositor do painel foi o Licenciado Miguel Scagliotti, em representação ao Embaixador Argentino, Hugo Varsky e ao Grupo de Integração Produtiva do Mercosul. De acordo ele, é necessário o fomento de maior articulação no marco regional do continente que ultrapasse o sentido que até então conhecemos, atingindo-se uma acepção mais vasta. A Chancelaria Argentina está a cargo do processo de negociação nas instâncias no Mercosul, e há conhecimento sobre as trajetórias caracterizadas, pelo que Miguel Scagliotti – em referência à literatura argentina – chamou de ciclo de desilusão e desencanto; luzes e sombras, momentos de grande expectativa, opacidades, criticas e dificuldades de consenso.

No marco dos 20 anos Mercosul, Miguel Scagliotti divulgou a futura publicação de um artigo na área de economia internacional, pela Chancelaria Argentina, que versará sobre o que ainda deve ser feito no âmbito da instituição. No que tange ao fluxo de

exportações da região realizou-se uma análise das cifras dos seguimentos econômicos: manufaturas, alimentos e produtos básicos, na qual, com relação às exportações intrazonas, percebe-se nitidamente a existência de um núcleo dinâmico de especialização de manufaturas. Como é óbvio para os países menores, existe uma ferramenta capaz de gerar uma alternativa em termos de oportunidade de inserção internacional de nossos povos, mas que ainda existe uma matéria pendente. O Mercosul possui 20 anos de vida e somente há dois anos atrás, um tempo muito perto do que estamos hoje, o Mercosul deu uma resposta para si frente a esta situação. Esta resposta foi o Programa de Integração Produtiva, um instrumento que implementou um marco que visa a organizar e articular de atores do tecido social produtivo que está crescendo fora da dinâmica existente.

O Mercosul montou uma estratégia, organizou seu marco e criou um tecido institucional. Atrás deste Programa, foi criado o Grupo de Integração Produtiva (GIP), que tem como objetivo colocar em funcionamento esta retórica, este programa de integração produtiva. Este Grupo tem um poder inconfundível de criar aquela matéria pendente que é a superação do selo comercialista do processo de integração baseado na complementação produtiva. Neste sentido, os sujeitos desta história devem se inserir neste contexto a fim de enfrentar situações que são cada dia mais difíceis neste mundo globalizado.

O segundo palestrante do painel foi Fernando Santomauro, Coordenador de Relações Internacionais da Prefeitura de Guarulhos, São Paulo (Brasil), em representação à Unidade Temática de Desenvolvimento Econômico Local, coordenada pelo município brasileiro. O tema da palestra de Fernando Santomauro foi “Experiencia y Agenda de Trabajo de UTDEL – Mercociudades”, que se iniciou por um breve discurso acerca da cidade de Guarulhos, seguido da apresentação de PowerPoint do plano de trabalho.

**(ANEXO VI)**

Marcela Petrantonio, moderadora do painel, agradece as palavras de Fernando Santomauro e passa a palavra para Pedro Espondaburu, Secretário de Desenvolvimento Econômico Local do Município de Tandil. Pedro Espondaburu inicia seu discurso a partir da institucionalidade, tema amplo do seminário e que em conjunto com a integração produtiva deverá ter um papel transcendente. Segundo ele, no ano de 2011, terão que desenhar políticas para conseguir resultados com base em uma constituição que data de 1934. Isto é uma das vias centrais que tem sido delineada em Tandil, através da criação do instituto misto de turismo e conselho assessor agropecuário, por exemplo. Nestes termos, destacou-se que a nova institucionalidade para o desenvolvimento econômico local é uma das novas dimensões que se deve trabalhar, mas que ainda não é

feita de forma efetiva em todos os países. Em prol disto e tendo em vista a dificuldade de informações concomitantes e de fácil assimilação para os cidadãos, o Município de Tandil realizou um convênio com a Faculdade de Ciências Econômicas. Neste momento, foram apresentados indicadores econômicos e sociais do município. **(ANEXO VII)**

Para finalizar o discurso do Secretário, afirmou-se que a nível de proposta concreta para gerar institucionalidade pode-se pensar no estabelecimento de uma prática de integração através da institucionalidade informal, a fim de tentar promover a realização de negócios entre as empresas das cidades da Rede Mercocidades.

O terceiro expositor do painel foi o Diretor da Unidade de Pequenas e Médias Empresas da Municipalidade de Montevideú, Ricardo Posada. Segundo ele, a pergunta que se faz é com relação às debilidades e fortalezas da temática proposta. A principal delas é o processo de integração que todos estão comprometidos e trabalhando dentro do marco institucional. Sobre a debilidade maior, foca-se no sujeito, tendo em vista que a integração está aqui, na mente e no coração. Neste sentido, deve-se pensar também em quem ganha e quem perde. Quando se fala de complementariedade, deve-se pensar que os protagonistas da integração são os cidadãos. Assim, na medida em não se despende tanto esforço para a integração e isto não repercute nos integrantes da região é gerada uma lógica economicista somente para o benefício de alguns. É necessário gerar maior expectativa, no sentido de avançar nas discussões, mantendo-se a ideia principal de que as ações devem ser transformadoras.

Por fim, o último panelista, Francisco Reis, Presidente da Associação Latinoamericana da Pequena e Média Empresa (ALAMPYME), discorreu acerca do distanciamento existente entre a sociedade civil e o Mercosul, e destacou que isto deve ser trabalhado com ênfase através de uma articulação entre os grupos teóricos e a própria sociedade. Francisco Reis expôs ainda a experiência que possui como empresário de PyMES, destacando a dificuldade encontrada pela juventude atual para ingresso no setor. Além disso, sabendo-se que a o continente sulamericano é o mais desigual do mundo, o Presidente da ALUAMPYME afirmou a necessidade de se promover uma América Latina integracionista e progressista que tenha como foco a inclusão social.

Neste momento, finalizou-se o painel de “Integración Productiva: fortalezas y debilidades”, e Marcela Petrantonio deu a palavra aos participantes para que sanassem suas dúvidas. Após os questionamentos, Jorge Rodríguez apresentou o Projeto In da Rede Mercocidades, através da exibição de um vídeo e de uma posterior explanação sobre o funcionamento dos projetos e as atividades programadas até o final do ano.

### 3. GRUPOS DE TRABALHO

#### 3.1 PYMES – INOVAÇÃO E COMPETITIVIDADE

O Grupo de Trabalho de PyMES, Inovação e Competitividade teve como facilitador o Diretor de PyMes de Montevideu, Ricardo Posada; e o membro de Fundação INCIDIR, Ruben Geneyro. Inicialmente, deu-se a apresentação de cada participante e a introdução, a fim de conhecimento, do livro “La integración productiva regional y los gobiernos locales del Mercosur – Estudio Situacional”.

A lista de presença consta como **ANEXO VIII**.

Afirmou-se que a integração produtiva no âmbito do Mercosul foi retomada há pouco tempo, em especial pelo Programa de Integração Produtiva/ Grupo de Integração Produtiva, e, na Rede Mercocidades, a temática é trabalhada desde o ano de 2002. Com relação às assimetrias intrabloco, deve-se pensar qual é o aporte dos governos locais na integração produtiva e qual é o papel dos mesmos para que trabalhem a temática dentro da Rede Mercocidades, a partir da pré-noção de que as realidades dos diferentes municípios do Mercosul são muito distintas, e da potencial existência de motivações de cada cidade para ingressar na Rede. Não se deve deixar de considerar também a dificuldade existente, com base na perspectiva dos governos locais, de que muitas decisões são feitas somente a âmbito nacional.

Os governos locais devem buscar um caminho para a integração, caso não estejam preparados para o processo. Levantou-se a importância de geração de conhecimento a partir das universidades, por exemplo, nas carreiras que tangem a área tecnológica, e de vinculá-las aos pequenos empresários. Entretanto, por um lado, problematizou-se a questão de que uma PyME não pode esperar a formação de um profissional, diferentemente de grandes empresas, como General Motors, Petrobras.

No que tange à competitividade, foi consensual o fato de que é uma questão que tange as decisões dos governos nacionais, como é o caso das taxas de câmbio. Assim, existem limitações frente às medidas macro que geram instabilidade econômica e jurídica. Neste sentido, uma das chaves seria a articulação das cidades com os governos nacionais para trabalhar com a temática de integração e PyMES.

Nestes 20 anos de Mercosul, pode-se observar como temos enfrentado as dificuldades da região. Desde a perspectiva micro, existe a possibilidade de geração de Redes, a fim de gerar, por sua vez, maior sustentabilidade à integração. Entretanto, o processo integracionista se constitui através de vontade política e estratégica. A vontade política de sermos elementos integradores, já se torna um passo importante em prol da integração. Com as ferramentas que cada um tem ao seu alcance, e se a envolvemos com a vontade política, podemos gerar sustentabilidade. Destacou-se a importância de haver maior articulação da Rede com as instâncias do Mercosul através das Unidades Temáticas, com o objetivo de facilitar o projeto regional em comum.

No decorrer do Grupo de Trabalho, foram apresentadas diversas propostas e ideias que, após serem debatidas, resultaram em um documento de recomendação desde a perspectiva dos governos locais no âmbito do COMUM para o FCCR.

### **3.1.1 Documento de Recomendação**

“Es necesario brindar información y capacitación a los gobiernos locales y actores locales para prepararlos para la IP.

Debe trabajarse en 2 lógicas. Un plan ambicioso de largo plazo para toda la Red y otro de corto plazo (proyectos micro), para generar respuestas rápidas entre ciudades con compromiso y capacidades desarrolladas.

En los dos deben conocerse las oportunidades de las ciudades (ej. base de datos para invertir) y detectarse las necesidades concretas de sus empresas (inventario de intereses). Esto permitiría incentivar la participación de los actores sociales y la interacción público-privada.

La Red tiene la necesidad de alcanzar resultados concretos y cuantificarlos. Esto exige seguimiento e institucionalidad

Una propuesta concreta: Generar una reunión entre responsables de parques industriales, tecnológicos incubadoras de empresas.

Existe una clara necesidad de realizar acciones coordinadas. Para ello debe instituirse una comisión de enlace entre el FCCR / COMUM / Mercociudades (SE – UTDEL - STPM) y el GIP

Por lo tanto, se plantea la necesidad de establecer un esquema de trabajo dinámico con el FCCR y el GIP, para el respaldo de acciones de Mercociudades y para colaborar frente a dificultades concretas de las ciudades. Los mismos se canalizarán a través de la SE.

Atento el calendario y presencia del Consejo de Mercociudades en la Cumbre de Mercosur pedir una reunión con el alto representante del Mercosur en Asunción.”

### **3.2 ECONOMIA SOLIDÁRIA E COOPERATIVISMO**

O Grupo foi moderado por Miguel Scagliotti e Fernando Santomauro.

A lista de participantes consta como **ANEXO X**.

O debate foi marcado pelas seguintes temáticas que foram apresentadas pelos representantes do Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai:

- marcos regulatórios sobre o tema de Economia Solidária e Cooperativismo nos países da região;
- experiências levantadas pelas cidades participantes no que se refere à temática;
- contradições de objetivos nas associações cooperativas;
- apoio dos governos centrais ao tema;
- assimetrias econômicas e de regulação nos países da região.

Ao final do debate, foram discutidas recomendações dos governos locais a serem apresentadas ao Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados e Províncias do Mercosul.

#### **3.2.1 Documento de Recomendação**

“Levando em consideração os debates acerca das diferentes experiências locais de Economia Solidária entre as cidades da Rede Mercociudades, propomos:

1. uma política de promoção comercial e certificação dos produtos de empreendimentos solidários destas cidades em torno de uma marca comum que identifique estes produtos, levando em consideração as experiências relacionadas a esta temática que já são praticadas nos âmbitos locais;
2. trabalhar para a eliminação de obstáculos a fim de viabilizar a comercialização justa e solidária dos produtos certificados na região;
3. construir um projeto que verse sobre o comércio justo e consumo responsável entre a Reunião Especializada de Cooperativas do Mercosul (RECM) e a Rede Mercocidades que possa ser apresentado a organismos de apoio técnico e/ou financeiros.”



## COMUN/ FCCR ATA Nº02/2011

### II REUNIÃO DO COMITÊ DE MUNICÍPIOS DO FORO CONSULTIVO DE MUNICÍPIOS, ESTADOS FEDERADOS, PROVÍNCIAS E DEPARTAMENTOS DO MERCOSUL.

Realizou-se em Bagé, Rio Grande do Sul (Brasil), nos dias 30 e 31 de agosto de 2011, a II Reunião do Comitê de Municípios (COMUN) do Foro Consultivo de Municípios, Estados Federados e Departamentos do Mercosul (FCCR) sob a temática de “**A Integração Fronteira e a Promoção do Desenvolvimento Local Integrado**”, que contou com a participação de 27 representantes de governos locais e universidades, e dos capítulos nacionais do FCCR.

A lista de presença consta como **ANEXO I**

#### 1. ABERTURA

A abertura contou a participação do Prefeito de Bagé Dudu Colombo; Coordenador de Relações Internacionais de Bagé, Glécio Rodrigues; Coordenador Adjunto da Secretaria Executiva da Rede Mercocidades, Leonardo Ramos; Coordenador da Secretaria Técnica Permanente, Jorge Rodriguez; Coordenador Alterno do Capítulo Nacional Argentino do FCCR, Gustavo Torres; Capítulo Brasileiro, Alberto Kleiman; Capítulo Paraguai, Celso Santiago Riquelme, e, em representação ao Capítulo Uruguai, o intendente de Rivera, Marne Osorio de Lima. Na cerimônia também esteve presente o Subdiretor da Coordenação de Assuntos Limítrofes do Ministério de Relações Exteriores do Uruguai, Luis Coronel Maldonado.

Após as solenidades de abertura, deu-se início seguimento à programação do evento. **(ANEXO II)**

#### 2. PAINEL DE EXPOSIÇÃO

A palestra “Fronteiras e desenvolvimento econômico local”, ministrada pelo Coordenador Alterno do FCCR do Capítulo Brasileiro, Alberto Kleiman, ressaltou que a questão fronteiriça é um “grande guarda-chuva” que tange o social, o jurídico, a legislação dos países, e que – com relação aos governos locais – existe uma demanda crescente de novos líderes que possam garantir a governança, no sentido de

compreender esse termo como sendo os recursos necessários para que vários atores ajam de forma conjunta. Nesse sentido, ressaltou que a inteligência de fronteiras não deve se restringir somente à academia, e que os espaços criados em qualquer organismo internacional têm que contar com a governança local, caso contrário são espaços inúteis.

Com relação ao Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM) e a sua capacidade em indicar no desenvolvimento econômico local, Alberto Kleiman destacou que para fazer uso dos recursos do Fundo é necessário ter conhecimento do objeto, e, principalmente, objetivos bem definidos.

O segundo painel, “Além do Cone Sul: as fronteiras do Norte” foi apresentado pelo Coordenador de Relações Internacionais da Prefeitura de Rio Branco, Marcus Antonius Bastos. (ANEXO III) Durante a apresentação, Marcus ressaltou a importância das redes de cidades como protagonistas na integração regional, em especial, a Rede Mercocidades; e as debilidades e demandas que o Acre têm e podem ser solucionadas a partir da cooperação descentralizada com os países vizinhos, com destaque para Bolívia e Peru.

### **3. GRUPOS DE TRABALHO**

#### **3.1 Livre circulação em áreas fronteiriças**

Reconhecendo a importância do documento produzido pelo Grupo de Trabalho de Integração Fronteiriça do FCCR em 2008, os membros do GT de Livre Circulação utilizaram a mesma metodologia para elaborar o documento de recomendação, que se pautou na identificação de forças e debilidades do processo de integração fronteiriça no âmbito da temática proposta. Destacou-se ainda a necessidade de serem produzidas conclusões mínimas para a agenda do COMUN, que possa envolver os níveis nacionais e locais.

Os temas destacados foram:

- Carta Verde e a incidência no turismo de fronteiras;
- Médicos de fronteira;
- Corpo de bombeiros na fronteira;
- A relevância do SIS Fronteiras e de políticas públicas que fomentem a integração regional.

Com base nos debates foi elaborado o seguinte documento:

## “GRUPO DE TRABALHO II - LIVRE CIRCULAÇÃO EM ÁREAS FRONTEIRIÇAS

**Reconhecendo** o nível de conscientização de atores locais no processo de integração; a existência de um espaço de equidade e solidariedade entre os povos da região; a integração multidimensional que ultrapassa as questões puramente securitárias; a demanda dos municípios da região Norte da América do Sul para com um organismo forte e consolidado que auxilie no processo de integração regional;

**Recordamos** a existência do Ajuste Complementar ao Acordo para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho à nacionais fronteiriços brasileiros e uruguaios, para prestação de serviços de saúde (2008), e os esforços para sua implementação; e também à Prefeitura de Santa Vitória do Palmar pelo trabalho que tem sido feito em prol do processo de integração regional;

**Declaramos**, por um lado, o reconhecimento da necessidade de avanços na atuação dos capítulos nacionais do FCCR que possa envolver os municípios fronteiriços de forma coletiva; da falta de prioridades mais imediatas e o logro de políticas que dêem continuidade a acordos previamente estabelecidos; por outro, as fortalezas da dimensão política que se referem à decisão dos líderes locais em discutir as questões de fronteira de maneira conjunta, a visão multidimensional, a existência de espaços de diálogo e debate entre atores. Nesse sentido, **recomendamos** o estabelecimento de diálogo entre o COMUN/FCCR com o Grupo Ad Hoc para Estatuto de Fronteiras do Mercosul, e com o Comitê de Fronteiras do Mercosul.

No **eixo social/ educacional reconhecemos** a existência de uma cultura comum nas áreas de fronteira e a criação de espaços para participação das sociedades civil impulsionando a integração regional a partir de vários níveis; e, ao mesmo tempo, a defasagem de conhecimento cultural entre os países vizinhos. **Reconhecemos** igualmente a importância do projeto do ensino técnico-profissional em curso entre o governo Uruguaio, através da Universidade de Trabalho do Uruguai (UTU) e do Estado do Rio Grande do Sul (Brasil), e das escolas binacionais de fronteiras. Assim, **recomendamos** a melhoria das políticas de integração cultural e educacional nas zonas fronteiriças, e a criação de um currículo escolar de Ensino Fundamental que seja comum nas zonas de fronteira dos países membros do Mercosul.

No **eixo infraestrutura e logística reconhecemos** a geografia que facilita a integração regional, e, em contraparte, a deficiência na complementaridade de infraestrutura e serviços, como a Carta Verde, as questões de saúde na fronteira e o Corpo de Bombeiros. **Recomendamos**, portanto, a melhoria de acordos existentes que possibilitam a integração dos serviços nas áreas de fronteira; a internalização das normas referentes a esses temas por cada Estado parte; e a necessidade de serem privilegiados os projetos das cidades de fronteira pelo Fundo para Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM).”

### 3.2 Legislação de Fronteiras

O grupo de trabalho que pautou o tema de “Legislação de Fronteiras” iniciou-se com uma breve exposição do moderador Alberto Kleiman (Coordenador Nacional Alternado do FCCR – Capítulo Brasileiro) com o intuito de balizar os debates. Kleiman afirmou que no que se refere à temática de legislação de fronteiras, o FCCR tem trabalhado de forma integrada e ressaltou a importância da articulação da Rede Mercocidades, especialmente com a coordenação, por parte da Secretaria Executiva, do Comitê de Municípios deste Foro.

Assim, foi destacado que a discussão sobre legislação é complexa e envolve 3 temas:

1. Legislação das faixas de fronteira de cada país;
2. Acordos internacionais bilaterais;
3. Normatização do que Mercosul tem feito no âmbito da integração fronteiriça, sendo que este nível configura-se como o mais frágil, já que o bloco não tem capacidade para legislar.

Foram levantadas, também, problemáticas para que fossem debatidas pelo grupo:

1. A legislação, que é pensada para casos maiores, afeta as questões fronteiriças;
2. As fronteiras são espaços de passagem, mas não são impedimentos para fluxos de investimento e de capitais. No entanto, a região acaba sendo espaço de acumulação de problemas, o que se torna uma agenda negativa. Neste sentido, os governos nacionais fazem políticas apenas para enfrentar estes problemas e não existem programas para gerar oportunidades nas áreas de fronteira.

Dessa maneira, a partir dessas colocações iniciais, o debate entre os participantes foi pautado, especialmente, sobre as seguintes questões:

1. Assimetrias entre os países do bloco, como o caso do Uruguai, que é um país unitário e as questões levantadas da região de Itaipu, no Paraguai e as

- assimetrias no que se refere ao desenvolvimento das cidades comparativamente às cidades brasileiras;
2. Criação de uma legislação diferenciada para a faixa de fronteira;
  3. Pouco se pode fazer, a nível local, no que se refere à legislação de fronteira;
  4. Busca de soluções locais para os problemas da região e promoção de desenvolvimento;
  5. Mercosul deveria promover, prioritariamente, o desenvolvimento da região;
  6. Criação de um fundo de desenvolvimento para cidades da faixa de fronteira dos países do Mercosul. Assim, foi entregue ao representante do Capítulo Brasileiro do FCCR, Sr. Alberto Kleiman, um documento elaborado durante a Reunião do Comitê de Intendentes, Prefeitos e Alcaldes de Fronteira em 6/07/2011 em Montevidéu no marco da Agenda de Alto Nível entre Brasil e Uruguai;
  7. Criação e aperfeiçoamento de um estatuto para, pelo menos, as cidades-gêmeas.

Foi feita, também, uma exposição pelo Municípios de Bagé (Brasil) e pela Intendência de Rivera (Uruguai) sobre o projeto de pavimentação Bagé – Minas de Corrales e sobre todas as possibilidades que se abrirão para avanços no tema sobre integração fronteiriça e legislações específicas para territórios gêmeos de fronteira.

Foi sugerido pelo presidente da Sociedade Uruguia de Socorros Mútuos de Bagé, Francisco Estigarríbia, que se utilize o prédio da Sociedade para tratar das questões dos uruguaios sem documentação, que é um grande problema na região de Bagé, Rio Grande do Sul. O intendente de Rivera, Marne Osorio, a Coordenadoria de Direitos Humanos da Prefeitura de Bagé e a Oficina Binacional de Atendimento ao cidadão fronteiriço Aceguá-Aceguá do Ministério de Desenvolvimento Social do Uruguai e o Departamento de Cerro Largo, representado pela coordenadora geral de projetos de transparência pública, Lucy Larrosa manifestaram apoio à proposta. Lucy Larrosa também fez menção ao desenvolvimento do Projeto de Tratado de Organismo Binacional entre Brasil e Uruguai, que se encontra no **ANEXO IV**.

Alberto Kleiman sugeriu que tal proposta fosse transformada em um projeto para contar com apoio do Governo Federal brasileiro, envolver os governos dos estados e os espaços do Mercosul. Por fim, sugeriu-se que se crie uma identidade dos municípios de fronteira.

Com relação às recomendações para o FCCR, foi proposto:

1. que se promova um encontro com o Grupo Ad Hoc do Mercosul que está trabalhando com o Estatuto da Faixa de Fronteira, a fim de que os municípios tenham conhecimento do que está sendo elaborado pelo grupo. Enfatizou-se que é necessária a participação dos municípios neste debate;

2. que se aprofunde a relação do COMUN com os poderes legislativos dos países membros do Mercosul, bem como o Parlamento do Mercosul, a fim de promover avanços concretos no que se refere à legislação de fronteira.

## Comunicado conjunto de los presidentes en la Reunión Ordinaria del Consejo del Mercado Común del MERCOSUR, durante la Cumbre del MERCOSUR en Asunción

La Presidenta de la República Federativa del Brasil, Dilma Rousseff; y los Presidentes de la República del Paraguay, Fernando Lugo, de la República Oriental del Uruguay, José Mujica; el Ministro de Relaciones Exteriores de la República Argentina, Héctor Timerman, en representación de la Presidenta Cristina Fernández de Kirchner y el Ministro del Poder Popular para la Energía y el Petróleo de la República Bolivariana de Venezuela, Rafael Ramírez, en representación del Presidente Hugo Chávez Frías; reunidos en la ciudad de Asunción, capital de la República del Paraguay, el día 29 de junio de 2011, en ocasión de la XLI Reunión Ordinaria del Consejo del Mercado Común del MERCOSUR:

1. Saludaron la participación del Presidente de la República del Ecuador, Rafael Correa Delgado, del Vicepresidente de la República de Colombia, Angelino Garzón, del Ministro de Relaciones Exteriores de la República de Chile, Alfredo Moreno Charme y del representante del Estado Plurinacional de Bolivia, Estados Asociados del MERCOSUR.

2. Expresaron también su satisfacción por la presencia de Su Excelencia Takeaki Matsumoto, Ministro de Asuntos Exteriores del Japón; de la Secretaria Ejecutiva de la CEPAL, Alicia Bárcena; y del Subsecretario de América Latina y el Caribe de los Estados Unidos Mexicanos, Embajador Rubén Beltrán Guerrero.

3. Dieron la bienvenida a la Presidenta Dilma Rousseff y la felicitaron por ser la primera mujer electa para el más alto cargo ejecutivo de la hermana República Federativa del Brasil.

4. Se congratularon por el Vigésimo Aniversario del Tratado de Asunción, instrumento fundacional del MERCOSUR, suscrito el 26 de marzo de 1991 en la República del Paraguay. Con ese ánimo, renovaron su compromiso a fin de que el bloque se consolide como mercado común y un espacio de oportunidades y desarrollo para los pueblos.

5. Manifestaron su satisfacción por el desempeño de los Estados Partes del MERCOSUR en términos de crecimiento económico, destacando la consolidación de la región como uno de los mercados más atractivos a nivel mundial. Al mismo tiempo, reiteraron su compromiso en alentar el desarrollo económico con inclusión social, a través de la reducción de la pobreza y la garantía de nuevas oportunidades para toda la población de la región.

6. Subrayaron la importancia de que el MERCOSUR continúe un proceso de reflexión conjunta sobre el futuro de la región y sobre la forma en que enfrentará las oportunidades y desafíos que presenta la transformación del escenario internacional.

7. En ese sentido, saludaron la designación del Embajador Samuel Pinheiro Guimarães como Alto Representante General del MERCOSUR, quien en función a los altos objetivos que le fueron encomendados, podrá contribuir de forma significativa a esta tarea.

8. Ratificaron su determinación de fortalecer la dimensión social de la integración, resaltando la importancia de los trabajos que se desarrollan en los distintos foros para garantizar el crecimiento económico con justicia e inclusión social.

9. Reiteraron la necesidad de concluir el proceso de adhesión de la República Bolivariana de Venezuela al MERCOSUR, y manifestaron su expectativa de que el Poder Legislativo de la República del Paraguay dé su consentimiento para recibir a este país como miembro pleno, convencidos de que su adhesión fortalecerá la integración del bloque.

Asimismo, hicieron votos por la total y pronta recuperación del presidente Hugo Chávez Frías, y se solidarizaron con las muestras de afecto manifestadas por los pueblos de Venezuela y de la Patria Grande hacia el primer mandatario.

10. Se congratularon por la elección del Dr. José Graziano como nuevo Director General de la Organi-

zación de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura (FAO). En ese marco, reiteraron la creciente importancia de los países en desarrollo, en particular de los Estados Partes del MERCOSUR, en la formulación de soluciones sustentables para garantizar la seguridad alimentaria y la erradicación del hambre en el mundo.

11. Celebraron la realización de la Reunión de Ministros de Economía y Presidentes de Bancos Centrales del MERCOSUR y Estados Asociados. En este contexto, se congratularon por la institucionalización de los trabajos de armonización de estadísticas y coordinación macroeconómica en el ámbito del Grupo de Monitoreo Macroeconómico. Alentaron a los Ministros de Economía y Presidentes de Bancos Centrales a continuar las tareas para el avance del proceso de coordinación macroeconómica en el MERCOSUR.

12. Tomaron nota de la celebración de la Primera Reunión de Ministros de Industria del MERCOSUR, en la cual se resaltaron las oportunidades que se vislumbran para el MERCOSUR en el nuevo contexto económico mundial, considerando las realidades de sus sectores industriales.

Destacaron la necesidad de consensuar una política de agregado de valor a las exportaciones, con una industria innovadora y competitiva, y la importancia de la integración productiva regional como plataforma de desarrollo.

13. Vieron con beneplácito los avances registrados en los trabajos para la implementación de la primera etapa del proceso de eliminación del doble cobro del arancel externo común y distribución de la renta aduanera, la cual deberá estar en funcionamiento efectivo a partir del 1° de enero de 2012. Instaron a realizar los máximos esfuerzos tendientes a la conclusión de estos trabajos, reiterando que estos instrumentos constituyen pasos decisivos para el perfeccionamiento de la Unión Aduanera y la consolidación del Mercado Común.

En tal sentido, reiteraron la necesidad de que estos trabajos contemplen las consideraciones necesarias para establecer la compensación en favor de Paraguay por su condición de país sin litoral marítimo y su elevada dependencia de los ingresos aduaneros.

14. Felicitaron el inicio de los trabajos para la implementación del Programa de Consolidación de la Unión Aduanera, aprobado al final del semestre pasado, y se comprometieron a realizar un seguimiento detallado de cada uno de sus compromisos, conscientes de la importancia de este Programa para el perfeccionamiento de la política comercial común.

15. Celebraron la adopción de la Decisión sobre “Libertad de Tránsito”, que señala la importancia de la libertad de tránsito de mercaderías y medios de transporte terrestre y fluvial de los Estados Partes.

16. Manifestaron su complacencia con la aprobación de la Decisión sobre el “Fortalecimiento de los Mecanismos para la Superación de las Asimetrías” que contribuirá a consolidar y fortalecer los instrumentos vigentes de superación de las asimetrías entre los países y regiones del bloque. Asimismo, reconocieron la necesidad de identificar iniciativas y programas que promuevan la convergencia estructural en el MERCOSUR y la competitividad de los Estados Partes, en particular la de las economías menores.

17. Remarcaron su convicción sobre la importancia del Fondo de Convergencia Estructural del MERCOSUR (FOCEM) como instrumento para la consolidación del MERCOSUR a través de la superación de las asimetrías y la concreción de importantes proyectos de carácter estructural para la región. Saludaron en tal sentido, los avances en la ejecución de los proyectos en curso y se comprometieron a continuar alentando el uso de esta herramienta.

En ese marco expresaron su satisfacción con la aprobación del proyecto “Autopista Ñu Guazú, como vía rápida de acceso a la Ciudad de Asunción, Paraguay”.

De igual forma, saludaron con agrado la aprobación del proyecto “Investigación, Educación y Biotecnología aplicadas a la Salud” por tratarse del primer proyecto de ciencia y tecnología presentado al FOCEM, con la participación de los cuatro países, el cual creará una red entre institutos de investiga-

ciones en biomedicina para abordar en forma coordinada el estudio de aspectos biológicos, epidemiológicos y sociológicos de diferentes enfermedades degenerativas.

18. Se congratularon por la conclusión de los trabajos de actualización de la Nomenclatura Común del MERCOSUR (NCM), ajustado a los cambios de la V Enmienda del Sistema Armonizado.

19. Reiteraron que la Integración Productiva constituye uno de los ejes que profundizan la articulación económica y social del bloque, observando con satisfacción los avances vinculados a los encadenamientos productivos con las MiPyME's, el cumplimiento del Programa de Consolidación de la Unión Aduanera, la puesta en marcha del Portal Empresarial, las experiencias de capacitación, las acciones sectoriales y fronterizas.

20. Recordaron la importancia de las Pymes para la integración productiva y la generación de empleo en el MERCOSUR. En ese sentido, subrayando la relevancia de las políticas y mecanismos de apoyo y financiamiento a esas empresas y de la pronta implementación del "Fondo MERCOSUR de Garantías para Micro, Pequeñas y Medianas Empresas".

21. Enfatizaron la importancia de la agenda de negociaciones extra regionales del bloque. En este sentido, reafirmaron la relevancia de la negociación MERCOSUR – UNIÓN EUROPEA para alcanzar un acuerdo abarcativo, ambicioso y equilibrado para ambas regiones, y tomaron nota de los resultados de las XX y XXI Reuniones del Comité de Negociaciones Birregionales.

De igual manera, recibieron con satisfacción la realización de la I Reunión Exploratoria MERCOSUR – Canadá, y manifestaron el interés en continuar el proceso exploratorio para determinar la factibilidad de iniciar negociaciones formales.

22. Reconocen que los Acuerdos de Complementación Económica concluidos con los Estados Asociados del MERCOSUR cumplen un rol significativo en el proceso de desarrollo regional, estimulando el comercio y las inversiones productivas recíprocas.

23. Expresaron su satisfacción con la construcción de un espacio común con el propósito de profundizar la integración política, económica, social y cultural de la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (CELAC) de conformidad con los principios contenidos en las Declaraciones de Salvador y del Plan de Acción de Montego Bay, de la Cumbre de América Latina y el Caribe sobre Integración y Desarrollo (CALC), y de la Declaración de la Unidad. Asimismo, ratificaron la importancia que tiene en dicha construcción la convergencia de los mecanismos regionales y subregionales de integración.

24. Se congratularon por los avances institucionales logrados recientemente en la UNASUR con la entrada en vigor de su Tratado Constitutivo, la apertura de la Secretaría General en la ciudad de Quito y la asunción de la Doctora María Emma Mejía Vélez, como su Secretaria General por el periodo de un año, quien será sucedida por el Doctor Alí Rodríguez Araque por igual lapso de tiempo.

25. Reafirmaron su compromiso de impulsar la obtención, en todas las negociaciones externas encaradas por el MERCOSUR con terceros países y agrupaciones de países, de un trato especial y diferenciado para Paraguay por su condición geográfica de país sin litoral marítimo y por su menor grado de desarrollo económico.

26. Señalaron su preocupación por el estado de situación de la Ronda de Doha y reiteraron la necesidad de realizar esfuerzos para encontrar alternativas realistas que permitan concluir de manera satisfactoria y equilibrada las negociaciones, contemplando especialmente los intereses y las necesidades de los países en desarrollo, de acuerdo a los mandatos y principios acordados en las Conferencias Ministeriales de la OMC de Doha (2001) y Hong Kong (2005).

En ese sentido, ante la posibilidad de alcanzar un primer acuerdo en la Octava Reunión Ministerial en diciembre próximo, ratificaron la necesidad de coordinar posiciones debido a las implicancias que dicho acuerdo tendrá para la consolidación del Mercado Común.

27. Recalcaron su compromiso con el éxito de la Conferencia de las Naciones Unidas para el Desarrollo Sustentable (Río +20), a realizarse en la ciudad de Río de Janeiro en el 2012, y resaltaron la importancia de que la Conferencia cuente con una participación política al más alto nivel.

28. Subrayaron la relevancia y diversidad que poseen las comunidades fronterizas y la necesidad de avanzar en su plena integración atendiendo a las diferentes realidades y dimensiones involucradas. En este sentido, se comprometieron a brindar su apoyo a las tareas referentes a la concreción de normas que posibiliten la integración real en las fronteras, promoviendo su tratamiento de forma coordinada en los diferentes ámbitos de la estructura institucional del MERCOSUR, dando prioridad a aquellas normas que inciden directamente en los ciudadanos, en particular el Anteproyecto de Acuerdo sobre Localidades Fronterizas Vinculadas”.

29. Tomaron conocimiento de las iniciativas y propuestas debatidas en la Cumbre Social del MERCOSUR, desarrollada en la Ciudad de Asunción, los días 28 y 29 junio de 2011, y resaltaron su compromiso con la participación ciudadana en el proceso de integración.

En este sentido, se comprometen a instrumentar mecanismos para fortalecer la participación de sus ciudadanos y canalizar las acciones propuestas.

30. Reiteraron que la promoción y el respeto irrestricto de los Derechos Humanos es un eje central del proceso de integración. En ese marco, reafirmaron la importancia de la plena puesta en funcionamiento del Instituto de Políticas Públicas de Derechos Humanos del MERCOSUR.

Reconocieron la importancia de avanzar progresivamente hacia posiciones concertadas de los países de la región en los diversos foros multilaterales de Derechos Humanos. En ese sentido, se congratularon por la designación del Uruguay como presidente del Consejo de Derechos Humanos de las Naciones Unidas.

31. Se congratularon con la designación de la Sra. Estela de Carlotto, Presidenta de la Asociación Abuelas de Plaza de Mayo, como “Ciudadana Ilustre del MERCOSUR”, en reconocimiento a sus cualidades personales y como testimonio por el papel desempeñado por Las Abuelas en la incansable lucha por el derecho a la identidad, la memoria, la verdad y la justicia.

32. Reafirmaron que la consolidación de la dimensión social es un eje fundamental en el desarrollo del proceso de integración regional y en tal sentido saludaron la aprobación del documento “Ejes, Directrices y Objetivos Prioritarios del Plan Estratégico de Acción Social del MERCOSUR (PEAS)”, el cual representa un importante avance para la articulación y desarrollo de acciones específicas integrales hacia la profundización de la dimensión social en la región.

33. Recordaron el rol fundamental del Plan de Acción para la Conformación de un Estatuto de Ciudadanía del MERCOSUR como instrumento para el fortalecimiento del pilar ciudadano del proceso de integración, con miras a alcanzar un desarrollo sostenible con justicia e inclusión social en beneficio de los nacionales de los Estados Partes del MERCOSUR. En ese contexto, subrayaron la necesidad de que se establezcan cronogramas de trabajo para la implementación progresiva de los elementos contenidos en dicho Plan de Acción.

34. Tomaron nota de las tareas realizadas en el presente semestre por el Instituto Social del MERCOSUR, así como de su pleno funcionamiento. Agradecieron a la Directora Ejecutiva saliente por su desempeño y saludaron la designación del nuevo Director Ejecutivo.

35. Resaltaron su más firme compromiso con el fortalecimiento institucional del bloque en todas sus dimensiones, incluyendo el Parlamento del MERCOSUR como Órgano de representación de sus pueblos. En ese sentido, se congratulan por la adopción de la Decisión sobre el “Funcionamiento del Parlamento del MERCOSUR”, relativa a la integración del PARLASUR bajo el criterio de representación ciudadana, lo que garantizará su funcionamiento.

36. Reafirmaron su apoyo a la economía social y solidaria como elemento de promoción y fortalecimiento de emprendimientos productivos y manifestaron su apoyo a proyectos que sean realizados en esa área.

37. Señalaron la importancia de contar con una estrategia comunicacional para el MERCOSUR, con miras a promover el acercamiento del bloque a la ciudadanía, y alentaron a la Reunión Especializada de Comunicación Social del MERCOSUR (RECS) a proseguir sus trabajos en este sentido.

38. Subrayaron la realización de la XIII Reunión de Ministros de Medio Ambiente del MERCOSUR, e instaron a seguir avanzando en la implementación de la “Estrategia MERCOSUR de Lucha contra la Desertificación, Degradación de Tierras y la Sequía” para prevenir y mitigar sus efectos.

39. Resaltaron su compromiso con el desarrollo sostenible en los países de la región, y destacaron la importancia de la observancia de las normas y acuerdos que garanticen el respeto al hábitat y las costumbres de las comunidades indígenas en los países del bloque.

40. Destacaron la realización de la “XXX Reunión de Ministros de Salud del MERCOSUR”, y resaltaron la firma del “Memorándum de Entendimiento en el Área de Salud de Fronteras entre Bolivia y Paraguay” y del “Protocolo de Intenciones entre el Ministerio de Salud de la República Argentina y el Ministerio de Salud Pública y Bienestar Social de la República de Paraguay para la reciprocidad en Materia de Trasplantes”.

Asimismo, felicitaron la Declaración Ministerial sobre los efectos nocivos del aumento del consumo y la producción de cigarrillos y otros productos derivados del tabaco en el mundo, particularmente en los países en desarrollo.

41. Destacaron la celebración de la IX Reunión de Ministros de Turismo del MERCOSUR, y tomaron nota de los compromisos asumidos sobre la Promoción Conjunta Internacional, la Facilitación Fronteriza y la Integración con otros países contenidos en la “Declaración de Cooperación Fronteriza entre los Ministros de Turismo de los Estados Partes del MERCOSUR (Declaración de Asunción)”.

42. Saludaron a los Gobiernos y a los pueblos de la República del Paraguay, de la República Oriental del Uruguay y de la República Bolivariana de Venezuela por la celebración de sus respectivos Bicentenarios en el 2011, y destacaron la trascendencia de dicha conmemoración como manifestación de un camino compartido que brinda sustento al actual proceso de integración regional.

43. Agradecieron a la hermana República del Paraguay, a sus autoridades y su pueblo, por la hospitalidad brindada y felicitaron por los trabajos desarrollados durante su Presidencia Pro Tempore.

Fuente: [http://www.mercosur.int/t\\_generic.jsp?contentid=3372&site=1&channel=secretaria](http://www.mercosur.int/t_generic.jsp?contentid=3372&site=1&channel=secretaria)





### Acordo de cooperação

A Frente Nacional de Prefeitos e a Rede Mercocidades, entidades que compartilham de valores e interesses comuns e como organizações que lutam pela defesa da autonomia dos governos locais, dos direitos dos cidadãos e do municipalismo, possuem papel central tanto na resolução de conflitos como na construção de novas identidades, da harmonia e de melhores formas de convívio das populações latino americanas.

Considerando que o papel das entidades municipalistas na representação dos governos locais dos países latino americanos tem se tornado uma atividade de enorme importância;

Considerando que as alianças já estabelecidas entre estas duas entidades sempre buscaram o aprofundamento do diálogo, do entendimento dos povos, e do maior intercâmbio cultural destes;

Considerando que a Frente Nacional de Prefeitos assinou o Protocolo de Intenções com a Agência Brasileira de Cooperação (ABC – MRE) visando à aproximação dos governos locais ao Governo Federal na criação de programas e projetos de cooperação técnica em benefício dos países em desenvolvimento;

Considerando o potencial dos governos locais, papel que obrigatoriamente deve ser explorado, no âmbito da cooperação internacional, para prover a melhoria de vida aos povos latino-americanos;

Considerando que as relações entre as duas entidades têm gradualmente se aprofundado nas diversas atividades exercidas ao longo de suas histórias;

Considerando o papel que os governos locais e as entidades representativas têm pela frente, com a importância que a América Latina vem ocupando no cenário internacional;

Considerando que tanto a Frente Nacional de Prefeitos como a Rede Mercocidades manifestam sua vontade de fortalecer este vínculo como mecanismos de desenvolvimento de políticas públicas que visem o melhoramento da qualidade de vidas nas cidades e das regiões metropolitanas da América latina; e

Considerando que esta aliança representa uma iniciativa de grande importância para a agenda internacional dos municípios latino americanos, em prol da defesa dos direitos e dos valores de seus povos;

**CONCORDAM:**

Em trabalhar conjuntamente em atividades futuras que objetivem trazer as melhorias esperadas pelas cidades e suas populações;

Em desenvolver sessões de trabalho, seminários, reuniões, que possibilitem a troca de experiências, nas diversas áreas de seus respectivos governos locais;

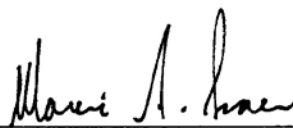
Em trabalhar com as diversas organizações, governos locais e nacionais para que os municípios e províncias tenham seu devido espaço na agenda internacional.

E em trabalhar conjuntamente para aprofundar este acordo e aproximar as relações de amizade e cooperação entre as cidades e os governos locais latino-americanos.




---

João Coser  
Presidente da FNP



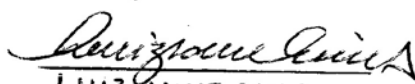

---

Marcio Lacerda  
Prefeito da Belo Horizonte




---

Miguel Lifschitz  
Prefeito de Rosário




---

LUIZIANNE LINS  
PREFEITA DE FORTALEZA

Impreso en: Multiformas S.R.L.  
Rut 2153311360018

D. Legal: 356.714

[www.mercociudades.org](http://www.mercociudades.org)

**SECRETARIA TECNICA PERMANENTE DE MERCOCIDADES**  
Edificio Mercosur  
Luis Piera 1994  
Montevideo, Uruguay.  
Telefax. (598) 2413 6624 / (598) 2413 6625  
E-mail: [stpm@mercociudades.org](mailto:stpm@mercociudades.org)

